

KARL MARX

EDIÇÃO

Luiz Carlos Martins de Azevedo

FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS

aviso para història

Introdução de

30 avos

ERIC HOBSBAWM

 Paz
e
Terra

COLEÇÃO PENSAMENTO CRÍTICO

VOL. 3

Conselho Editorial:
Antônio Cândido
Celso Furtado
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso

KARL MARX

FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS

TRADUÇÃO DE
JOÃO MAIA

REVISTA POR
ALEXANDRE ADDOR

4ª EDIÇÃO



Paz e Terra

Título do original inglês

Pre-Capitalist Economic Formations

Copyright © by E. J. Hobsbawm, 1964

CAPA: Laura Gasparian

Direitos adquiridos pela
EDITORA PAZ E TERRA S/A

Rua São José, 90 — 18.º andar
Centro — Rio de Janeiro, RJ
Tel.: 221-3996

Rua Carijós, 128
Lapa — São Paulo, SP
Tel.: 864-0755

que se reserva a propriedade desta tradução

1985

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

APRESENTAÇÃO

As notas de Marx (1857-8) sobre as FORMAS QUE PRECEDERAM A PRODUÇÃO CAPITALISTA só recentemente chegaram ao alcance dos estudiosos do ocidente: até 1964 não tinham sido traduzidas sequer para o inglês e o prefácio de Hobsbawm demonstrava desconhecimento de edições em outras línguas, além do russo e do alemão.

Posteriormente, foram lançadas edições em italiano, francês e espanhol. E, agora, cabe-nos apresentar nossa edição em português.

Concisas e complexas, estas notas de Marx, escritas com o intuito de disciplinar o próprio raciocínio e de preparar obra de maior envergadura, constituem uma visão ampla de sua concepção do desenvolvimento da sociedade, abrangendo desde os tempos primitivos até o capitalismo de feição contemporânea.

A edição inglesa de 1964 foi enriquecida por um prefácio de Eric Hobsbawm, de tal gabarito que ligou seu nome ao de Marx, ao que parece, indelevelmente: a edição inglesa dá-lhe a honra de figurar na própria capa do Livro com destaque igual ao do autor. E a edição espanhola coloca lado a lado Karl Marx e Eric Hobsbawm no cabeço, como se fossem co-autores.

O estudo de Hobsbawm é que deve ser apresentado por nós, já que ninguém melhor do que ele próprio apresentou as FORMAÇÕES PRÉ-CAPITALISTAS. Seu prólogo dá-nos va-

lioso estudo do pensamento marxista, em linguagem clara e essencialmente didática. Situa Marx e Engels no seu momento cultural, apreciando o instrumental científico de que se poderiam valer para a elaboração de suas teorias. Busca traçar o panorama da formação cultural dos dois criadores do marxismo, sem subestimar o atraso das pesquisas históricas, arqueológicas e sociológicas daquela época, nem a importância da cultura clássica dos dois pensadores. Apresentamos os principais autores que abriram os sendeiros que Marx e Engels retomaram com apurado senso crítico.

Esta edição portuguesa das FORMAÇÕES PRÉ-CAPITALISTAS acompanha edição inglesa de Hobsbawm, inclusive na seleção que fez de trechos adicionais de Marx e Engels onde há referências ao tema central do estudo básico. A tradução do texto das FORMEN do alemão para o inglês foi feita por Jack Cohen.

OBSERVAÇÕES SOBRE O TEXTO, REFERÊNCIAS E TRADUÇÃO

O texto principal de Marx, aqui apresentado, é constituído pelas notas "*Formen die der Kapitalistischen Produktion vorhergehen (über den Prozess der der Bildung des Kapitalverhältnisses oder der Ursprünglichen Akkumulation vorhergeht)*", suplementadas por alguns trechos da IDEOLOGIA ALEMÃ de Marx e Engels e de sua correspondência.

Na tradução das FORMEN os parágrafos de Marx, por vezes demasiado longos, foram divididos. As divisões do próprio Marx estão indicadas por um asterisco no início do parágrafo. Possíveis ambigüidades de tradução são assinaladas por notas de pé-de-página. As notas de pé-de-página do próprio Marx estão devidamente identificadas. Trechos em línguas estrangeiras, além da alemã, também foram traduzidos, a não ser quando apenas termos técnicos, como *ager publicus*. Passagens que Marx escreveu em inglês foram mantidas intactas. Trechos ou palavras em tipo itálico indicam ênfases do próprio Marx.

As referências feitas na introdução a outros trabalhos de Marx e Engels estão, principalmente, na coleção em trinta volumes — incompleta, à época desta obra — *KARL MARX, FRIEDRICH ENGELS, WERKE* (Dietz Verlag, Berlim, 1956), citado como *WERKE*. E, como os volumes pertinentes ainda não estavam prontos ao tempo em que o presente era escrito, as referências ao CAPITAL III dizem com a edição Dietz Verlag de 1956; as cartas são, simplesmente, identificadas pelas datas, o escritor e o destinatário. O CAPITAL I é citado segundo a Edição Dona Torr (Allen & Unwin, 1938), da tradução inglesa editada por Engels.

E. J. H.

NOTA do REVISOR

O texto de que foi traduzida esta obra é da edição inglesa de 1964; a primeira parte deste volume (a Introdução de Hobsbawm) foi, pois, traduzida diretamente do original escrito em inglês; já a segunda e a terceira parte, respectivamente as *Formações Econômicas Pré-capitalistas* e os *Textos Suplementares*, não foram vertidas do original alemão, mas também do texto inglês da referida edição. Levando isto em conta, bem como as dificuldades do texto de Marx nas FORMEN (por motivos que Hobsbawm esclarece), tentamos, ao rever a tradução, minimizar os efeitos desses dois fatores, utilizando, quando houvesse dúvidas quanto à interpretação de qualquer passagem, duas outras edições das FORMEN: a em espanhol, de Cuadernos de Pasado y Presente, e a inglesa da editora Penguin, publicada em 1973 (a rigor, não se trata de uma edição apenas das FORMEN, mas do texto integral dos GRUNDRISSE). Com isso, esperamos ter evitado as dificuldades maiores do texto de Marx.

Quando houve dúvidas quanto à melhor correspondência no vernáculo de termos do original, procuramos a forma mais aproximada, explicando a escolha em nota de pé-de-página.

Finalmente, cremos poder ser de utilidade a informação de que algumas das referências bibliográficas contidas neste volume são encontráveis em português. É este o caso de algumas das obras citadas quanto ao problema da transição

do feudalismo para o capitalismo: M. Dobb, "A Evolução do Capitalismo", Ed. Zahar; P. Sweezy, M. Dobb, H. Takahashi, R. Hilton e C. Hill, "Do Feudalismo ao Capitalismo", Publicações Dom Quixote (Lisboa), aos quais se poderia acrescentar (embora não citado neste volume) o livro "Capitalismo — transição", com textos de Hobsbawm, Parain, Vilar, Trevor-Roper, Lefebvre, Soboul e Procacci, editora Eldorado, que contém uma boa bibliografia sobre o assunto. A "Contribuição para a Crítica da Economia Política", de Marx, foi publicada pela Editorial Estampa, de Lisboa, em 1971, e "O Capital" teve recentemente encerrada a publicação do seu texto integral pela Editora Civilização Brasileira. Há ainda referência a obras de Engels, como o "Anti-Dühring" e a "Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", que também foram publicadas em português. Apesar de todas essas obras acima citadas — e possivelmente outras que figuram no texto — terem tido edições em nossa língua, decidimos, por questão de uniformidade nas referências, conservar os títulos das obras como no original inglês.

A. A.

INTRODUÇÃO

I

Este trabalho é parte de um volumoso manuscrito elaborado por Marx em 1857-58, como preparação às suas obras CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA e O CAPITAL. Foi publicado em Moscou em 1939-41 sob o título de *Grundrisse der Kritik der Politischen ökonomie*, embora alguns extratos já tivessem aparecido na *Neue Zeit* em 1903. O momento e o local da publicação determinaram que o trabalho ficasse virtualmente desconhecido até 1952, ocasião em que esta mesma parte foi publicada em Berlim, como folheto, e 1953 quando os *Grundrisse* foram reeditados, integralmente, na mesma cidade. Esta edição alemã de 1953 continua a ser a única disponível. Desconheço qualquer tradução para línguas da Europa ocidental, exceto uma para o italiano (*) em 1956. Os GRUNDRISSE pertencem, pois, ao grande grupo de manuscritos de Marx e Engels não publicados durante a vida dos autores e que só se tornaram acessíveis ao estudo a partir de 1930. A maior parte deles pertencem à Juventude de Marx e do marxismo, como é o caso dos MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS DE 1844 que tiveram importante papel em debates recentes. Os GRUNDRISSE, entretanto, foram elabora-

(*) Posteriormente a esta apresentação de Hobsbawm foram lançadas edições em francês e espanhol, além da italiana. Em 1973 a editora Penguin publicou versão integral em inglês dos "GRUNDRISSE", com tradução e apresentação de Martin Nicolaus (N.E.).

dos por Marx em plena maturidade de seu pensamento. São o resultado de uma década de intensos estudos na Inglaterra e representam claramente a etapa de seu pensamento que precede, de imediato, o esboço do CAPITAL, nos primeiros anos da década de 1860, constituindo-se, como dissemos, no trabalho preliminar da obra máxima.

GRUNDRISSE é, portanto, o último dos trabalhos de envergadura do Marx maduro a ser apresentado ao público.

Nestas circunstâncias, é surpreendente o fato destes manuscritos terem sido negligenciados, especialmente a parte intitulada *Formen die der Kapitalistischen vorhergehen*, na qual Marx aborda o problema da evolução histórica pré-capitalista e que aqui apresentamos. Porque não se trata de observações ocasionais ou pouco importantes. O presente trabalho não representa apenas — como o próprio Marx escreveu orgulhosamente a Lassalle (a 12 de Novembro de 1858) — "o resultado de quinze anos de pesquisas, ou seja, dos melhores anos da minha vida". Não somente nos mostra Marx no máximo de seu brilhantismo e profundidade: é, também, sob vários aspectos, sua mais sistemática tentativa de enfrentar o problema da evolução histórica e complemento indispensável do *Prefácio da Crítica da Economia Política*, escrito logo após e que apresenta o materialismo histórico em sua forma mais rica.

Pode-se afirmar, sem hesitação, que qualquer discussão histórica marxista realizada sem levar em consideração o presente trabalho — o que significa, virtualmente, a totalidade das discussões anteriores a 1941 e, desgraçadamente, muitas das posteriores — terá de ser reconsiderada à luz do mesmo.

Há, entretanto, razões óbvias para esta falha. Os *Grundrisse*, conforme Marx escreveu a Lassalle, eram "monografias escritas em períodos muito diversos, para meu próprio esclarecimento, não para publicação". Não apenas exigem do leitor uma grande familiaridade com o estilo do pensamento de Marx — isto é, com toda sua evolução intelectual e especialmente com o Hegelianismo — mas, ainda, foram notas escritas numa espécie de taquigrafia intelectual particular, algumas vezes impenetrável, sob a forma de observações em esboço, intercaladas com notas colaterais que, embora claras para Marx, freqüentemente são, para nós, de caráter ambíguo. Qualquer um que tenha tentado traduzir o manuscrito, ou mesmo estudá-lo e interpretá-lo, saberá

que, às vezes, torna-se quase impossível precisar o sentido exato de certas passagens. Ainda que Marx tivesse tido o propósito de esclarecer o significado de suas observações, o resultado não seria um texto fácil, porque sua análise transcorre num nível elevado de generalização, ou seja, em termos altamente abstratos. Primeiramente, Marx preocupa-se — como em seu Prefácio à CRÍTICA — em estabelecer o mecanismo geral de *todas* as transformações sociais: isto é — a formação das relações sociais de produção que correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das forças produtivas materiais; o desenvolvimento periódico de conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção; as "épocas de revolução social" em que as relações de produção se ajustam novamente ao nível das forças produtivas. Esta análise geral não implica nenhuma formulação sobre períodos históricos específicos nem sobre relações de produção e forças produtivas concretas. Assim, a palavra "classe" nem sequer é mencionada no *Prefácio*, na medida em que as classes são apenas casos especiais das relações sociais de produção em períodos históricos específicos, embora, de certo, muito longos. A única referência a formações e períodos históricos consiste em uma breve e não explicada nem justificada relação de "épocas no progresso da formação econômica da sociedade" — expressas como os modos de produção "asiático, antigo, feudal e burguês moderno", este último representando a forma antagônica final do processo social de produção.

As FORMEN são ao mesmo tempo mais gerais e mais específicas do que o *Prefácio*, embora elas também — e é importante observar isto de início — não constituam "história" em sentido estrito. Num aspecto, o manuscrito tenta evidenciar, na análise da evolução social, as características de *toda* teoria dialética, ou mesmo de toda teoria satisfatória sobre qualquer tema. Busca, e realmente consegue, aquelas qualidades, de economia intelectual, generalização e lógica interna consistente, que os cientistas costumam denominar de "beleza" e "elegância", e o faz empregando o método dialético de Hegel, ainda que em bases materialistas e não idealistas.

Isto nos leva de imediato ao segundo aspecto. As FORMEN tentam formular o *conteúdo* da história na sua forma mais geral. Este conteúdo é o *progresso*. Nem os que negam a existência do progresso histórico nem os que (mui-

tas vezes baseados nos trabalhos do jovem Marx) vêm o pensamento de Marx meramente como uma exigência ética de libertação do homem, encontrarão qualquer apoio aqui. Para Marx, o progresso é algo objetivamente definível, que indica, ao mesmo tempo, o que é desejável. A força da crença marxista no triunfo do livre desenvolvimento de todos os homens não depende do vigor das esperanças de Marx neste sentido, mas da pretendida justeza da análise, segundo a qual é neste rumo que o desenvolvimento histórico, finalmente, conduzirá a humanidade.

A base objetiva do humanismo de Marx e, simultaneamente, de sua teoria da evolução social e econômica é a análise do homem como um animal social. O homem — ou melhor, os homens — realizam *trabalho*, isto é, criam e reproduzem sua existência na prática diária, ao respirar, ao buscar alimento, abrigo, amor, etc. Fazem isto atuando na natureza, tirando da natureza (e, às vezes, transformando-a conscientemente) com este propósito. Esta interação entre o homem e a natureza é — e ao mesmo tempo produz — a evolução social. Retirar algo da natureza, ou determinar um tipo de uso para alguma parte da natureza (inclusive o próprio corpo) pode ser considerado e é o que acontece na linguagem comum, uma apropriação, que é, pois, originalmente, apenas um aspecto do trabalho. Isto se expressa no conceito de *propriedade* (que não deve ser, de forma alguma, identificado com a forma histórica específica da propriedade *privada*). No começo, diz Marx, "o relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é de propriedade; esta constitui a unidade natural do trabalho com seus pré-requisitos materiais (*sachliche*)" (p. 65). Sendo um animal social, o homem desenvolve tanto a cooperação como uma *divisão social do trabalho* (isto é, especialização de funções) que não só é possibilitada pela produção de um *excedente* acima do que é necessário para manter o indivíduo e a comunidade da qual participa, mas também amplia as possibilidades adicionais de geração desse excedente. A existência deste excedente e da divisão social do trabalho tornam possível a *troca*. Mas, inicialmente, tanto a produção como a troca têm, como finalidade, apenas, o *uso* — isto é, a manutenção do produtor e de sua comunidade. Estes são os elementos analíticos principais em que a teoria se baseia e constituem, na reali-

dade, extensões ou corolários do conceito original do homem como um animal social de tipo especial¹

O progresso, naturalmente, é observável na crescente emancipação do homem relativamente à natureza e no seu domínio cada vez maior sobre a mesma. Esta emancipação — a partir de uma determinada situação na qual os homens primitivos têm de lutar pela sobrevivência e a partir das relações originais e espontâneas (como diz Marx, *naturwüchsig* — "em seu desenvolvimento natural") que nascem do processo de evolução dos animais em grupos humanos — não apenas afeta as forças produtivas, como também, as relações de produção. É precisamente deste último aspecto que Marx se ocupa nas FORMEN. De um lado, as relações que os homens estabelecem entre si, como resultado da especialização do trabalho — especialmente a *troca* — se tornam cada vez mais claras e sofisticadas, até que a invenção do *dinheiro* e, com ele, da *produção de mercadorias* e da troca, proporciona uma base para procedimentos anteriormente inimagináveis, inclusive a acumulação de capital. Este processo, embora mencionado no início do presente ensaio (p. 65) não é seu tema principal. De outro lado, a dupla relação de trabalho-propriedade é progressivamente rompida, na medida em que o homem afasta-se da *naturwüchsig*, isto é, de sua relação primitiva (ou desenvolvida espontaneamente) com a natureza. Esta relação vai assumir a forma de uma progressiva "separação entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização — ou seja, separação entremos meios de trabalho (*Arbeitsmittel*) e o objeto de trabalho... E, portanto, acima de tudo, separação entre o trabalhador e a terra como seu laboratório natural" (p. 65). Esta separação se completa, finalmente, sob o capitalismo, quando o trabalhador é reduzido a simples força-de-trabalho e, podemos acrescentar, inversamente a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção, inteiramente divorciado do trabalho. No processo de produção dá-se, então, uma separação total entre o uso (que não tem importância direta), e a troca e a acumulação (que vão constituir o objetivo direto da produção). Este é o processo

1 Quanto à explicação de Engels sobre a evolução do homem a partir dos macacos e, portanto, da diferença entre o homem e os outros primatas, cf. seu esboço de 1876 sobre "O papel do trabalho na transformação do macaco em homem" em DIALÉTICA DA NATUREZA, WERKE, XX, 444-55.

que, em suas possíveis variações, Marx tenta analisar aqui. Embora as formações econômico-sociais específicas sejam muito importantes, expressando fases particulares desta evolução, é o processo completo que ele tem em mente, compreendendo os séculos e os continentes. Portanto, seu esquema é cronológico somente no sentido mais lato, e problemas como, digamos, a transição de uma fase para outra não constituem sua preocupação básica, salvo na medida em que esclarecem as transformações a longo prazo.

Mas, ao mesmo tempo, este processo de emancipação do homem em reiação às suas condições naturais originais de produção, é um processo de *individualização* humana. "O homem só se individualiza (*vereinzelt sich*) através do processo histórico. Surge, originalmente, como um ser genérico, tribal, um animal de rebanho... A própria troca atua como um agente fundamental desta individualização. Torna superfluo o animal gregário e o dissolve." (p. 90). Isto determina, automaticamente, transformação nas relações do indivíduo com o que era, originalmente, a sua comunidade. A antiga comunidade transformou-se, no caso extremo do capitalismo, em um mecanismo social desumanizado que, embora torne possível a individualização, é hostil e estranho ao indivíduo. Apesar disso, este processo encerra imensas possibilidades para a humanidade. Como observa Marx num trecho pleno de otimismo e profundidade (p. 80-81):

"A antiga concepção segundo a qual o homem sempre aparece (por mais estreitamente religiosa, nacional ou política que seja a apreciação) como o objetivo da produção parece muito mais elevada que a do mundo moderno, na qual a produção é o objetivo do homem, e a riqueza, o objetivo da produção. Na verdade, entretanto, quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas, etc, dos indivíduos, adquirida no intercâmbio universal? O que é, senão o completo desenvolvimento do domínio humano sobre as forças naturais — tanto as suas próprias quanto as da chamada "natureza"? O que é, senão a plena elaboração de suas faculdades criadoras, sem quaisquer precondições além da evolução histórica precedente que transforma num fim em si, a totalidade desta evolução — isto é, a evolução de todas as forças humanas, como tais, não medidas por nenhum critério *previamente estabelecido*? E o que é isto, senão

uma situação em que o homem não se reproduz a si mesmo numa forma determinada, limitada, mas produz sua totalidade, se desvincilhando do passado e se integrando no contínuo movimento em busca do dever? Na economia política burguesa — e na forma de produção correspondente — este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, e a destruição de todos os objetivos fixos e unilaterais, como o sacrifício do fim em si mesmo, em proveito de forças que lhe são estranhas".

Mesmo nesta forma tão desumanizada e aparentemente contraditória o ideal humanista do livre desenvolvimento individual está mais próximo do que jamais esteve em qualquer fase anterior da história. Apenas aguarda a passagem do que Marx chama, em frase lapidar, a etapa pré-histórica da sociedade humana — a era das sociedades de classe, das quais o capitalismo é a final — para a era em que o homem controlará seu destino, a era do comunismo.

A visão de Marx é, assim, uma força unificadora. Seu modelo de desenvolvimento social e econômico é tal que, diversamente do de Hegel, pode ser aplicado à história para produzir férteis e originais resultados em lugar de tautologia; mas, ao mesmo tempo, pode ser apresentado como o desdobramento das possibilidades lógicas latentes numas poucas formulações elementares e quase axiomáticas sobre a natureza do homem — a resolução dialética das contradições trabalho/propriedade e da divisão do trabalho.² Trata-se de um modelo de fatos, mas, visto de ângulo um pouco diverso, o *mesmo* modelo nos proporciona juízos de valor. É esta multi-dimensionalidade da teoria de Marx que leva todos, exceto os de pouco entendimento ou preconceituosos, a respeitá-lo e a admirá-lo como pensador, mesmo que não concordem com ele. Ao mesmo tempo, especialmente porque o próprio Marx não faz concessões às exigências de um leitor superficial, as dificuldades de seu texto, indiscutivelmente, aumentam.

2 Marx, diversamente de Hegel, não se deixa seduzir pela possibilidade — e, em certas etapas do pensamento, pela necessidade — de uma apresentação abstrata e apriorística de sua teoria. Cf. a parte — brilhante, profunda e excitante como quase tudo o que Marx escreveu neste período crucial de seu pensamento — sobre o Método da economia política na (inédita) *Introdução à CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA* (WERKE, XIII, 631-9) onde ele discute a validade deste procedimento.

Um exemplo desta complexidade pode ser mencionado, em especial: é a recusa de Marx em separar as diversas disciplinas acadêmicas. É possível fazê-lo em seu lugar. O falecido J. Schumpeter, um dos mais inteligentes críticos de Marx, tentou estabelecer uma distinção entre Marx, o sociólogo, e Marx, o economista — e, se poderia, facilmente, ainda isolar o Marx historiador. Mas, tais classificações mecânicas resultam enganadoras e inteiramente contrárias ao método de Marx. Foram os economistas acadêmicos burgueses que se propuseram a traçar uma linha divisória rígida entre análise estática e dinâmica, no intuito de transformar uma em outra através da simples incorporação de algum elemento "dinamizador" no sistema estático, assim como são os economistas acadêmicos que ainda elaboram um modelo puro de "crescimento econômico", preferentemente expresso em equações matemáticas, relegando o que não se encaixa nele para o campo dos "sociólogos". A sociologia acadêmica faz distinções semelhantes num nível bem mais baixo de interesse científico e os historiadores num ainda mais modesto. Mas este não é o tipo de pensamento de Marx. As relações sociais de produção (i.é, organização social no mais lato dos sentidos) e as forças produtivas materiais (a cujo nível aquelas correspondem) não podem ser separadas.

"A estrutura econômica da sociedade é formada pela totalidade dessas relações de produção" (Prefácio, *Werke*, XIII, 8). O desenvolvimento econômico não pode ser visto simplesmente como "crescimento econômico" e muito menos decompor-se numa variedade de fatores isolados tais como produtividade ou taxa de acumulação de capital, como fazem alguns vulgares economistas modernos, argumentando que o crescimento se dá quando, por exemplo, mais do que 57% da renda nacional são investidos.³ Este tipo de crescimento não pode ser discutido, a não ser em termos de épocas históricas determinadas e estruturas sociais particulares. O estudo de vários modos de produção pré-capitalistas neste ensaio é um brilhante exemplo disto e, incidentalmente, ilustra quão in-

3 Marx tinha perfeita noção das possibilidades e do uso de tais simplificações, embora não lhes atribuísse demasiada importância. Daí sua sugestão de um estudo do crescimento histórico da produtividade como meio de dar significado científico às observações de Adam Smith sobre economias estagnadas e progressistas. Introdução à *Crítica da Economia Política*, I, 1, *Werke*, 618.

teiramente errado é conceber o materialismo histórico como uma interpretação *econômica* (ou *sociológica*) da história.¹

Ainda assim, mesmo que estejamos firmemente conscientes de que Marx não pode ser dividido em segmentos correspondentes às especializações acadêmicas de nossos dias, será difícil apreender a unidade de seu pensamento. Isto se deve, em parte, porque o mero esforço de realizar uma exposição sistemática e lúcida de um problema nos leva a discutir seus diferentes aspectos *seriatim*(^{*}), em vez de simultaneamente, e em parte porque a árdua tarefa da investigação e verificação científica, em certo estágio, nos obriga a fazer o mesmo. Esta é uma das razões pelas quais alguns trabalhos de Engels, que tem, evidentemente, a clareza expositiva por objetivo, dão a impressão — ao lado do presente ensaio, por exemplo — de simplificação excessiva ou de escassa densidade, diante da profundidade do pensamento de Marx. Algumas exposições marxistas posteriores, como o MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO de Stalin foram demasiadamente longe, talvez, neste sentido. Ao contrário, o desejo de enfatizar a unidade e a interdependência dialéticas de Marx, pode conduzir a generalizações vagas sobre a dialética ou a observações tais como a de que a super-estrutura não é mecanicamente, ou a curto prazo, determinada pela base, mas reage contra esta e pode, às vezes, dominá-la. Tais afirmações podem ter valor pedagógico e servir de advertência contra concepções simplificadas do marxismo (neste sentido, por exemplo, Engels as formulou em sua conhecida carta a Bloch) mas realmente não nos levarão muito longe. Há, como Engels chamou a atenção de Bloch⁵, um meio satisfatório de evitar tais dificuldades: "estudar profundamente a teoria em suas fontes originais e não em fontes de segunda-mão". Por este motivo o presente ensaio em que o leitor poderá acompanhar Marx "no próprio processo de pensamento deste", merece estudo tão atento e respeitoso.

4 Isto é reconhecido pelos críticos mais capazes do Marxismo. Assim, G. Lichtheim destaca, corretamente, que as teorias sociológicas de Max Weber — sobre religião e capitalismo ou sociedade oriental — não são alternativas a Marx. Elas foram ou antecipadas por ele ou podem ser facilmente encaixadas nos seus esquemas. MARXISM (1961) 385; MARX AND THE ASIATIC MODE OF PRODUCTION (St. Antony's Papers, 14, 1963), 106.

(*) Ponto-por-ponto. NT.

5 A Joseph Bloch, 21.9.1890.

A maioria dos leitores interessar-se-á por um aspecto primordial do ensaio: o estudo de Marx sobre as épocas de desenvolvimento histórico, que constitui o substrato da breve lista apresentada no Prefácio da CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA. Este é, em si mesmo, um tema complexo que exige uma certa familiaridade com o desenvolvimento do pensamento de Marx e Engels sobre história e evolução histórica, e com o destino dado às suas principais periodizações ou divisões históricas nas subseqüentes discussões marxistas.

A formulação clássica destas periodizações se encontra no Prefácio da CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA, da qual os *Grundrisse* constituem esboço preliminar. Aí, Marx sugere que "em linhas gerais podemos designar de modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno às tantas épocas de progresso da formação econômica da sociedade". A análise que o levou a tal conclusão e o modelo teórico de evolução econômica que implica, não são discutidos no Prefácio, embora vários trechos da CRÍTICA e do CAPITAL (especialmente o Vol. III) correspondam a este modelo e sejam difíceis de ser compreendidos sem ele. As FORMEN, por sua vez, referem-se quase que inteiramente a este problema. Portanto são de leitura essencial para quem deseja entender o modo de pensar de Marx, em geral, ou sua abordagem do problema da evolução e da classificação históricas, em particular.

Isto não significa que sejamos obrigados a aceitar a classificação de épocas históricas de Marx, tal como foram apresentadas no Prefácio ou nas FORMEN. Como veremos, poucas partes do pensamento de Marx foram objeto de tanta revisão, por parte de seus mais devotados seguidores, do que esta lista — revisões estas nem sempre justificáveis — e nem Marx nem Engels ficaram satisfeitos com ela. A lista, e boa parte das discussões subjacentes a ela, nas FORMEN, são o resultado da observação e não de dedução teórica. A teoria geral do materialismo histórico requer apenas a existência de uma sucessão de modos de produção, e não a existência de modos específicos, nem que haja uma ordem pré-determinada para esta sucessão.⁶ A partir do material histórico

6_ Há, obviamente, certos limites: não é provável que uma formação econômico-social baseada numa tecnologia que exija máquinas a vapor ocorresse antes de outra que não requiera tal nível tecnológico.

disponível, Marx distinguiu um certo número de formações econômico-sociais sucessivas. Mas, ainda que tivesse havido equívoco em suas observações, ou se estas fossem baseadas em informações parciais e por tanto enganadoras, a teoria geral do materialismo histórico não teria sido afetada. Concorda-se, de um modo geral, que as observações de Marx e Engels sobre épocas pré-capitalistas baseiam-se em estudos bem menos profundos do que a descrição e análise do capitalismo feitas por Marx. Este concentrou suas energias no estudo do capitalismo, dedicando-se ao restante da história em graus diversos de detalhes, principalmente na medida em que o levava às origens e ao desenvolvimento do capitalismo. Ambos, ele e Engels, eram, no que se refere à história, leigos excepcionalmente bem informados e tanto sua genialidade como sua teoria os capacitava a fazer um uso imensamente melhor de suas leituras do que qualquer de seus contemporâneos. Mas a literatura disponível na época era muito mais limitada do que a de hoje em dia. Portanto é útil pesquisar, brevemente, o que Marx e Engels conheciam de história e o que eles ainda não podiam saber. Isto não significa que seu conhecimento fosse *insuficiente* para a elaboração de suas teorias das sociedades pré-capitalistas. O mais provável é que tenha sido perfeitamente adequado. É um vício profissional de "scholars" considerar que a mera acumulação de volumes e artigos faz progredir a compreensão, quando na verdade apenas serve para encher bibliotecas. Entretanto, o conhecimento das bases fatuais da análise histórica de Marx é, evidentemente, desejável para melhor entendê-la.

Quanto à história da antigüidade clássica (greco-romana), Marx e Engels estavam quase tão bem equipados quanto o estudioso moderno que confia em fontes puramente literárias, se bem que a maior parte dos trabalhos arqueológicos, papiros e coleções de inscrições, que a partir de então revolucionaram o estudo da antigüidade clássica, não estivessem à sua disposição quando as FORMEN foram escritas. (Schliemann não começou a escavar em Tróia antes de 1870 e o primeiro volume de CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM de Mommsen só apareceu em 1863.) Conhecedores das línguas clássicas, eles não tinham dificuldade para ler em latim e grego "e sabemos que chegaram a familiarizar-se com fontes de difícil manipulação como Jornandes, Amiano Mar-

celino, Cassiodoro ou Orosio.⁷ Por outro lado, nem sua formação clássica nem o material então disponível tornavam possível um conhecimento profundo do Egito e do antigo Oriente Médio. Marx e Engels, de fato, não se reportaram a estas regiões em seus estudos deste período. Mesmo referências ocasionais a elas são relativamente raras, o que não significa que Marx e Engels⁸ pusessem de lado seus problemas históricos.

No terreno da história oriental, sua situação era bem diversa. Não há evidência de que, antes de 1848, tivessem tratado de forma sistemática do assunto. É provável que não conhecessem mais sobre história oriental do que há nas "Lições sobre a filosofia da História" de Hegel (que não são muito esclarecedoras) e outras informações que pudessem ser familiares aos alemães educados deste período. O exílio na Inglaterra, os acontecimentos políticos da década de 1850 e, sobretudo, os estudos econômicos de Marx transformaram, rapidamente, seus conhecimentos. O próprio Marx familiarizou-se com a Índia através dos economistas clássicos que leu ou releu no início da década citada (PRINCÍPIOS de J. S. Mill, Adam Smith, INTRODUCTORY LECTURE de Richard Jones em 1851).⁹ Iniciou a publicação de artigos sobre a China (14 de junho) e Índia (25 de junho) no New York Daily Tribune, em 1853. É evidente que neste ano, tanto ele quanto Engels estavam profundamente interessados nos problemas históricos do Oriente, a ponto de Engels tentar aprender o persa.¹⁰

No início do verão de 1853 sua correspondência refere-se a A HISTORICAL GEOGRAPHY OF ARÁBIA do Rev. C. Foster, às VOYAGES de Bernier, a Sir William Jones, o orientalista, a trabalhos parlamentares sobre a Índia e a HISTORY OF JAVA de Stamford Raffles.¹¹ É razoável supor que a visão

7 MARX UND ENGELS ZUR DEUTSCHEN GESCHICHTE (Berlim, 1953) I, 88, 616, 49.

8 Cf. Engels a Marx, 18 de maio de 1853, sobre a origem da Babilônia; Engels a Marx, 6 de junho de 1853.

9 Karl Marx, Chronik Seines Lebens, 96, 103, 107, 110, 139.

10 Engels a Marx, 6 de junho de 1853.

11 Correspondência de 18 de maio-14 de junho. Entre outras fontes orientais mencionadas nos trabalhos de Marx entre março e dezembro de 1853 estão G. Campbell — MODERN INDIA (1852), J. Child — TREATISE ON EAST INDIA TRADE (1681), J. von Hammer — "Geschichte des osmanischen Reiches" (1835), James Mill — HIS-

de Marx sobre a sociedade asiática tivesse recebido sua primeira formulação madura nesses meses e que não se tratasse, em absoluto, de um estudo superficial.

Por sua vez, os estudos de Marx e Engels sobre o feudalismo da Europa ocidental parecem ter tido uma orientação diversa. Marx acompanhava passo a passo as pesquisas realizadas na época sobre a história agrária medieval, ou seja, principalmente os trabalhos de Hansen, Meitzen e Maurer,¹² a que se referiu no CAPITAL, vol. I, mas há poucos indícios, na realidade, de que, neste período, estivesse seriamente interessado nos problemas da evolução da agricultura medieval ou da servidão. (As referências que faz têm conexão com a servidão então existente na Europa Oriental e, especialmente, na Rumania.) Só depois da publicação do vol. I do CAPITAL (i.é, quando já tinha elaborado o esboço básico dos volumes II e III) este problema começou, ?3 que parece, a preocupar os dois amigos, sobretudo a partir de 1868, quando Marx iniciou, seriamente, o estudo de Maurer, cujos trabalhos ele e Engels, daí por diante, encararam como a base de seus conhecimentos neste campo.¹³ Entretanto, o interesse de Marx parece ter-se concentrado na luz que Maurer e outros lançaram sobre a comunidade camponesa primitiva, mais do que na servidão, enquanto Engels, ao que tudo indica, desde o começo interessou-se por este último aspecto também, apresentando a servidão com base em Maurer, em seu texto O MARCO (escrito em 1882). Algumas das derradeiras cartas trocadas entre os dois,

TORY OF ÍNDIA 0826), Thomas Mun — A DISCOURSE ON TRADE, FROM ENGLAND INTO THE EAST INDIES (1621), J. Poüexfen — ENGLAND AND EAST ÍNDIA... (1697) e Salykow, LETTRES SUR L'INDE (1848). Também leu e anotou vários outros trabalhos e Informes parlamentares.

12 G. Hassen — *"Die Aufhebung der Leibeigenschaft and die Umgestaltung der gutsherrlich-bäuerlichen Verhältnisse überhaupt in den Herzogthümern Schleswig und Holstein"* (São Petersburgo, 1861); August Meitzen — *"Der Boden und die landwirtschaftlichen Verhältnisse des preussischen Staates"* (Berlim, 1866), G. von Maurer — *"Einleitung zur Geschichte der Mark, Ho}, Dor} und Stadtverfassung und der öffentlichen Gewalt"* (Munich, 1854) e *"Geschichte der Fronhöfe"*, etc, 4 volumes. (Erlangen, 1862-3).

13 Marx a Engels, 14 de março de 1868; Engels a Marx, 25 de março de 1868; Marx a Vera Zasulich, 8 de março de 1881; Engels a Bebel, 23 de setembro de 1882.

em 1882, referem-se à evolução histórica da servidão.¹⁴ Evidencia-se que o interesse de Marx no tema cresceu no fim de sua vida, quando os problemas da Rússia passaram a preocupá-lo cada vez mais. As seções do volume III o CAPITAL, que tratam das transformações da renda da terra, não mostram qualquer sinal de estudo minucioso da literatura sobre a agricultura feudal do Ocidente.

O interesse de Marx nas origens medievais da burguesia e no comércio e finanças feudais era — como se faz evidente no CAPITAL, vol. III — muito mais intenso. Não há dúvida quanto ao fato dele ter estudado não só as obras de caráter geral sobre a Idade Média Ocidental mas, na medida em que estava a seu alcance, a literatura especializada sobre preços (Thorold Rogers), sistema bancário, comércio e moedas medievais.¹⁵ Naturalmente, o estudo de tais temas dava os primeiros passos, ainda, no período mais intenso de trabalho de Marx, nas décadas de 1850 e 1860, de modo que algumas destas fontes, tanto sobre história comercial como agrária, são consideradas obsoletas há muito tempo.¹⁶

De um modo geral, o interesse de Engels na Idade Média Ocidental e, especialmente, Alemã, era muito mais vivo que o de Marx. Ele lia muito, inclusive fontes primárias e monografias locais; redigiu esboços da história antiga da Alemanha e da Irlanda e tinha aguda noção da importância das evidências lingüísticas e arqueológicas (especialmente do trabalho escandinavo que Marx já citara como notável na década de 1860). Percebia, também, como qualquer estudioso moderno, a importância crucial de documentos econômicos do início da Idade Média, como o "Políptico" do Abade Irmino de St. Germain. Entretanto, não se pode escapar à impressão de que, como Marx, seu interesse real estava na comunidade camponesa primitiva, mais do que no desenvolvimento do regime senhorial.

14 Engels a Marx, 15 de dezembro de 1882; Marx a Engels, 16 de dezembro de 1882.

15 Thorold Rogers é elogiado como "a primeira história autêntica dos preços" da época em CAPITAL, I (Ed. Torr, 692 n.) K.D. Huellmann — "*Städtewesen des Mittelalters*" (Bonn, 1826-9 é amplamente citado no CAPITAL, HI.

16 Como Huellmann, ou a HISTOIRE DU TRAVAIL... EN FRANCE de Vincard (1845) ou Klndlinger — "*Geschichte der deutschen Horigkeit*" (1818).

Quanto à primitiva sociedade comunal, os pontos de vista históricos de Marx e Engels foram, certamente, influenciados pela leitura de dois autores: Georg von Maurer, que tentou demonstrar, a existência da propriedade comunal como uma etapa da história germânica, e, sobretudo, Lewis Morgan, cuja *ANCIENT SOCIETY* (1877) proporcionou a base para suas análises do comunismo primitivo. "O MARCO" (1882) de Engels é fundamentado no primeiro destes autores e sua *ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO* (1884) apóia-se, virtualmente, no segundo. O trabalho de Maurer (que, como vimos, começou a causar impressão nos dois amigos, em 1868) era considerado por eles, em certo sentido, como uma libertação acadêmica, em relação ao medievalismo romântico surgido como reação à Revolução Francesa. (Sua própria falta de simpatia por este romantismo pode explicar algo da relativa negligência que demonstraram quanto à história feudal ocidental.) O estudo das épocas anteriores à Idade Média, das primitivas épocas da história humana, como Maurer fizera, parecia coerente com a tendência socialista, embora os investigadores alemães que assim procediam não fossem socialistas.¹⁷ Lewis Morgan desenvolveu-se intelectualmente em meio à atmosfera criada pelos socialistas utópicos e delineou, com clareza, o relacionamento entre o estudo da sociedade primitiva e o futuro. Era natural que Marx, conhecendo a obra logo depois de publicada e percebendo imediatamente a semelhança das conclusões de Morgan com as suas próprias, a usasse e aplaudisse — o que fez manifestando vivo reconhecimento, um costume bem característico de sua escrupulosa honestidade científica. Uma terceira fonte que Marx usou com freqüência em seus últimos anos, foi a ampla literatura especializada russa, mormente o trabalho de M. M. Kovalevsky.

Ao tempo em que as *FORMEN* foram escritas os conhecimentos de Marx e Engels sobre a sociedade primitiva eram apenas esquemáticos. Não se baseavam em qualquer investigação profunda sobre as sociedades tribais, pois a moderna antropologia estava em sua infância e, apesar do trabalho de Prescott (que Marx leu em 1851 e, evidentemente, utilizou nas *FORMEN*), no mesmo nível estavam os conhecimentos sobre as civilizações pré-colombianas das Américas. Até Mor-

17 Engels a Marx, 25 de março de 1868.

gan, a maioria de seus pontos de vista sobre o assunto baseavam-se em parte nos autores clássicos, em parte em material procedente do oriente e, principalmente, em documentos sobre as primeiras fases da Europa medieval ou em estudos das sobrevivências comunais na Europa. Entre estas, as da Europa Oriental e Eslava desempenharam importante papel, porque a força de tais sobrevivências, nestas regiões, há muito havia atraído a atenção dos estudiosos. A divisão em quatro tipos básicos — oriental (indiano), greco-romano, germânico e eslavo (cf. p. 90) — corresponde ao estágio de seus conhecimentos na década de 1850.

Quanto à história do desenvolvimento capitalista, Marx já era altamente especializado pelo fim dos anos 1850, à base, não tanto da literatura sobre história econômica que então mal existia, mas da volumosa literatura sobre teoria econômica de que era profundo conhecedor. Para verificá-lo, basta uma rápida revisão da bibliografia citada na maioria das edições do CAPITAL. A julgar pelos padrões modernos, as informações disponíveis entre 1850 e 1860 eram extremamente deficientes mas, nem por isto, devemos considerá-las nulas, especialmente quando utilizadas por um homem da acuidade mental de Marx. Assim, podemos afirmar que nosso conhecimento sobre a alta de preços no século XVI e o papel desempenhado neste processo pelo ouro e prata vindos da América, apenas alcançou uma sólida base documentária a partir de 1929, aproximadamente, ou até mais tarde. Mas geralmente se esquece que pelo menos um trabalho fundamental sobre o tema circulava antes mesmo da morte de Marx,¹⁸ e que, antes disto, muito já era conhecido em geral, sobre o tema, o bastante para permitir uma inteligente exposição, como a que Marx apresentou na CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA.¹⁹ Não é preciso acrescentar que Marx e Engels mantiveram-se sempre a par dos trabalhos realizados neste campo.

Podemos, pois, resumir o nível geral dos conhecimentos históricos de Marx e Engels da seguinte forma: no período em que foram elaboradas as FORMEN eram escassos os sobre

18 A. Soetbeer — *"Edelmetall-Produktion und Wertverhältnis zwischen Gold u. Silber seit der Entdeckung Amerikas..."* (Gotha, 1879) foi conhecido por Engels.

19 Marx-Engels — WERKE, 13 (Berlim, 1961) 135-9 que, incidentalmente, antecipa as críticas modernas às explicações meramente monetárias das altas de preços

pré-história, sociedades comunais primitivas e América Pré-colombiana e virtualmente inexistentes os relativos à África. Quanto ao Oriente Médio, antigo e medieval — bem como o Japão — os estudos realizados pelos dois eram insuficientes, melhorando sensivelmente no que dizia respeito a outras partes da Ásia, em especial a Índia. O conhecimento da antiguidade clássica e da Idade Média europeia podia ser considerado bom, embora o grau de interesse demonstrado por Marx e Engels não fosse o mesmo. Considerando-se a época, era excepcional o conhecimento que tinham sobre o capitalismo em ascensão. Tanto Marx quanto Engels eram, naturalmente, assíduos estudiosos de história. Entretanto, é provável ter havido dois períodos da carreira de Marx dedicados mais especialmente à história das sociedades pré-industriais ou não-europeias: os anos da década de 1850, i.é, o período anterior ao do esboço da CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA e a década de 1870, depois da publicação do volume I do CAPITAL e de substancialmente esboçados os volumes II e III, quando Marx parece ter retornado aos estudos históricos, especialmente sobre a Europa Oriental e a sociedade primitiva, talvez em correspondência a seu interesse quanto às possibilidades revolucionárias da Rússia.

II

Acompanhemos agora a evolução dos pontos de vista de Marx e Engels sobre periodização e evolução histórica.

A primeira fase desta evolução pode ser melhor estudada na IDEOLOGIA ALEMÃ de 1845-6, onde já se admite (o que não constituía novidade) que etapas diversas da divisão social do trabalho correspondem a formas distintas de propriedade. A primeira destas é a propriedade comunal e corresponde ao "estágio não desenvolvido da produção, em que as pessoas se sustentam caçando, pescando e criando animais ou, quando muito, plantando".²⁰ Nesta etapa a estrutura social baseia-se no desenvolvimento e modificação do grupo de parentesco e em sua divisão interna de trabalho. Este grupo (a "família")

20 Werke, III, 22

tende a desenvolver em seu seio não apenas a distinção entre o chefe e demais membros, mas, ainda, a escravidão, que se origina do aumento da população e suas necessidades e do incremento das relações externas, representadas pela guerra ou pelo escambo. O primeiro avanço significativo na divisão social do trabalho consiste em separar o trabalho industrial e comercial do agrícola, o que conduz à distinção e oposição entre cidade e campo. Isto, por sua vez, leva à segunda fase histórica das relações de propriedade, a "propriedade comunal e estatal da antigüidade". Marx e Engels vêem suas origens na formação de cidades pela união (por acordo ou conquista) de grupos tribais, continuando a existir a escravidão. A propriedade comunal urbana (inclusive a dos cidadãos sobre os escravos) é a forma principal de propriedade mas, lado a lado com esta, a propriedade privada emerge, embora a princípio subordinada à comunal. Com o advento da propriedade privada móvel e, especialmente, mais tarde, da propriedade imóvel privada, esta ordem social entra em decadência, o mesmo ocorrendo com os "cidadãos livres", cuja posição diante dos escravos se baseava em seu "status" coletivo de membros da tribo originária.

Nesta etapa, a divisão social do trabalho já é bastante complexa. Não só existe a divisão entre cidade e campo — e, às vezes, mesmo entre estados representativos de interesses urbanos e rurais próprios — como também, dentro da cidade, há divisão entre indústria e comércio exterior, e, naturalmente, entre homens livres e escravos. A sociedade romana representa o último estágio do desenvolvimento nesta fase da evolução.²¹ Sua base é a cidade e nunca teve êxito na superação de seus limites.

A terceira forma histórica da propriedade, a "propriedade feudal ou por estamentos"²², segue-se cronologicamente, ainda que, na realidade, a IDEOLOGIA ALEMÃ não sugira conexão lógica entre elas mas, simplesmente, indique a sucessão e o efeito da mistura das instituições dos romanos derrotados e das tribos (germânicas) conquistadoras. O feudalismo parece ser uma evolução *alternativa* do primitivo comunalismo em con-

21 WERKE, III, 22-3.

22 Observa o tradutor inglês que não há tradução adequada para o adjetivo alemão "*ständisch*" a não ser a palavra medieval "*estate*", aí ambígua: em português parece que a melhor tradução seria "estamento". NT.

dições em que nenhuma cidade se desenvolve devido à baixa densidade da população numa vasta região. O tamanho da área parece ser de importância decisiva, pois Marx e Engels sugerem que "o desenvolvimento feudal começa num território muito mais extenso, preparado pelas conquistas romanas e pela difusão da agricultura relacionada com elas".²³

Nestas circunstâncias, a área rural e não a cidade é o ponto de partida da organização social. Novamente, a propriedade comunal — que, de fato, torna-se propriedade coletiva dos senhores feudais, como um grupo, apoiados pela organização militar dos conquistadores tribais germânicos — é sua base. Mas a classe explorada, em oposição à qual a nobreza feudal organizou sua hierarquia e dirigiu seus dependentes armados, não era constituída por escravos mas por servos. Ao mesmo tempo, nas cidades, se desenvolvia uma divisão paralela: aí a forma básica de propriedade era o trabalho privado dos indivíduos, mas fatores diversos, como a necessidade de defesa, a competição e a influência da estrutura feudal circundante, produziram uma organização social análoga: as guildas de mestres artesãos ou comerciantes, que, com o tempo, ficaram em oposição a seus aprendizes e oficiais. Tanto a propriedade territorial, trabalhada pelos servos, quanto o artesanato em pequena escala, trabalhado por aprendizes e jornaleiros, são, nesta etapa, descritos como "forma principal de propriedade" sob o feudalismo (*Hauptigentum*). A divisão do trabalho estava relativamente pouco desenvolvida mas expressava-se, principalmente, na rígida separação dos vários "estamentos" — príncipes, nobres, clero e camponeses na área rural; mestres, oficiais, aprendizes e, eventualmente, a plebe dos jornaleiros nas cidades. Este sistema, baseado na grande extensão territorial, exigia unidades políticas relativamente grandes, no interesse da nobreza proprietária de terras e das cidades: as monarquias feudais, satisfazendo esta exigência, tornaram-se, assim, universais.

A transição do feudalismo para o capitalismo, entretanto, é um produto da evolução feudal.²⁴ Começa nas cidades, pois a separação entre cidade e campo é o elemento fundamental e constante da divisão social do trabalho, bem como sua expressão, desde o berço da civilização até o século XIX. Nas cidades, que, com o correr do tempo, ressurgiram na Idade Mé-

23 WERKE, m, 24. Para todo o debate, 24-5

24 Ibd. 60-61.

dia, desenvolveu-se uma divisão do trabalho entre produção e comércio, às vezes como sobrevivência da antigüidade. Isto proporcionou a base de um comércio a grande distância e uma conseqüente divisão do trabalho (especialização de produção) entre diferentes cidades. A defesa dos habitantes dos burgos contra os senhores feudais e a interação entre as cidades produziu uma *classe* de burgueses, a partir dos grupos de moradores dos diversos burgos. "A burguesia desenvolveu-se gradualmente, na medida em que as condições para sua existência foram surgindo, dividiu-se de novo em diversas facções conforme a divisão do trabalho verificada e, finalmente, absorveu todas as demais classes possuidoras (enquanto, paralelamente, forma uma nova classe, integrada pelos não-proprietários e parte dos que até então eram possuidores: o proletariado). Estas transformações se produzem na medida em que as formas de propriedade existentes vão se transformando em capital industrial ou comercial". Marx ainda acrescenta em nota: "Primeiramente são absorvidos os setores de trabalho diretamente pertencentes ao Estado, depois todos os estamentos mais ou menos ideológicos."²⁵

Enquanto o comércio não se tornou de âmbito mundial, e não se baseou em indústria de grande porte, os progressos tecnológicos continuaram inseguros. Baseados na cidade ou na região, poderiam facilmente perder-se em conseqüência de invasões ou guerras, o que impedia a generalização dos avanços locais. (Observe-se, de passagem, que a IDEOLOGIA ALEMÃ toca, aqui, no problema importante da regressão ou decadência históricas.) O desenvolvimento definitivo do capitalismo exige, portanto, o do mercado mundial.

A primeira conseqüência da divisão de trabalho entre as cidades é o advento das manufaturas independentes das corporações, baseado (como nos centros vanguardeiros da Itália e Flandres) no comércio exterior, ou (como na Inglaterra e França) no mercado interno. Este processo foi favorecido, também, pela crescente densidade populacional — especialmente nas áreas rurais — e pelo incremento da concentração de capital dentro e fora das corporações. Entre estas atividades manufatureiras, a tecelagem (porque dependia de maquinaria, embora rústica) revelou-se a mais importante, o crescimento das manufaturas, por sua vez, proporcionou meios

25 Werke, III, 53-4.

de ocupação aos camponeses feudais, que até então vinham fugindo para as cidades mas eram, cada vez mais, rejeitados pela exclusividade das guildas. A fonte desta força de trabalho era constituída, em parte, pelos antigos exércitos e criados dos Senhores feudais, e em parte, pela população deslocada pelos progressos introduzidos na agricultura e pela transformação das plantações em pastagens.

Com o desenvolvimento das manufaturas as nações começaram a competir como tais, e o mercantilismo (com suas guerras comerciais, tarifas e proibições) se alça em escala nacional. Nas manufaturas desenvolveu-se a relação entre capitalista e trabalhadores. A vasta expansão do comércio, como resultado da descoberta da América, da conquista da rota marítima para a Índia, e a importação maciça de produtos de além mar, especialmente ouro, causou impacto tanto na posição da propriedade territorial feudal quanto na classe trabalhadora. A conseqüente transformação das relações de classe, a conquista, a colonização "e sobretudo a ampliação dos mercados, cuja possibilidade de se tornar um mercado mundial agora se concretizava cada vez mais"²⁶ abriram uma nova fase no desenvolvimento histórico.

Não é preciso acompanhar a análise além deste ponto, cabendo apenas observar que a IDEOLOGIA ALEMÃ registra dois outros períodos de desenvolvimento anteriores ao triunfo da indústria, um até o meio do século XVII e outro, desta data até o fim do século XVIII. Sugere também que o sucesso da Grã-Bretanha em termos de desenvolvimento industrial foi devido à concentração do comércio e manufatura neste país durante o século XVII, que criou, gradualmente "um mercado relativamente mundial em benefício deste país e, deste modo, uma demanda de seus produtos manufaturados que não mais podia ser satisfeita apenas pelas forças até então existentes da produção industrial."²⁷

Esta análise é, sem dúvida, a base das partes históricas do MANIFESTO COMUNISTA. Seu fundamento histórico é estreito, limitando-se à antigüidade clássica (principalmente romana), Europa central e ocidental. Reconhece apenas três formas de sociedades de classe: a sociedade escravista da an-

26 *ibid.*, 56-57.

27 *ibid.*, 59.

tiguidade, o feudalismo e a sociedade burguesa. Parece sugerir as duas primeiras como vias *alternativas* a partir da sociedade comunal primitiva, vinculadas apenas porque o feudalismo estabeleceu-se sobre as ruínas da sociedade clássica escravista. Não delinea qualquer mecanismo, que explique o colapso desta, embora, provavelmente, isto esteja implícito na análise. A sociedade burguesa, em compensação, é vista como implantando-se nos interstícios da sociedade feudal. Seu crescimento é esboçado de modo completo, ao menos nas fases iniciais, a partir das cidades, cuja relação com o feudalismo agrário consiste, especialmente, em formar, com antigos servos, sua população originária bem como os acréscimos a esta. Não há, ainda, um sério esforço para descobrir as causas do excesso de população que deve prover a força de trabalho das cidades e manufaturas; as observações feitas a respeito são demasiado esquemáticas para servir a uma análise definitiva. Devem ser encaradas como hipóteses provisórias sobre o desenvolvimento histórico, ainda que algumas observações ocasionais sejam sugestivas e, de certo modo, brilhantes.

A etapa do pensamento de Marx representada pelas FORMEN é consideravelmente mais sofisticada e elaborada, baseando-se em estudos históricos muito mais amplos e variados, não confinados apenas à Europa. A principal inovação no quadro dos períodos históricos é o sistema "asiático" ou "oriental", incorporado ao famoso Prefácio da CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA.

Falando de modo genérico, pode-se considerar agora três ou quatro vias alternativas de desenvolvimento a partir do sistema comunal primitivo, cada qual representando uma forma de divisão social do trabalho já existente ou implícita nela — a *oriental*, a *antiga*, a *germânica* (embora Marx não a limite, naturalmente, a um só povo) e uma forma *Eslava*, um pouco obscura, que não será discutida ulteriormente mas tem afinidades com a *oriental* (pp. 84, 92). Importante distinção se estabelece entre os sistemas que favorecem a evolução histórica e os que se opõem a ela. O modelo elaborado em 1845-6 apenas toca de leve este problema, embora, como vimos, o ponto de vista de Marx sobre desenvolvimento histórico nunca tenha sido simplesmente unilinear, nem o tenha, jamais, encarado como um mero registro do progresso. Seja como for, nos anos 1857-8 o estudo se encontrava consideravelmente mais avançado.

O desconhecimento das FORMEN teve como resultado o fato da discussão sobre o sistema oriental, no passado, ter-se baseado principalmente nas cartas iniciais de Marx e Engels e nos artigos de Marx sobre a Índia (ambos de 1853),²⁸ em que é caracterizado — na linha dos pontos de vista dos primeiros observadores estrangeiros — pela "ausência da propriedade da terra". Pensava-se que isto se devia a condições especiais, que impunham uma centralização excepcional, tais como a necessidade de realizar obras públicas e planos de irrigação em áreas que não pudessem ser, doutro modo, efetivamente cultivadas. Entretanto, em posteriores considerações, Marx, evidentemente, sustentou que a característica fundamental deste sistema era "a unidade auto-suficiente da manufatura e agricultura", na aldeia comunal, que, assim, "contém todas as condições para a reprodução, e para a produção de excedente, dentro dela própria" (pp. 68, 79, 91), resistindo portanto a desintegração e à evolução econômica mais fortemente do que qualquer outro sistema (p. 79). A ausência teórica da propriedade no "despotismo oriental" mascara, pois, a "propriedade comunal ou tribal" que é sua base (pp. 67-68-69). Tais sistemas podem ser descentralizados ou centralizados, "mais despóticos ou mais democráticos" na forma e diversamente organizados. Onde estas pequenas unidades comunitárias existem como partes de unidades maiores podem dedicar uma parcela de seu produto excedente para pagar "os custos da comunidade (maior), isto é, a guerra, os serviços religiosos etc", e realizar operações economicamente necessárias, como a irrigação, a manutenção das comunicações, que aparecerão como efetuadas pela comunidade maior, pelo "governo despótico sobreposto às pequenas comunidades". Entretanto, esta alienação do produto excedente contém o germe do "*dominium* senhorial, no seu sentido original" e o feudalismo (vilania) pode desenvolver-se daí.

A natureza "fechada" das unidades comunais significa que as cidades mal pertencem à economia, surgindo "somente onde a localização seja particularmente favorável ao comércio exterior ou onde o déspota e seus sátrapas trocam suas receitas (produto excedente) por força de trabalho,

28 Principalmente Marx a Engels, 2.6.1853; Engels a Marx, 6.6.1853; Marx a Engels, 14.6.1853 e WERKE.

que empregam como um fundo de trabalho" (p. 69). O sistema asiático não é ainda, portanto, uma sociedade de classe, ou, se for uma sociedade de classes, será, então, sua forma mais primitiva. Marx parece considerar as sociedades pré-colombianas mexicana e peruana como pertencentes ao mesmo gênero, e, também, certas sociedades celtas, embora nestas se verifique um grau maior de complexidade — e talvez de aperfeiçoamento — em consequência da conquista de certas tribos ou comunidades por outras (pp. 68, 84). Pode-se observar que isto não *exclui* a possibilidade de evolução maior, mas que esta se manifesta apenas como uma espécie de forma atípica, ocorrendo apenas na medida em que se possa fundamentar sobre um excedente cedido pelas unidades econômicas básicas auto-suficientes da tribo ou aldeia, ou extorquido destas.

O segundo sistema que emerge da sociedade primitiva — "produto de uma vida histórica mais dinâmica" (p. 69) — faz aparecer a *cidade* e, através dela, o modo *antigo*, uma sociedade expansionista, dinâmica, *mutante* (pp. 69-74 e *passim*). "A cidade com seu território contíguo (Landmark) formava o todo econômico" (p. 76). Em sua forma desenvolvida — Marx mostra-se cuidadoso, entretanto, insistindo no longo processo que a precede, bem como na sua complexidade — é caracterizada pela *escravidão* como bem móvel. Mas esta, por sua vez, tem suas limitações econômicas e deverá ser substituída por uma forma mais flexível e produtiva de exploração, a dos camponeses dependentes pelos senhores feudais (*feudalismo*), que, por sua vez, dará lugar ao *capitalismo*.

Há um terceiro tipo que não tem como unidade básica nem a comunidade de aldeia nem a cidade, porém "cada lar, em separado, que constitui um centro independente de produção (manufatura, simplesmente, como o trabalho doméstico, subsidiário, das mulheres, etc.)" (p. 76). Estes lares isolados são mais ou menos frouxamente ligados uns aos outros (desde que pertençam à mesma tribo) e, ocasionalmente, unem-se "para a guerra, a religião, a solução de disputas legais, etc." (p. 77) ou para o uso — pelas famílias individualmente auto-suficientes — dos pastos comunais, territórios de caça, etc. A unidade básica é, assim, mais fraca e, potencialmente, mais "individualista" do que a comunidade al-

(•) "labour fund". N.T.

deã. Marx chama a este, de tipo *Germânico*, embora, repetimos, não o restrinja, em absoluto, a qualquer povo determinado.²⁹ Como o *antigo* e o *germânico* são modalidades distintas do sistema *oriental*, podemos inferir que Marx considerava o tipo *germânico*, em seu modo de ser, como potencialmente mais dinâmico do que o *oriental*, o que, na verdade, não é improvável.³⁰ As observações de Marx sobre este tipo são extremamente esquemáticas, mas sabemos que ele e Engels deixaram em aberto a possibilidade de uma transição direta da sociedade primitiva ao feudalismo, como entre as tribos germânicas.

A divisão entre cidade e área rural (ou produção agrária e não agrária), fundamental na análise realizada por Marx em 1845-6, é também importante nas FORMEN, onde, porém, se apresenta sobre uma base mais ampla e numa formulação mais precisa:

"A história antiga é a história das cidades, mas das cidades baseadas na agricultura e na propriedade rural; a história asiática é uma espécie de unidade indiferenciada entre cidade e campo (a grande cidade, propriamente dita, deve ser considerada simplesmente como um acampamento principesco superposto à real estrutura econômica); a Idade Média (período germânico) começa com a área rural sendo o cenário da história, cujo posterior desenvolvimento, então, verifica-se na forma de oposição entre a cidade e o campo; a história moderna consiste na urbanização da área rural e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade" (pp. 74-75).

Entretanto, embora estas diferentes formas de divisão social do trabalho sejam, evidentemente, formas alternativas da ruptura da sociedade comunal, elas são apresentadas ao que parece — no Prefácio da CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA, embora não de maneira específica nas FORMEN — como etapas históricas *sucessivas*. Em sentido literal,

29 O abandono desta designação pode ser devida ao fato de estudos posteriores da literatura especializada terem levado Marx a duvidar da precisão de sua primeira visão da sociedade germânica.

30 Cf. G. C. Homans, THE RURAL SOCIOLOGY OF MEDIEVAL ENGLAND, "Past and Present", 4, 1953, sobre as diversas tendências do desenvolvimento de formas comunais de ocupação e por unidades familiares isoladas.

isto é incorreto, pois não somente o modo asiático de produção coexistiu com todos os demais, como não há referência, na argumentação das FORMEN ou em qualquer outra parte, de que o modo antigo tivesse evoluído dele. Devemos, portanto, entender que Marx não se refere à sucessão cronológica, ou mesmo à evolução de um sistema a partir de seu predecessor (embora, obviamente, seja este o caso do capitalismo com relação ao feudalismo), mas à evolução num sentido mais geral. Como vimos anteriormente, "O homem somente se torna um indivíduo (*vereinzelt sich selbst*) por meio do processo histórico. Ele surge, inicialmente, como um ser genérico, um ser tribal, um animal de rebanho". As diversas formas desta individualização gradual do homem, que significa a ruptura da unidade original, correspondem aos diversos estágios da história. Cada uma delas constitui, assim, um passo em afastamento da "unidade original de uma forma específica de comunidade (tribal) e da propriedade natural correspondente a ela, ou da relação com as condições objetivas de produção existentes na própria natureza (*Naturdaseins*)" (p. 89). Representam, em outras palavras, passos na evolução da propriedade privada.

Marx distingue quatro etapas analíticas desta evolução, embora não cronológicas. A primeira é a propriedade comunal direta, como no sistema oriental e, em forma modificada, no eslavo. Nenhum deles, ao que parece, pode ser ainda considerado como sociedades de classes plenamente constituídas. A segunda é a propriedade comunal que perdura como substrato do que já é um sistema "contraditório", i.é, de classe, como nas formas germânica e antiga. A terceira etapa surge, de acordo com a argumentação de Marx, não tanto como resultado da evolução propriamente dita do feudalismo, mas através do advento da manufatura *artesanal* em que o artesanato independente (corporativamente organizado em guildas) já representa uma forma muito mais individual de controle sobre os meios de produção e, na verdade, do consumo — o que lhe permitirá viver enquanto produz. Pode parecer que Marx* tivesse em mente aqui uma certa autonomia do setor artesanal de produção, pois deliberadamente exclui as manufaturas do antigo oriente, sem dar razões para esta exclusão. A quarta etapa é aquela em que surge o proletariado, o que vale dizer é aquela na qual a exploração não mais ocorre na forma grosseira da apropriação de

homens — como escravos ou servos — mas na da apropriação do "trabalho". "Para o Capital o trabalhador não é uma condição de produção, só o trabalho o é. Se este puder ser executado por máquinas ou, mesmo, pela água ou o ar, muito melhor. E o capital se apropria não do trabalhador mas de seu trabalho — e não diretamente, mas por meio de troca" (p. 93).

Parece — embora, devido à dificuldade de captar o pensamento de Marx e ao caráter impreciso de suas notas, não se possa ter segurança — que esta análise corresponde a um esquema de etapas históricas do seguinte tipo. As formas oriental (e eslava) são, historicamente, mais próximas das origens do homem, uma vez que conservam a comunidade primitiva (aldeia) funcionando em meio a uma superestrutura social mais elaborada e têm um sistema de classe insuficientemente desenvolvido. (Naturalmente, podemos acrescentar que Marx observa como ambos os sistemas se desintegram sob o impacto do mercado mundial, desaparecendo, com isso, seu caráter específico.) Os sistemas antigo e germânico, embora, também, primários — i.é, não *derivados* do oriental — representam uma forma de evolução um tanto mais articulada, a partir do primitivo comunalismo; mas o "sistema germânico", como tal, não constitui uma formação sócio-econômica especial. Constitui a formação econômico-social do feudalismo, conjugada com a cidade medieval (o ponto de emergência da produção artesanal autônoma). Esta combinação, que surge durante a Idade Média, conforma a terceira fase. A sociedade burguesa, emergindo do feudalismo, constitui a quarta. A afirmativa de que as formações asiática, antiga, feudal e burguesa representam etapas de progresso, não implica, portanto, qualquer visão unilinear e simplista, da história, nem resulta na opinião primária de que toda a história é progresso. Apenas reconhece que cada um destes sistemas cada vez mais afasta-se, em aspectos cruciais, da situação primitiva do homem.

III

O próximo ponto a ser considerado é a dinâmica interna dos sistemas: o que os leva à ascensão e ao declínio? Isto é relativamente simples no que se refere ao sistema oriental,

cujas características o fazem resistente à desintegração e a evolução econômica, até que seja destruído pela força externa do capitalismo. Marx não é muito explícito sobre o sistema eslavo, nesta etapa, para permitir maiores comentários. Por outro lado, seus pontos de vista sobre a contradição interna dos sistemas feudal e do antigo são complexos, evidenciando alguns problemas muito difíceis.

A escravidão é a característica principal do sistema antigo, mas as opiniões básicas de Marx sobre suas contradições internas são mais complexas do que a simples afirmação de que a escravidão impõe limites à maior evolução econômica, assim produzindo seu próprio colapso. Deve ser indicado, de passagem, que a base desta análise parece ter sido mais a região Romana ocidental do que a grega do Mediterrâneo. Roma começou como uma comunidade de camponeses, embora sua organização fosse urbana. A história antiga é "uma história das cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura" (p. 74). Não se trata, inteiramente, de uma comunidade igualitária, pois o desenvolvimento tribal, juntamente com os casamentos intergrupais* e as conquistas, já tende a produzir grupos de parentesco socialmente mais elevados do que outros, embora o cidadão romano seja, essencialmente, um proprietário de terras, "mantendo-se a comuna com a reprodução de todos os seus membros como camponeses auto-suficientes, cujo tempo excedente pertence à comuna, para atender a fins comunais, como a guerra etc." (p. 71). A guerra é sua ocupação principal porque a única ameaça à sua existência provém de outras comunidades que cobiçam suas terras, e o único meio de garantir a terra para todos os cidadãos, na medida em que a população aumenta, é ocupá-la à força (p. 68). Mas as próprias tendências guerreiras e expansionistas de tais comunidades camponesas devem levá-las à perda das qualidades camponesas que constituem sua base. Até certo ponto a escravidão, a concentração da propriedade territorial, trocas, economia monetária, conquistas, etc, são compatíveis com as bases desta comunidade. Além deste ponto conduzirão a seu colapso e deverão tornar a evolução da sociedade ou dos indivíduos impossível (pp. 79-80). Mesmo *antes* do desenvolvimento de uma economia escravista, portanto, a antiga forma de organização social estava rigida-

(*) Jack Cohen usa a palavra "intermarriages", enquanto os tradutores para o espanhol chegaram a "casamientos mutuos". N.T.

mente limitada, como indica o fato do desenvolvimento da produtividade não ser e não poder ser uma preocupação fundamental. "Entre os antigos, jamais encontramos uma investigação sobre que formas de propriedade territorial, etc, seriam mais produtivas, criariam o máximo de riqueza... A questão sempre se referia ao tipo de propriedade que permitisse a criação do melhor cidadão. Riqueza como um fim em si surge apenas entre uns poucos povos comerciantes — monopolistas do negócio dos transportes — que viviam nas franjas do mundo antigo, como os judeus na sociedade medieval" (p. 80). Dois fatores tendem a minar, pois, esta situação. O primeiro, a diferenciação social dentro da comunidade, contra a qual a peculiar combinação antiga da propriedade privada e comunal da terra não tinha defesa. O cidadão, individualmente, podia *perder* sua propriedade — i.é, a base da sua cidadania. Quanto mais rápido fosse o desenvolvimento econômico, mais rapidamente isto poderia ocorrer; daí a antiga oposição ao comércio e à manufatura, que eram deixados em mãos dos libertos, clientes ou estrangeiros, e a crença nos perigos do relacionamento com estrangeiros, o desejo de trocar produtos excedentes, etc. O segundo fator de desintegração é, evidentemente, a escravidão. A própria necessidade de restringir a cidadania (ou, o que dá no mesmo, a propriedade da terra) aos membros da comunidade conquistadora conduzia à escravidão ou servidão dos conquistados. "Escravidão e servidão são, portanto, simplesmente o posterior desenvolvimento da propriedade baseada no tribalismo" (p. 86-87). Por isto "a preservação da comunidade implica a destruição das condições sobre as quais ela se fundamenta, e transforma-as no seu contrário" (p. 88). A "nação"*, primeiramente representada por todos os cidadãos, passa a sê-lo pelos patrícios aristocratas, que são os únicos proprietários de terras absolutos, face aos homens de menor importância e aos escravos, e pelos cidadãos face aos não-cidadãos e escravos. As contradições econômicas reais de uma economia escravista não são discutidas por Marx neste contexto, No nível muito geral da análise das FORMEN, estas contradições são simplesmente um aspecto particular da contradição fundamental da sociedade antiga. Também não se encontra nas FORMEN uma explicação de por que na antiguidade desen-

(*) Em Inglês, "commonwealth". (N.R.)

volveu-se a escravidão e não a servidão. Pode-se conjecturar que tenha sido devido ao nível das forças produtivas e à complexidade das relações sociais de produção já alcançada pelo Mediterrâneo antigo.

O colapso do modo antigo está, portanto, implícito em seu caráter econômico-social. Parece não haver uma razão lógica para que ele deva conduzir *inevitavelmente* ao feudalismo, como forma diferenciada de outras "novas, de outras combinações de trabalho" (p. 88) que fariam possível uma produtividade mais alta. Por outro lado, uma transição direta do modo antigo para o capitalismo é excluída.

Quando chegamos ao feudalismo, a partir do qual o capitalismo *desenvolveu-se*, o problema torna-se muito mais complexo, até porque Marx afirma muito pouco a respeito. Nenhum esquema das contradições internas do feudalismo, comparável ao do modo antigo, é encontrado nas FORMEN. Não se encontra, também, qualquer discussão real da servidão (ou da escravidão). Na verdade, estas duas relações de produção surgem seguidamente reunidas e, às vezes, como "a relação de dominação e subordinação", em contraste com a posição do trabalhador livre.³¹ O elemento interno da sociedade feudal do qual deriva o capitalismo parecia ser, em 1857-8 como em 1845-6, a *cidade* — mais especificamente os mercadores e artesãos da cidade (cf. pp. 91 92, 94). É a emancipação da propriedade sobre os meios de produção de suas bases comunais, como ocorreu entre os artesãos medievais, que dá base para a separação entre "trabalho" e "condições objetivas de produção". É o mesmo desenvolvimento — a formação do "proprietário trabalhador" concomitante com e fora da propriedade da terra — a evolução artesanal e urbana do trabalho — que "não é... um aspecto (*Akzident*) da propriedade da terra e integrado nela (p. 94), que proporciona a base da evolução do capitalismo.

O papel do feudalismo agrário neste processo não é discutido, embora pareça ser, em verdade, negativo. Em dado momento, tornará possível a separação entre o camponês e a terra, entre o dependente e seu senhor — para transformá-lo num trabalhador assalariado. É irrelevante que tome a forma de dissolução da vilania (*Hörigkeit*), de propriedade

31 Como, por exemplo, às p. 83, 84, 93. O emprego no CAPITAL III é, em geral, desta natureza, e.g. (Berlim, 1956) 357, 665, 684, 873. 885-6. 937.

privada ou posse de pequenos fazendeiros ou camponeses arrendatários, ou de vários tipos de clientelismo. O que importa é que nenhum destes fique no caminho da transformação dos homens em força de trabalho ao menos potencialmente livre.

Entretanto, embora isto não seja colocado nas FORMEN (será no volume III do CAPITAL), a servidão e outras relações de dependência análogas diferem da escravidão de modo economicamente significativo. O servo ainda que sob o controle do senhor é, de fato, um produtor independente; o escravo não é.³² Retirando o senhor do quadro da servidão, sobrarão a pequena produção de mercadorias; se forem separados das plantações os escravos (ao menos até que estes se dediquem a qualquer outra atividade), não restará qualquer tipo de economia. "Por isto, o que se faz necessário são condições de dependência pessoal, falta de liberdade pessoal em qualquer grau, a vinculação do homem como um complemento da terra, a servidão no exato sentido da palavra" (Capital III, 841). Pois, sob condições de servidão o servo produz não apenas excedente de trabalho de que seu senhor, de uma forma ou outra, se apropria, mas poderá, também, acumular um lucro para si mesmo. Pois, por várias razões, em sistemas economicamente primitivos e sem desenvolvimento, como o feudalismo, há uma tendência para que o excedente permaneça invariável, como uma grandeza convencional e "o uso da força de trabalho (do servo) de modo algum se resume à agricultura, mas inclui manufaturas domésticas rurais. Há, aí, a possibilidade de uma certa evolução econômica..." (CAPITAL III, 844-5).

Marx não discute estes aspectos da servidão nem as contradições internas da escravidão porque, nas FORMEN, não é seu propósito esboçar "história econômica" de qualquer das duas. Na verdade, como sempre — embora, aqui, de um modo mais geral — não está preocupado com a dinâmica interna dos sistemas pré-capitalistas, exceto na medida em que explicam as condições prévias do capitalismo.³³ Seu interesse reside, simplesmente, em duas questões: Por que o "ca-

32 CAPITAL III, 841.

33 Mesmo no CAPITAL III, onde debate mais diretamente o tema da agricultura feudal, ele nega a intenção de analisar a propriedade da terra em suas diversas formas históricas. Cf. cap. 37, p. 662 e, novamente, p. 842.

pital" e o "trabalho" não puderam emergir de outras formações pré-capitalistas diversas do feudalismo? e por que o feudalismo, em sua forma agrária, possibilitou-lhes a emergência, não impondo obstáculos fundamentais a esta?

Tal colocação do problema pode explicar freqüentes hiatus na sua exposição. Como em 1845-6, não há, agora, discussão sobre o "*modus operandi*" específico da agricultura feudal. Não é examinada a relação específica entre a cidade feudal e a área rural ou a razão pela qual esta tem de produzir aquela. Por outro lado, insinua a idéia de que o feudalismo europeu é *singular*, pois nenhuma outra forma deste sistema produziu a cidade medieval, que é essencial para a teoria marxista da evolução do capitalismo. Na medida em que o feudalismo é um modo de produção geral existente fora da Europa (talvez no Japão, o que Marx nunca analisou em profundidade), não há, em Marx, nenhuma indicação que nos autorize a buscar alguma "lei geral" de desenvolvimento que possa explicar sua tendência para evoluir no sentido do capitalismo.

O objeto de estudo nas FORMEN é o "sistema germânico", i.é, uma sub-variedade particular do comunalismo primitivo que, por esta razão, tende a se transformar em um tipo particular de estrutura social. Seu traço principal, como vimos, parece ser a fixação dispersa em unidades familiares economicamente auto-suficientes, em oposição à cidade de camponeses dos antigos: "cada lar isolado contém uma economia completa, se constituindo, assim, em centro independente de produção (a manufatura sendo, meramente, o trabalho doméstico subsidiário das mulheres, etc.). No mundo antigo a cidade com seu território circundante (*Landmark*) constituía o todo econômico, no mundo germânico são os lares isolados" (p. 76). Sua existência é protegida pelos laços com outros núcleos semelhantes, pertencentes à mesma tribo, vínculo que se expressa nas eventuais assembléias de todos os chefes de família, para fins bélicos, religiosos, resolução de disputas e, em geral, para segurança recíproca (p. 77). Na medida em que há propriedade comum, como pastagens, territórios de caça, etc, será usada pelos membros individualmente, e não na condição de representantes da nação*, como na sociedade antiga. Pode-se comparar o ideal da organização social romana a um colégio das universidades de

(*) "commonwealth" em inglês. (N.R.)

Cambridge ou Oxford, cujos integrantes são co-possuidores dos terrenos e dos edifícios, somente enquanto constituem o corpo docente, mas não podem, como indivíduos, ser considerados "proprietários" de qualquer desses bens. O sistema germânico guarda semelhança com uma cooperativa habitacional em que a ocupação individual de um apartamento depende de sua união e contínua cooperação com os demais membros, mas na qual, entretanto, a posse individual existe de modo identificável. Esta forma frouxa de comunidade, que implica uma potencialidade maior de individualização econômica, faz do "sistema germânico" (via feudalismo) o ancestral direto da sociedade burguesa.

A maneira como tal sistema evolui para o feudalismo não é examinada, embora se apresentem várias possibilidades de diferenciação social interna e externa (ex.: por efeito da guerra e da conquista). Poder-se-ia arriscar a suposição de que Marx atribuísse considerável importância à organização militar (desde que a guerra é, tanto no sistema germânico como no antigo, "uma das mais precoces tarefas de todas estas primitivas (*naturwüchsig*) comunidades, tanto para a preservação quanto para a aquisição de sua propriedade") (p. 84). Esta é, certamente, a última orientação explicativa de Engels em ORIGEM DA FAMÍLIA, onde o reino emerge da transformação da liderança militar gentílica entre as tribos teutônicas. Não há razão para supor que Marx pensasse de modo diferente.

Quais as contradições internas do feudalismo? Como evoluiu para o capitalismo? Estes problemas têm preocupado, crescentemente, os historiadores marxistas, como o demonstra a vigorosa discussão internacional armada em torno dos STUDIES IN THE DEVELOPMENT OF CAPITALISM de M. H. Dobb, no início da década de 1950, e o debate que logo se seguiu na U.R.S.S. sobre "a lei econômica fundamental do feudalismo". Quaisquer que tenham sido os méritos duma ou doutra discussão — e os da primeira parecem ter sido maiores do que os da segunda — ambas foram, evidentemente, prejudicadas pela falta de alguma indicação sobre os pontos de vista do próprio Marx a respeito do tema. Não seria impossível que Marx tivesse concordado com Dobb que a causa do declínio do feudalismo fosse "a ineficiência do feudalismo como sistema de produção, juntamente com as crescentes necessidades de receita por parte da classe dominan-

te" (STUDIES, 42), embora Marx pareça ter insistido na relativa inflexibilidade das demandas da classe dominante feudal e em sua tendência para fixá-las convencionalmente.³⁴ Seria, igualmente, possível que ele tivesse aprovado o ponto de vista de R. H. Hilton quanto à "luta pela renda (da terra) ter sido o 'motor principal' da sociedade feudal" (TRANSITION, 70) ainda que, certamente, rejeitasse como super-simplificada a opinião de Porshnev de que a simples luta das massas exploradas constituísse tal motor principal. Mas, a questão é que Marx em parte alguma parece ter previsto qualquer destas linhas de discussão — e, certamente, não o fez nas FORMEN.

O único dos participantes desses debates que pode ser considerado como seguidor de seus passos é P. M. Sweezy, que afirma (como Marx) ser o feudalismo um sistema de produção para uso,³⁵ e que, em tais formações econômicas, "nenhuma sede ilimitada de trabalho excedente se origina da própria natureza da produção" (CAPITAL I, 219, cap. X, seção 2). Portanto, o principal agente de desintegração deve ser visto no crescimento do comércio, operando mais particularmente através dos efeitos do conflito e inter-relação entre o campo feudal e as cidades que se desenvolviam às suas margens (TRANSITION, 2, 7-12). Esta linha de argumentação é muito semelhante à das FORMEN.

Para Marx a conjunção de três fenômenos é necessária para explicar o desenvolvimento do capitalismo a partir do feudalismo: primeiro, como vimos, uma estrutura social agrária que possibilite a "libertação" dos camponeses, num certo momento; segundo, o desenvolvimento dos ofícios urbanos geradores da produção de mercadorias especializada, independente, não-agrícola, sob a estrutura gremial; e, terceiro, a acumulação de riqueza monetária derivada do comércio e da usura (Marx é categórico quanto a este último ponto) (pp. 100-101). A formação de tais acumulações monetárias "pertence à pré-história da economia burguesa" (p. 105), e não são, ainda, capital. Sua mera existência ou, mesmo, sua aparente predominância não produzem, automaticamente, o

34 CAPITAL LU, 843-5 (capítulo 47, seção II).

35 Isto não é amplamente negado pelos marxistas, embora não deva ser confundido com a afirmativa segundo a qual os sistemas de produção de valores-de-uso são, também, às vezes, sistemas de economia natural.

desenvolvimento capitalista, do contrário "a antiga Roma, Bizâncio, etc, teriam terminado sua história no trabalho livre e no capital" (p. 102). Mas são essenciais.

Igualmente essencial é o elemento artesanal urbano. As observações de Marx quanto a isto são gerais e alusivas, mas sua importância nesta análise é clara. Acima de tudo, são os elementos da habilidade, orgulho e organização artesanais que ele destaca.³⁶ A importância básica da formação do artesanato medieval parece residir no fato de que, ao desenvolver "o trabalho em si, como uma habilidade determinada pelo ofício (torna-se) uma propriedade ele próprio, e não mera fonte de propriedade" (p. 97) e, assim, introduz uma separação potencial entre o trabalho e as outras condições de produção, que expressa um mais alto grau de individualização do que o comunal e torna possível da formação da categoria do trabalho livre. Ao mesmo tempo desenvolve habilidades especiais e seus instrumentos. Mas no estágio do artesanato-corporativo, "o instrumento de trabalho está tão intimamente unido ao trabalho vivo que, na verdade, não circula" (p. 101). E, ainda, embora *por si mesmo* não possa gerar o mercado de trabalho, o desenvolvimento da produção mercantil e do dinheiro somente pode criar o mercado de trabalho "nas pré-condições da *atividade artesanal* urbana, que não se baseia no capital e no trabalho assalariado mas, na organização do trabalho em guildas, etc." (p. 104).

Mas tudo isto exige, também, a estrutura rural potencialmente dissolúvel. Pois o capitalismo não pode desenvolver-se sem "o envolvimento de toda a área rural na produção não de valores de uso — mas de valores de troca" (p. 108). Esta é outra razão pela qual os antigos, que, embora desprezassem e desconfiassem dos ofícios, tinham produzido uma versão de "atividade artesanal urbana", não puderam produzir indústria em larga escala (*ibid*). Os fatores que tornaram dissolúvel a estrutura rural do feudalismo, além das características do "sistema germânico" que estão no seu substrato, não são revelados. De fato, no contexto da argumentação de Marx sobre este ponto, não são necessárias maiores evidências. Uma

36 Expressões como *würdiges Zunftwesen* ("a dignidade do sistema de guildas") p. 73, "trabalho meio artístico meio realizado como um fim em si (p. 92), *städtischer Gewerbefleiss* ("atividade artesanal urbana", p. 104) são empregadas constantemente. Todas carregadas de sentido emocional e, na verdade, geralmente aprovatório.

série de efeitos do crescimento de uma economia de troca são mencionados de passagem (ex.: p. 104-105). Também é observado que "em parte este processo de separação [do trabalho das condições objetivas de produção — alimentos, matérias-primas, instrumentos] ocorreu sem [riqueza monetária]" (p. 105). A interpretação que mais se aproxima da realidade (p. 106) supõe que o capital, primeiro, surgiu esporadicamente, ou *totalmente* (sublinhado por Marx) *ao lado* (ênfase de Marx) dos antigos modos de produção mas, posteriormente, terminou por destruí-los por toda parte.

A manufatura para suprir os mercados estrangeiros aparece, de início, à base do comércio de longa distância e nos centros de tal comércio, não nas guildas artesanais, mas nos ramos suplementares, menos especializados e menos controlados por guildas, como fiações e tecelagens, embora também, em ramos urbanos diretamente ligados à navegação, como a construção de navios. Por outro lado, na área rural surge o camponês arrendatário, bem como o processo de transformação da população rural em trabalhadores diaristas livres. Todas estas manufaturas exigem a existência de um mercado de massas. A dissolução da servidão e o advento das manufaturas transformam, gradualmente, todos os ramos da produção em capitalistas, enquanto nas cidades uma classe de jornaleiros, à margem das guildas, proporciona um elemento à criação de um verdadeiro proletariado (p. 106-109).³⁷

A destruição dos ofícios rurais suplementares deu origem a um mercado *interno* para o capital, baseado na substituição, por manufatura ou produção industrial, do antigo suprimento rural de bens de consumo. "Este processo emerge, automaticamente (*von selbst*), da separação dos trabalhadores do solo e da sua propriedade (embora apenas propriedade servil) nas condições de produção" (p. 110). A transformação do artesanato urbano em indústrias ocorre mais tarde, pois exige considerável avanço dos métodos produtivos para possibilitar a produção industrial. Neste ponto termina o manuscrito de Marx, que trata especificamente das formações pré-capitalistas: As fases do desenvolvimento capitalista não são discutidas.

37 Marx, aqui, subestimou a diferenciação dos artesãos urbanos em virtuais empregadores e virtuais trabalhadores assalariados.

IV

Devemos, agora, considerar até que ponto trabalhos e estudos posteriores de Marx e Engels os levaram a modificar, ampliar e prosseguir os pontos de vista expressos nas FORMEN.

Neste caso se enquadra, perfeitamente, a análise a respeito do primitivo comunismo. Está provado que o interesse histórico de Marx, após a publicação do CAPITAL (1867) se concentrou, predominantemente, nesta etapa do desenvolvimento social, para a qual Maurer, Morgan e a vasta literatura russa de que se ocupou, de 1875 em diante, proporcionaram uma base de estudos muito mais sólida do que a que estivera disponível em 1857-8. Além da orientação agrária de seu trabalho no CAPITAL III, duas razões podem ser sugeridas para explicar esta sua concentração de interesse. Primeiro, o desenvolvimento de um movimento revolucionário russo levou, crescentemente, Marx e Engels a depositar na Rússia suas esperanças relativas a uma revolução europeia. (Nenhum erro de interpretação de Marx é mais grotesco do que o que sugere possibilidades de revolução, exclusivamente, nos países industrialmente avançados do Ocidente).³⁸ Desde que a situação da comunidade aldeã era assunto de fundamental desacordo teórico entre os revolucionários russos, que consultaram Marx sobre o ponto, era natural que ele investisse o tema mais profundamente.

É interessante constatar que — de certo modo até inesperadamente — seus pontos de vista se inclinassem no sentido dos Narodniks, que sustentavam que a comunidade aldeã russa poderia fornecer a base da transição para o socialismo sem prévia desagregação através do desenvolvimento capitalista. Esta opinião não flui da orientação natural do pensamento histórico anterior de Marx, e não foi aceita pelos marxistas russos (que se enfileiravam entre os opositores dos Narodniks, neste ponto) ou pelos marxistas posteriores; de

38 Engels registra suas esperanças numa revolução russa pelo fim da década de 1870 e, em 1894, especificamente, aventou a possibilidade da "revolução russa dar o sinal para a revolução dos trabalhadores do Ocidente, de modo que se complementem" WERKE, XVIII, 668 Outras referências: MARX a SORGE, 27.9.1877; ENGELS a BERNSTEIN, 22.2.1882.

qualquer forma, revelou-se infundada. Talvez a dificuldade de Marx para esboçar uma justificação teórica disto³⁹ reflita uma certa sensação de embaraço. Faz contraste gritante com o retorno de Engels, lúcido e brilhante, à principal tradição marxista — e ao apoio aos marxistas russos — quando da discussão do mesmo tema, alguns anos mais tarde.⁴⁰ De qualquer modo, poderá conduzir-nos à segunda razão da crescente preocupação de Marx com o comunismo primitivo: seu progressivo ódio e desprezo da sociedade capitalista. (A opinião de que o velho Marx perdeu algo do ardor revolucionário do jovem Marx é sempre popular entre os críticos que desejam abandonar a prática revolucionária do marxismo sem desvincular-se de sua teoria.) Pareceria provável que Marx, que anteriormente saudara o impacto do capitalismo ocidental como uma força desumana mas historicamente progressista sobre as estagnadas economias pré-capitalistas, fosse ficando cada vez mais impressionado com sua desumanidade.

Sabemos que ele sempre admirara os valores sociais positivos incorporados à comunidade primitiva, embora em forma atrasada. E é certo que depois de 1857-8 — tanto no CAPITAL III⁴¹ como na subsequente discussão russa⁴² — ele cada vez mais enfatizou a viabilidade da comuna primitiva, seu poder de resistência à desintegração histórica e mesmo — embora, talvez, somente no contexto da discussão dos Narodniks — sua capacidade de desenvolver-se numa forma superior de economia, sem prévia destruição.⁴³ Esta não é a oportunidade para apresentar detalhado relato

39 Em carta a Vera Zasulich, 1881. Quatro esboços desta carta, três deles impressos no WERKE, XIX. 384-406, sobrevivem.

40 Nachwort (1894) zu "So ziales aus Russland" (WERKE, 663-4).

41 CAPITAL III, 365-6.

42 Ex.: esboços a Zasulich, loc. cit., 387, 388, 402, 404.

43 G. Lichthelm (loc. cit., 89) está certo chamando a atenção para esta crescente hostilidade ao capitalismo e apreço pelas comunidades primitivas sobreviventes, mas errado ao sugerir que o Marx de 1858 as visse sob luz totalmente negativa. Que o comunismo seria uma recriação, em mais alto nível, das virtudes sociais do comunismo primitivo, é uma idéia que pertence à mais precoce herança do socialismo. "O gênio", disse Fourier, "deve descobrir o roteiro dessa primitiva felicidade e adaptá-lo às condições da indústria moderna" (citado por J. Talmon, POLITICAL MESSIANISM, Londres, 1930) p. 127. Para a opinião do jovem Marx, cf. DAS PHILOSOPHIS-

do esboço de Marx sobre a evolução primitiva, em geral, como consta da ORIGEM DA FAMÍLIA** de Engels, e sobre a comunidade agrária em particular. Entretanto, duas observações gerais sobre este trabalho cabem aqui. Primeiro, a sociedade pré-classista compreende uma grande e complexa época histórica em si mesma, com sua própria história, suas leis de desenvolvimento e -suas próprias variedades de organização econômico-social, que Marx tende a chamar, agora, coletivamente, "formação ou tipo arcaico".⁴⁵ Isto, parece claro, inclui as quatro variantes básicas do comunismo primitivo, como são apresentadas nas FORMEN. Provavelmente, inclui também o "modo asiático" (que vimos ser a mais primitiva das formações econômico-sociais desenvolvidas), e pode explicar porque este modo desaparece do trabalho sistemático de Engels sobre o tema no ANTI-DÜHRING e na ORIGEM DA FAMÍLIA.⁴⁶ É possível que Marx e Engels também tivessem em mente alguma espécie de fase histórica intermediária de desintegração comunal, da qual classes dominantes de diferentes tipos poderiam ter emergido.

CHE MANIFEST DER HISTORISCHEN RECHTSSCHULE, de 1842 i WERKE, I, 78): "Uma ficção corrente do século XVIII viu o estado natural como o verdadeiro estado da natureza humana. O homem desejou ver a Idéia do Homem com seus próprios olhos e, portanto, criou o "homem natural", Papagenos, cuja própria pele emplumada expressava sua Ingenuidade; Nas últimas décadas do século XVIII os povos primitivos foram considerados possuidores da sabedoria original e caçadores de pássaros puderam ser ouvidos em todas as partes, Imitando o cantar dos Iroqueses ou índios, na crença de que, graças a tais meios, os pássaros pudessem ser capturados. Todas estas excentricidades baseiam-se na Idéia correta de que condições *rústicas* sejam pinturas Ingênuas, à moda holandesa, de condições *verdadeiras*". Cf. também, MARX a ENGELS, 25.3.1868, sobre a contribuição de Maurer à história.

44 Este era o trabalho que Marx desejava escrever e para o qual preparara volumosas anotações sobre as quais Engels baseou-se, tanto quanto possível. Cf. Prefácio à Primeira Edição, 1884 (WERKE, XXI, 27).

45 Esboços a Vera Zasulich, *loc. cit.*, *passim*.

46 "A escravidão é a *primeira* (minha ênfase, E.J.H.) forma de exploração e é própria da antigüidade; é seguida pela servidão na Idade Média, pelo trabalho assalariado nos tempos modernos. Estas são as três grandes formas de submissão, características das três grandes épocas da civilização" (ORIGEM, in WERKE, XXI, 170). Fica evidente, por este texto, que nenhuma tentativa é feita aqui para incluir o que Marx chamava "modo asiático" em qualquer dos três indicados. É omitido como pertencente à pré-história da "civilização".

Segundo, a análise da evolução social "arcaica" é, em todos os sentidos, consistente com a análise esquematizada na IDEOLOGIA ALEMÃ e nas FORMEN. Esta análise, simplesmente sofisticada as anteriores, como quando as curtas referências à crucial importância da reprodução humana (sexual) e à família, na IDEOLOGIA,⁴⁷ são desenvolvidas, à luz de Morgan, na ORIGEM DA FAMÍLIA, ou quando a análise sumária da propriedade comunal primitiva era completada e modificada (à luz de trabalhos como o de Kovalevsky, que, incidentalmente, foi também influenciado por Marx) com as etapas de desintegração da comunidade agrária dos esboços de carta a Zasulich.

Um outro campo em que os fundadores do marxismo realizaram estudos especiais foi o do período feudal. Este foi o favorito de Engels mais do que de Marx.⁴⁸ Boa parte de seu trabalho sobre o tema fixou-se nas origens do feudalismo, sobrepondo-se aos estudos de Marx sobre as formas de comunismo primitivo. Entretanto, o interesse de Engels parece ter sido levemente diverso do de Marx. Provavelmente, estava menos preocupado com a sobrevivência ou desagregação da comunidade primitiva e mais interessado na emergência e declínio do feudalismo. Seu interesse na dinâmica da agricultura servil foi mais intenso que o de Marx. Na medida em que temos análises destes problemas originárias dos últimos anos de vida de Marx, elas estão contidas nas formulações de Engels. Ainda mais, no trabalho de Engels os elementos políticos e militares desempenham papéis mais importantes. Por último, este se concentrou quase inteiramente na Alemanha medieval (com uma ou outra digressão sobre a Irlanda, com que tinha vínculos pessoais), e estava, evidentemente, mais interessado do que Marx no advento da nacionalidade e sua função no desenvolvimento histórico. Algumas dessas diferenças de ênfase são devidas, apenas, ao fato da análise de Engels atuar em nível menos geral do que a de Marx; o que constitui uma razão para ser, muitas vezes, mais acessível e estimulante para os que tomam seu primei-

47 WERKE, III, 29-30.

48 ANTI-DÜKRINO, ORIGEM DA FAMÍLIA, o pequeno ensaio "O MARCO" e As GUERRAS CAMPONESAS NA ALEMANHA são as principais obras publicadas, mas existem esboços e notas (a maioria incompletas) sobre a história medieval germânica e irlandesa. Cf. WERK, XVI, 459-50; XIX, 425-521; XX, 392-401.

ro contato com o marxismo. Algumas não são assim. Entretanto, ao reconhecer que os dois pensadores não eram irmãos siameses e que (como Engels reconhecia) Marx era o pensador mais profundo, deveremos manter-nos em guarda contra a tendência moderna de confrontar Marx com Engels, geralmente com desvantagem para o segundo. Quando dois homens colaboram tão intimamente como o fizeram Marx e Engels, durante mais de quarenta anos, sem qualquer desacordo teórico de importância, é de presumir que cada um deles tinha pleno conhecimento do que estava na mente do companheiro. Sem dúvida, se Marx tivesse escrito o ANTI-DUHRING (publicado quando ainda vivia), seu texto seria diferente e, talvez contivesse algumas novas e profundas sugestões. Mas não há razão alguma para crer que ele discordasse de seu conteúdo. Isto é aplicável aos trabalhos que Engels escreveu depois da morte de Marx.

A análise de Engels sobre o desenvolvimento feudal (que é visto, exclusivamente, em termos europeus) tenta preencher várias das lacunas deixadas na análise extremamente global de 1857-8. Primeiramente, estabelece uma conexão lógica entre o declínio do modo antigo e o advento do modo feudal, a despeito do fato de um ter sido fundado, por invasores bárbaros, sobre as ruínas do outro. Na antigüidade a única forma possível de agricultura em larga escala era a do latifúndio escravista, mas além de certo ponto isto tornou-se anti-econômico dando lugar, novamente, à agricultura em pequena escala como "a única forma lucrativa (*lohnende*)".⁴⁹ Por isto a antiga agricultura já estava a meio caminho da medieval. A pequena cultura era a forma dominante na agricultura feudal, sendo "operacionalmente" irrelevante que alguns camponeses fossem livres e alguns estivessem obrigados, de vários modos, aos senhores. O mesmo tipo de pequena produção, por pequenos proprietários de seus próprios meios de produção, predominava nas cidades.⁵⁰ Embora esta fosse, naquelas circunstâncias, uma forma de produção mais econômica, o atraso geral da vida econômica no período feudal inicial — a predominância da auto-suficiência local, que dava margem à venda ou desvio de, apenas, um excedente marginal — impunha suas limitações. Enquanto

49 ORIGEM DA FAMÍLIA, WERKE, XXI, 144

50 ANTI-DUHRING, WERKE, XX, 164, 220, 618.

garantia que qualquer sistema senhorial (necessariamente baseado no controle de grandes propriedades ou do corpo de seus cultivadores) tinha "forçosamente de produzir grandes proprietários de terras dominantes e pequenos camponeses dependentes", também fazia impossível a exploração dessas grandes propriedades seja pelos velhos métodos escravistas, seja pela moderna agricultura servil em grande escala; como ficou provado pelo fracasso das "vilas" imperiais de Carlos Magno. A única exceção eram os mosteiros, que consistiam em corpos sociais anormais", baseados no celibato, e consequentemente, seu excepcional desempenho econômico continuará a constituir uma exceção.⁵¹

Ainda que esta análise subestime, francamente, o papel da agricultura leiga, castelã, em grande escala, na Idade Média posterior, é muito acurada, especialmente em sua distinção entre a grande propriedade como unidade social, fiscal e política, e como unidade de *produção*, bem como na ênfase posta na predominância da agricultura camponesa, mais do que na das terras senhoriais, no feudalismo. Entretanto, isto deixa a origem da servidão e domínio feudais, de certa forma, no ar. A própria explicação de Engels parece ser mais social, política e militar do que econômica. Os camponeses teutões livres foram empobrecidos pelas guerras constantes e (dada a fragilidade do poder real) tiveram de colocar-se sob a proteção dos nobres ou do clero.⁵² No fundo isto era devido à incapacidade de uma forma de organização social baseada no parentesco para administrar ou controlar as grandes estruturas políticas criadas por suas conquistas: estas, automaticamente, portanto, implicam tanto a origem das classes como a do Estado.⁵³ Em sua formulação básica esta hipótese não é muito satisfatória, mas a derivação das origens das classes das contradições da estrutura social (e não, simplesmente, de um primitivo determinismo econômico) é importante. Isto amplia a linha de pensamento dos manuscritos de 1857-8, por exemplo, sobre a escravidão.

O declínio do feudalismo depende, uma vez mais, do advento dos ofícios e do comércio, além da divisão e conflito entre a cidade e o campo. Em termos do desenvolvimento agrá-

51 ORIGEM DA FAMÍLIA, loc. cit., 148-9.

52 *ibid.* 146-8.

53 *Ibid.* 146, 164. O MARCO (WERKE XIX, 324-5).

rio expressou-se num aumento das demandas dos senhores feudais quanto a bens de consumo (e armas ou equipamentos) disponíveis apenas por meio da compra.⁵⁴ Até um certo ponto — dadas as condições técnicas de estagnação da agricultura — um aumento do excedente extraído dos camponeses só poderia ser conseguido extensivamente — por exemplo, acrescentando novas terras à área de cultura, fundando novas aldeias. Mas, isto implicava "o acordo amistoso dos colonos, fossem servos ou homens livres". Portanto — e também porque a primitiva forma de domínio não tinha incentivo para intensificar a exploração, mas, antes, uma tendência para que se fizessem mais leves as sobrecargas fixas do camponês, com o passar do tempo — a liberdade camponesa tendia a aumentar, acentuadamente, de modo especial depois do século XIII. (Aqui, novamente, a natural ignorância de Engels sobre o desenvolvimento da agricultura de mercado das terras-castelãs na alta Idade Média e sobre a "crise feudal" do século XIV, de certo modo, super-simplifica e destorce esta imagem.)

Mas, a partir do século XV, a tendência oposta prevaleceu e os senhores reconverteram homens livres em servos, incorporando as terras dos camponeses a suas propriedades. Isto foi (ao menos na Alemanha) devido não apenas à crescente demanda dos senhores, que doravante só podiam ser satisfeitas por meio de vendas crescentes de produtos dos seus próprios domínios, mas ao aumento do poder dos príncipes que privou a nobreza de outras antigas fontes de rendas como os assaltos nas estradas e extorsões semelhantes.⁵⁵ Por isto o feudalismo chega ao fim com uma ressurreição da agricultura em larga escala à base da servidão e com uma expropriação dos camponeses correspondente ao — e derivada do — crescimento do capitalismo. "A era capitalista na área rural foi precedida de um período de agricultura em larga escala (*landwirtschaftlichen Grossbetriebs*) à base de serviços de trabalho servil".

O quadro do declínio do feudalismo não é completamente satisfatório, embora assinala importante avanço na análise marxista original do mesmo — expressamente, a tentativa de estabelecer, e considerar, a dinâmica da agricultura

54 O MARCO, loc. cit., 326-7. Sobre a necessidade de armas de fabrico urbano Engels esboçou *Über den Verfall des Feudalismus und das Aufkommen der Bourgeoisie* (WERKE, XXI, 392).

feudal e, especialmente, as relações entre os senhores e os camponeses dependentes. Isto se deve, quase seguramente, a Engels, pois foi ele que (nas cartas relacionadas com a elaboração de O MARCO) pôs ênfase especial nos movimentos de prestação de serviços e, inclusive, advertiu a Marx de que este estivera enganado anteriormente quanto a isto.⁵⁶ Introduziu (em grande parte baseado em Maurer) uma linha de análise da história agrária medieval que, desde então, demonstrou ser extraordinariamente fértil. Por outro lado, deve ser observado, ainda, que este campo de estudo parece ser marginal ao interesse principal de Marx e Engels. Os textos em que Engels aborda o tema são curtos e sumários, comparados àqueles em que se dedica à origem da sociedade feudal." A discussão não foi de modo algum esgotada. Nenhuma explicação adequada ou direta foi dada, relativamente à causa da agricultura em larga-escala, anti-econômica nas fases iniciais da Idade Média, ter-se tornado, de novo, econômica em base servil (ou outra) ao fim dela. Mais surpreendentemente (dado o intenso interesse de Engels nos desenvolvimentos tecnológicos durante a transição da antigüidade à Idade Média, como foram registrados pela arqueologia)⁵⁸ não foram discutidas as transformações tecnológicas da agricultura, na realidade, e há uma série de outros aspectos inconclusos. Nenhuma tentativa foi feita para analisar a situação além da Europa central e ocidental, exceto uma observação muito sugestiva sobre a existência da comunidade agrária primitiva sob a forma de servidão direta e indireta (*Hörigkeit*) como na Rússia e na Irlanda⁵⁹ e uma observação — que parece, de certo modo, uma antecipação da exposição posterior de O MARCO — sobre a Europa oriental, cuja segunda imposição de servidão aos camponeses teria sido devida ao advento de um mercado de exportação de produção agrícola, desenvol-

55 O MARCO, loc. cit., 326-7.

56 ENGELS a Marx, 15.12.1882, 16.12.1882.

57 O MARCO — cujo objetivo é estudar, de passagem, os movimentos da agricultura feudal — destinava-se a ser um apêndice de 8-10 páginas para o ANTI-DUHRING, e o não publicado *Ueber den Verfall* uma nota prefacial à nova edição das GUERRAS CAMPO-NESAS NA ALEMANHA.

58 Cf. Zur Urgeschichte der Deutschen, WERKE, XIX, 450-60.

59 ANTI-DÜHRING, notas preparatórias (WERKE, XX, 587-8).

vendo-se proporcionalmente a ele.⁶⁰ Em síntese, não parece que Engels tivesse qualquer intenção de alterar o quadro geral da transição do feudalismo ao capitalismo que ele e Marx haviam formulado muitos anos antes.

Nenhuma outra incursão de importância na história das "formas que precedem o capitalismo" ocorreu durante os últimos anos de Marx e Engels, embora fosse realizado importante trabalho sobre o período a partir do século XVI e, especialmente, sobre história contemporânea. Resta, portanto, apenas a discussão breve de dois aspectos de seus últimos trabalhos sobre o problema das fases de desenvolvimento social. Até onde eles mantiveram a lista das formações, como foram apresentadas no Prefácio à CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA? Que outros fatores gerais do desenvolvimento sócio-econômico foram considerados ou reconsiderados por eles?

Como vimos, em seus últimos anos, Marx e Engels tenderam a distinguir ou sugerir sub-variedades, sub-fases e formas de transição dentro de suas mais amplas classificações sociais e, notavelmente, dentro da sociedade préclassista. Mas não ocorrem maiores alterações na lista geral das formações, a não ser que contemos a quase formal alteração do "modo asiático" para "tipo arcaico" de sociedade. Não há — pelo menos da parte de Marx — qualquer inclinação para abandonar o modo asiático (e até há uma tendência para reabilitar o "modo eslavo"); e, certamente, há uma recusa deliberada a reclassificá-lo como feudal. Argumentando contra o ponto de vista de Kovalevsky de que três dos quatro principais critérios do feudalismo greco-romano podiam ser encontrados na Índia, que deveria, pois, ser considerada feudal, Marx adverte que "Kovalevsky esquece, entre outras coisas, a servidão, que não tem importância substancial na Índia. (Além do mais, quanto ao *papel individual* dos senhores feudais como *protetores* não só dos camponeses não-livres como dos livres... isto é sem importância na Índia exceto quanto aos *wakuf*, áreas dedicadas a propósitos religiosos). Nem se encontra aquela "poesia do solo" tão característica do feudalismo romano-germânico (cf. Maurer) na Índia, como tampouco em Roma. Na Índia a terra não é nunca *nobre* no sentido de ser, por exemplo, inalienável aos não inte-

60 Ibid., 588.

grantes da classe nobre (roturiers)." ⁶¹ Engels, mais interessado nas possíveis combinações da senhoria e o substrato da comunidade primitiva, parece menos categórico, embora exclua, especificamente, o Oriente do feudalismo ⁶² e, como vimos, não faça tentativa alguma para ampliar sua análise do feudalismo agrário para além da Europa. Não há nada a sugerir que Marx e Engels encarassem a combinação especial do feudalismo agrário e da cidade medieval como algo que não fosse peculiar à Europa.

Por outro lado, uma interessantíssima elaboração do conceito de relações sociais de produção é sugerida por uma série de passagens destes últimos anos. Aqui, novamente, parece que Engels tomou a iniciativa. Assim, sobre a servidão ele escreve (a Marx, 22.12.1882 — possivelmente seguindo sugestão do próprio Marx): "é certo que a servidão e a vassalagem não são, especificamente, formas medievais, ocorrem por toda a parte, ou quase, onde os conquistadores fizeram os habitantes nativos cultivar o solo para eles". E, novamente, sobre o trabalho-assalariado ⁶³: "Os primeiros capitalistas já encontraram o trabalho-assalariado como uma forma. Mas o encontraram como algo ancilar, excepcional ou temporário, ou um ponto de transição". Esta distinção entre modos de produção caracterizados por certas relações e as "formas" de tais relações, que podem existir numa variedade de períodos ou situações econômico-sociais estava, já, implícita no pensamento marxista inicial. Às vezes, como em discussões sobre dinheiro e atividades mercantis, era explícita. Tem considerável importância, pois não apenas ajuda a dirimir certas discussões antigas como as que negavam a originalidade do capitalismo porque os mercadores existiam no antigo Egito, ou porque os feudos medievais pagavam o trabalho de colheita em dinheiro, mas por chamar a atenção para o fato das relações sociais básicas, necessariamente limitadas em número, serem "inventadas" e "reinventadas" pelos homens em numerosas ocasiões e de todos os modos de produção

61 Citado por L. S. Gamayunov, R. A Ulyanovsky: O TRABALHO DO SOCIÓLOGO RUSSO M. M. Kovalevsky... E A CRÍTICA DE MARX Vigésimo Quinto Congresso Internacional de Orientalistas, Moscou, 1960, p. 8.

62 ANTI-DÜHRING, loc. cit., 164.

63 ANTI-DÜHRING, loc. cit., 252.

monetários (exceto, talvez, o capitalismo) serem complexos feitos de toda espécie de combinações delas.

V

Finalmente, compensa resumir as discussões sobre as principais formações econômico-sociais, entre os marxistas, desde a morte de Marx e Engels. Elas foram, em muitos aspectos, insatisfatórias, embora tivessem a vantagem de nunca encarar os textos de Marx e Engels como repositórios da verdade absoluta. Estes têm sido, de fato, amplamente revisados. Entretanto, o processo desta revisão tem sido estranhamente não-sistemático e não-planejado; o nível teórico da maior parte da discussão sendo desapontador e o tema, como um todo, foi, antes, mais confundido do que esclarecido.

Duas tendências podem ser observadas. A primeira, que implica uma considerável simplificação do pensamento de Marx e Engels, reduz as principais formações econômico-sociais a uma simples escada que todas as sociedades humanas sobem, degrau por degrau, mas a diferentes velocidades, de modo que todas, eventualmente, chegam ao cimo.⁶⁴ Isto tem algumas vantagens, do ponto de vista da política e da diplomacia, porque elimina as distinções entre sociedades que mostraram no passado maior e menor tendência interna a um rápido desenvolvimento histórico, e porque faz difícil a determinados países a alegação de que constituem exceções às leis históricas gerais,⁶⁵ mas não tem vantagens científicas óbvias, também diferendo dos pontos de vista de Marx. Além disto, é

64 "Todos os povos percorrem praticamente o mesmo roteiro... O desenvolvimento da sociedade verifica-se através de substituições consecutivas, conforme leis definidas, de uma formação econômico-social por outra". O. Kuusinen ed. FUNDAMENTALS OF MARXISM-Leninism (Londres, 1961), 153.

65 O medo de encorajar um "excepcionalismo asiático" e desencorajar uma posição suficientemente firme de oposição à influência do imperialismo (ocidental) foi um forte, ou mesmo decisivo, elemento no abandono do "modo asiático" de Marx pelo movimento comunista internacional, após 1930. Cf. discussões de Leningrado, em 1931, como as reportou (tendenciosamente) K. A. Wittfogel em ASIATIC DESPOTISM (1957), 402-4. O Partido Comunista Chinês, independentemente, tinha tomado o mesmo roteiro alguns anos antes. Para conhecer sua opinião, que parece muito padronizada e unilinear, cf. Mao Tse-tung, OBRAS ESCOLHIDAS, III, 74-7.

politicamente desnecessário pois, qualquer que seja a diferença do desenvolvimento histórico remoto, o marxismo sustenta, firmemente, a opinião de que todos os povos, independentemente de raça ou passado histórico, são igualmente capazes de alcançar todas as conquistas da civilização moderna, desde que tenham liberdade para buscá-las.

A abordagem unilinear também conduz à busca de "leis fundamentais" correspondentes a cada formação, que expliquem sua transição para a próxima forma mais elevada. Tal mecanismo geral já foi sugerido por Marx e Engels (especialmente na ORIGEM DA FAMÍLIA) quanto à transição do estágio comunal primitivo, admitido como universal, à sociedade de classe e quanto ao desenvolvimento muito diferente do capitalismo. Uma série de tentativas foram feitas, recentemente, para descobrir "leis gerais", análogas, do feudalismo⁶⁶ e, mesmo, da etapa escravista.⁶⁷ Elas não foram bem sucedidas, segundo o entendimento geral, e mesmo as fórmulas finalmente sugeridas para compromisso parecem ser pouco mais do que definições. Este fracasso quanto à descoberta de "leis fundamentais" geralmente aceitáveis e aplicáveis ao feudalismo e à sociedade escravista não é, em si, sem significado.

A segunda tendência acompanha, em parte, a primeira e, em parte, entra em conflito com ela. Conduziu a uma revisão formal da lista das formações econômico-sociais de Marx ao omitir o "modo asiático", limitar o campo do "antigo" mas, correspondentemente, ampliando o do "feudal". A omissão do "modo asiático" ocorreu, falando em sentido lato, entre o fim da década de 1920 e os últimos anos da de 1930: deixou de ser mencionada por Stalin em MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO (1938), embora continuasse a ser usado por alguns marxistas — principalmente de língua in-

66 Quanto à discussão soviética dos primeiros anos da década de 1950, cf. VOPROSI ISTORH, 6, 1953; 2, 1954; 2, 4 e 5, 1955. A discussão ocidental sobre a transição do feudalismo, que em parte aborda temas similares, cf. THE TRANSITION FROM FEUDALISM TO CAPITALISM, de P. M. Sweezy, M. H. Dobb, H. K. Takahashi, R. H. Hilton, C. Hill (Londres, sem data). Também G. Lefebvre, LA PENSÉE, 65, 1956; G. Procacci, SOCIETA, I, 1955.

67 Cf. Guenther & Schrot, PROBLÈMES THÉORIQUES DE LA SOCIÉTÉ ESCLAVAGISTE in *Recherches Internationales à la lumière du marxisme* (Paris) 2, maio-junho de 1957.

glesa — até muito mais tarde.⁶⁸ Como a resistência à evolução histórica fosse o característico, para Marx, sua eliminação produziu um esquema mais simples que se presta mais facilmente a interpretações universais e unilineares. Mas, também, elimina o erro de considerar as sociedades orientais como essencialmente "imutáveis" ou a-históricas. Foi observado que "o que o próprio Marx disse da Índia não pode ser aceito como está", embora, também, que "a base teórica (da história da Índia) permanece marxista".⁶⁹ A restrição do modo "antigo" não apresentou maiores problemas políticos, nem (aparentemente) refletiu debates políticos. Foi devida, simplesmente, ao fracasso dos estudiosos em descobrir uma fase escravista em toda a parte, e em considerar um modelo bem simples de economia escravista que se tornara corrente (muito mais simples do que o do próprio Marx), adequado mesmo para as sociedades clássicas da antiguidade.⁷⁰ A ciência soviética oficial não está mais comprometida com um estágio universal de sociedade escravista.⁷¹

O "feudalismo" ampliou seu âmbito, em parte, para preencher a brecha deixada por estas alterações — nenhuma das sociedades afetadas pôde ser reclassificada como capitalista ou foi reclassificada como comunal-primitiva ou "arcaica" (como, lembremo-nos, Marx e Engels estavam inclinados a fazer) e, parcialmente, à custa das sociedades até então classificadas como comunais-primitivas e dos estágios iniciais do desenvolvimento do capitalismo. Pois agora está claro que a diferenciação de classe em algumas sociedades, antes consideradas, sem rigor, "tribais" (ex.: muitas zonas da África), tinha feito consideráveis progressos. No outro extremo da escala-de-tempo, a tendência para classificar todas as sociedades como "feudais", até que ocorresse uma formal "revolução burguesa", ganhou terreno, principalmente na Grã-Bretanha.⁷² Mas o "feudalismo" — não cresceu, simplesmente,

68 Ex.: E.M.S. Namboodiripad — THE NATIONAL QUESTION IN KERALA (Bombaim, 1952).

69 D.D. Kosambi, — AN INTRODUCTION TO THE STUDY OF INDIAN HISTORY (Bombaim, 1956), 11-12.

70 Cf. *Recherches Internationales*, loc. cit., (1957) seleção de estudos.

71 E. Zhukov, THE PERIODIZATION OF WORLD HISTORY, International Historical Congress, Estocolmo, 1960: *Relatório*, I, 74-88. especialmente 77.

como uma categoria residual. Desde logo após a morte de Marx houve tentativas para ver uma espécie de primitivo ou proto-feudalismo como primeira forma geral — ainda que não, necessariamente, de incidência universal — de sociedade de classe, desenvolvendo-se da desintegração do comunismo primitivo.⁷³ (Esta transição direta do primitivo comunismo ao feudalismo foi, naturalmente, prevista por Marx e Engels). Fora deste proto-feudalismo, sugere-se, as várias outras formações se desenvolveram, inclusive o feudalismo avançado do tipo europeu (e japonês). Por outro lado, uma reversão ao feudalismo por formações que, embora *potencialmente* menos progressistas, fossem mais desenvolvidas, na realidade — como a do Império Romano para os Reinos Tribais Teutônicos — sempre foi admitida. Owen Lattimore foi tão longe que "sugeri que pensássemos, experimentalmente, em termos de feudalismo evolutivo e regressivo (ou retroativo)" e, ainda, convidou-nos a ter em mente a possibilidade de uma feudalização temporária de sociedades tribais, em interação com outras mais desenvolvidas.⁷⁴

O saldo destas várias tendências tem sido o de fazer circular uma ampla categoria de "feudalismo" que abrange continentes e milênios, incluindo desde os emiratos do norte da Nigéria até a França de 1788, as tendências visíveis na sociedade Azteca ao tempo da conquista espanhola e a Rússia Tzarista do século XIX. É plausível, na verdade, que todos estes casos possam ser colocados sob uma classificação geral como esta e que isto tenha valor analítico. Ao mesmo tempo, é claro que, sem boa dose de sub-classificações e análises de sub-tipos e fases históricas particulares, o conceito geral corre o risco de tornar-se não operacional. Várias destas sub-classificações foram tentadas — por exemplo, "semi-feudal" — mas, por enquanto, o esclarecimento do feudalismo pelos marxistas não fez progressos apreciáveis.

72 Cf. STATE AND REVOLUTION IN TUDOR AND STUART ENGLAND, "Communist Review", julho de 1948. Esta opinião, entretanto, sempre teve seus críticos, especialmente J. J. Kuczynski *Geschichte d. Lage d. Arbeiter unter dem Kapitalismus*, vol. 22, cap. 1-2).

73 Cf. Bogdanov, SHORT COURSE OF ECONOMIC SCIENCE, 1897, revisado em 1919 (Londres, 1972), e em forma mais elaborada, K.A. Wittfogel, "Geschichte der bürgerlichen Gesellschaft (Viena, 1924).

74 O. Lattimore, FEUDALISM IN HISTORY, *Past and Present*, 12, 1957.

A combinação das duas tendências citadas aqui produziu uma ou duas dificuldades incidentais. Assim, o desejo de classificar cada sociedade ou período, firmemente, em uma ou outra das categorias aceitas deu como resultado disputas demarcatórias, como é natural quando se insiste em encaixar conceitos dinâmicos dentro de estáticos. Houve, deste modo, muita discussão na China sobre a data da transição da escravidão ao feudalismo desde que "a luta foi de natureza muito prolongada, cobrindo vários séculos. .. Modos de vida sociais e econômicos diversos coexistiram temporariamente no amplo território da China".⁷⁵ No ocidente, dificuldade semelhante conduziu a debates sobre o caráter dos séculos que vão do XIV ao XVIII.⁷⁶ Estas discussões tiveram, ao menos, o mérito de levantar os problemas da mistura e coexistência de diferentes "formas" de relações sociais de produção, embora, por outro lado, não tenham interesse tão grande quanto outras discussões marxistas.⁷⁷

Entretanto, recentemente e em parte sob o estímulo das FORMEN, as discussões marxistas mostraram uma bem-vinda tendência a reviver e questionar várias opiniões que tinham sido aceitas nas últimas décadas. Esta revivescência parece ter começado, independentemente, numa porção de países, socialistas e não-socialistas. Informe recente registra contribuições da França, República Democrática Alemã, Hungria, Grã-Bretanha, Índia, Japão e Egito.⁷⁸ Estas relacionam-se, em parte, com os problemas gerais da periodização histórica, como eles são examinados no debate de MARXISMO TODAY em 1962, e parcialmente com os problemas e formações econômico-sociais pré capitalistas específicas e, em parte, com a contestada e agora reaberta questão do "modo asiático"⁷⁹.

75 E. Zhukov, loc. cit., 78

76 THE TRANSITION FROM FEUDALISM TO CAPITALISM, loc. cit.

77 Cf. ZUR PERIODISIERUNG DES FEUDALISMUS UND KAPITALISMUS IN DER GESCHICHTLICHEN ENTWICKLUNG DER U.S.S.R., Berlim, 1952

78 ASIATICUS, IL MODO DI PRODUZIONE ASIÁTICO (*Rinascita*, Roma 5 de outubro de 1963, 14).

79 *Recherches Internationales* 37 (maio-junho 1963) que se ocupa do feudalismo, contém algumas importantes contribuições polêmicas. Sobre a sociedade antiga, cf. os debates entre Welskopf (DIE PRODUKTIONSVERHALTNISSE IM ALTEN ORIENT UND IN HER GRIECHISCH-ROMISCHEN IJTTKE, Berlim, 1957) e Guenther e

É demasiado cedo entretanto, para apresentar mais do que o registro do reinício de tais debates.

Podemos concluir que o estado atual da discussão marxista sobre o tema é insatisfatória. Muito disto deve-se ao desenvolvimento histórico do movimento marxista internacional na geração anterior a meados dos anos 1950, que teve, inegavelmente, efeito negativo sobre o nível da investigação marxista neste e em muitos outros terrenos. A abordagem original de Marx do problema da evolução histórica foi, em certos aspectos, simplificado e alterado, e não foram usados certos lembretes da natureza profunda e complexa de seu método, como a publicação das FORMEN, para a correção destas tendências. A lista original das formações econômico-sociais de Marx foi alterada, mas nenhum substituto satisfatório foi apresentado. Algumas das lacunas na discussão de Marx e Engels — brilhante mas incompleta e tentativa — foram reveladas, e preenchidas, mas algumas das partes mais fecundas de sua análise, também, terminaram desaparecendo de nosso campo visual.

Isto é absolutamente lamentável porque os últimos trinta anos, aproximadamente, constituem, em muitos aspectos, um período de grandes êxitos da focalização marxista da história. Em verdade, um dos mais convincentes indícios da superioridade do método marxista é que, mesmo num período em que o marxismo criador foi, demasiadas vezes, abandonado à ossificação, o materialismo histórico, apesar de tudo, inspirou grande volume de valiosos trabalhos históricos e influenciou os historiadores não marxistas mais do que nunca, maior razão, portanto, para que sejam empreendidas, hoje, tão imprescindíveis investigações esclarecedoras dos pontos de vista marxistas sobre a evolução histórica e em especial, sobre as principais etapas do desenvolvimento. Um cuidadoso estudo das FORMEN — que não implica a aceitação automática das conclusões de Marx — será de grande valia para este objetivo e, de fato, uma indispensável parte dele.

E. J. Hobsbawm

Schrot (ZTSCHR F. GESCHICHTSWISSENSCHAFT, 1957 e WISSENSCH. ZTSCHR. d. KARL-MARK-UNIV., Leipzig 1963); para a sociedade oriental, F. Tökel, SUR LE MODE DE PRODUCTION ASIATIQUE, Paris, Centro de Estudos e Pesquisas Marxistas, 1964. Mimeografado.

FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS

I

* Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro — não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação — dos meios e do material do trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural — significa a dissolução tanto da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra assentada sobre a comuna oriental.

Nestas duas formas, o relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é o de propriedade: esta constitui a unidade natural do trabalho com seus pressupostos materiais. Por isto, o trabalhador tem uma existência objetiva, independentemente de seu trabalho. O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade. A mesma relação vigora entre o indivíduo e os demais. Quando esse *pressuposto* deriva da comunidade, os outros são, para ele, seus co-proprietários, encarnações da propriedade comum; quando deriva das famílias específicas que em conjunto constituem a comunidade,

os outros são proprietários independentes que coexistem com o indivíduo, proprietários privados independentes. Neste último caso a propriedade comum que, anteriormente, a tudo absorvia e a todos compreendia, subsiste, então, como uma especial *ager publicus (terra comum)*, ao lado dos numerosos proprietários fundiários privados.

* Em ambos os casos, os indivíduos comportam-se não como trabalhadores, mas como proprietários — e membros de uma comunidade em que trabalham. A finalidade deste trabalho não é a *criação de valor*, embora eles possam realizar trabalho excedente de modo a trocá-lo por trabalho estrangeiro ao grupo, isto é, por produtos excedentes alheios. Seu propósito é a manutenção do proprietário individual e sua família, bem como da comunidade como um todo. A posição do indivíduo como *trabalhador*, em sua nudez, é propriamente um produto *histórico*.

* O primeiro pressuposto desta forma inicial da propriedade da terra é uma comunidade humana, tal como surge a partir da evolução espontânea (*naturwüchsig*): a família, a tribo formada pela ampliação da família ou pelos casamentos entre famílias, e combinações de tribos. Pode-se considerar como certo que o pastoreio ou, dito de forma mais geral, a vida nômade é a primeira forma de sobrevivência, na qual a tribo não se estabelece em lugar fixo, aproveitando, antes, o que encontra no local e logo indo adiante. Os homens não foram fixados pela natureza (salvo, talvez, em certos ambientes tão férteis que pudessem subsistir com base em uma simples árvore, como os macacos; fora disto, eles teriam de mover-se, como os animais selvagens). Portanto, a comunidade tribal, o grupo natural, não surge como consequência, mas como a condição prévia da apropriação e uso conjuntos, temporários, do solo.

Quando os homens, finalmente, se fixam, a maneira como esta comunidade original se modifica vai depender de várias condições externas — climáticas, geográficas, físicas etc, bem como de sua constituição específica, isto é, de seu caráter tribal. A comunidade tribal espontânea ou, se preferimos dizer, a horda (laços comuns de sangue, língua, costumes, etc) constitui o primeiro passo para a apropriação das condições objetivas de vida, bem como da atividade que a reproduz e lhe dá expressão material, tornando-a objetiva (*vergegenstandlichenden*) (atividade de pastores, caçadores,

agricultores, etc.) A terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a *base* da comunidade. As relações do homem com a terra são ingênuas: eles se consideram como seus *proprietários comunais*, ou sejam membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente na medida em que o indivíduo for membro de uma comunidade como esta — literal e figuradamente — é que se considerará um proprietário ou *possessor*. * Na realidade, a *apropriação* pelo processo de trabalho dá-se sob estas *pré-condições* que não são *produto* do trabalho, mas parecem ser seus pressupostos naturais ou *divinos*.

A forma desta apropriação poderá se realizar de maneiras diversas, embora a relação básica se mantenha a mesma. No caso, por exemplo, da maioria das formas asiáticas fundamentais, ela é compatível com o fato de que "unidade geral mais abrangente", situada acima dos corpos comuns apareça como o *proprietário único* ou superior, enquanto as comunidades reais se constituem apenas em possuidoras *hereditárias*. Como a *unidade* é o proprietário efetivo e, ao mesmo tempo, pré-condição real da propriedade comum, torna-se perfeitamente possível que apareça como algo separado, superior às numerosas comunidades particulares reais. O indivíduo é, então, na verdade, um não-proprietário. A propriedade — ou seja, a relação do indivíduo com as condições *naturais* de trabalho e reprodução, a natureza inorgânica que ele descobre e faz sua, o corpo objetivo de sua subjetividade — aparece como cessão (*Ablassen*) da unidade global ao indivíduo, através da mediação exercida pela comunidade particular. O déspota surge, aqui, como o pai das numerosas comunidades menores, realizando, assim, a unidade comum de todas elas. Conclui-se, portanto, que o produto excedente (determinado, incidentalmente, de forma legal, mediante [*infolge*] a apropriação efetiva pelo trabalho) pertencerá à unidade suprema. O despotismo oriental aparentemente leva a uma ausência legal de propriedade. Mas, de fato, seu fundamento é a propriedade tribal ou comum criada, na maioria dos casos, por uma com-

(*) Nesta frase do texto inglês, e noutras posteriores, há expressa distinção entre "owner" e "possessor", razão por que reservaremos para o primeiro a tradução "proprietário" e para o segundo a palavra idêntica "possessor" que Caldas Aulete registra com o significado de "possuidor". NT.

binação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade que, assim, faz-se completamente auto-suficiente, em si mesma contendo todas as condições de produção e de produção de excedentes.

Parte de seu excedente de trabalho pertence à comunidade mais elevada que, por fim, assume a forma de uma *pessoa*. Este trabalho excedente se realiza ao mesmo tempo como tributo e trabalho comum para a glória da unidade, destinada em parte para o déspota e em parte para a divindade tribal, imaginária. Na medida em que este tipo de propriedade comum é efetivado, na realidade, no trabalho, pode aparecer de dois modos. Ou as pequenas comunidades vegetam lado a lado, e em cada uma delas o indivíduo trabalhará, independentemente, com sua família a terra que lhe foi confiada. (Haverá, também, certo montante de trabalho para a reserva comum — para segurança, poderia dizer-se — por um lado; e por outro, para pagar os custos da comunidade, tais como os das guerras, dos serviços religiosos, etc. O domínio dos senhores, num sentido o mais primitivo, surge somente nesta fase, por exemplo, nas comunidades Romenas e Eslavas e aí se dá a transição para a servidão, etc). No 2.º caso, a unidade pode envolver uma organização comum do trabalho tal, que se constitui num verdadeiro sistema, como no México e, especialmente, no Peru, entre os antigos Celtas e algumas tribos da Índia. Além disto, pode haver uma tendência a surgir a comunalidade dentro do corpo tribal, seja como uma representação de sua unidade, através do chefe do grupo tribal consanguíneo, ou como um relacionamento entre os chefes de famílias. Daí poder ocorrer uma forma mais despótica ou mais democrática de comunidade. As condições comunais de apropriação real através do trabalho, como os sistemas de irrigação (importantíssimos entre os povos asiáticos), meios de comunicação, etc, surgirão, assim, como obras da unidade superior — o governo despótico que se impõe às comunidades menores. As cidades, propriamente ditas, surgem ao lado destas aldeias apenas naqueles pontos de localização particularmente favorável ao comércio exterior ou onde o chefe de Estado e seus sátrapas trocam suas receitas (o produto excedente) por trabalho, receitas essas que gastavam como fundo-de-trabalho.

* A segunda forma (de propriedade) deu, como a primeira, origem a alterações substanciais, históricas, locais, etc. É pro-

duto de vida histórica mais dinâmica (*bewegten*), do destino e da transformação das tribos originais. A comunidade é, aqui também, a condição prévia mas, diferentemente de nosso primeiro caso, não mais constitui a substância da qual os indivíduos são simples acidentes (*Akzidenzen*) ou meros componentes naturais espontâneos. A base, aqui, não é a terra mas a cidade, núcleo já estabelecido (centro) da população rural (proprietários de terras). A área cultivada é território da cidade, enquanto, no outro caso, a aldeia era simples apêndice da terra. Por maiores que sejam os obstáculos que a terra possa opor aos que a trabalham e dela realmente se apropriam, não é difícil estabelecer uma relação com ela, enquanto natureza inorgânica do indivíduo vivo, como sua oficina, meio de trabalho, objeto de trabalho e meio de subsistência do sujeito. As dificuldades encontradas pela comunidade organizada poderão originar-se, apenas, de outras comunidades que já tenham ocupado anteriormente a terra ou que perturbem a comunidade em sua ocupação do solo. A guerra é, portanto, a grande tarefa que a todos compete, o grande trabalho comunal, e se faz necessária, seja para a ocupação das condições objetivas da existência, seja para a proteção e perpetuação de tal ocupação. A comunidade integrada por grupos de parentesco, é, pois, em primeira instância, organizada militarmente como força guerreira militar, e esta é uma das condições de sua existência como proprietária. A concentração de moradias na cidade é a base desta organização bélica. A natureza da estrutura tribal conduz à diferenciação de grupos de parentesco superiores e inferiores e esta diferenciação social se desenvolve ainda mais pela mistura das tribos conquistadoras e conquistadas etc. A terra comum — como propriedade estatal, *ager publicus* — se separa, aqui, da propriedade privada. A propriedade do indivíduo, diversamente de nosso primeiro caso, não é mais a propriedade comunal direta, em que o indivíduo não é um proprietário, quando isolado da comunidade, mas apenas seu ocupante. Nas circunstâncias em que a propriedade individual não exige trabalho comunal para valorizar-se (como exige, por exemplo, com os sistemas de irrigação do Oriente), o caráter primitivo da tribo pode desaparecer pela própria dinâmica da história ou por migração; a tribo pode mudar-se de seu local de fixação original e ocupar solo *estrangeiro*, passando a viver sob novas condições de trabalho e desenvolvendo mais as energias dos indivíduos.

Na medida em que se acentua a atuação destes fatores, e quanto mais cresce a tendência de se definir o caráter comunal da tribo — enquanto unidade negativa contra o mundo exterior — mais se impõem as condições que permitirão ao indivíduo tornar-se *proprietário privado* de um lote definido de terra, cujo cultivo corresponderá somente a ele e à sua família.

A comunidade — como um estado — passa a ser, por um lado, a relação recíproca entre estes proprietários privados livres e iguais, sua aliança contra o mundo exterior — e, ao mesmo tempo, sua garantia. A comunidade baseia-se, aí, no fato de seus membros serem trabalhadores proprietários, pequenos camponeses que cultivam terra; mas, igualmente, a independência destes consiste em seu mútuo relacionamento como integrantes da comunidade, na defesa do *ager publicus* (terra comum) para as necessidades comuns, para a glória comum, etc. Ser membro da comunidade continua sendo condição prévia para a apropriação da terra mas, na qualidade de membro da comunidade, o indivíduo é um proprietário privado. Sua relação com sua propriedade privada é ao mesmo tempo uma relação com a terra e com sua existência enquanto membro da comunidade — sua manutenção como membro da comunidade significa a manutenção da própria comunidade e vice-versa, etc. Como a comunidade — que não é, aqui, meramente um *produto "de facto" da história*, mas, algo de que os homens têm consciência como tal — *tem portanto, uma origem*, temos a condição prévia da *propriedade da terra*, vale dizer, da relação entre o sujeito que trabalha com as condições naturais de seu trabalho como algo que lhe pertence. Mas este "pertencer" é mediado por sua existência como membro do Estado, pela existência do Estado — portanto, por uma *condição* prévia encarada como divina, etc.¹ Há uma concentração na cidade, com a terra como território seu; a agricultura em pequena escala, produzindo para o consumo imediato; e a manufatura, como trabalho subsidiário, doméstico, das esposas e filhas (fiando e tecendo) ou alcançando existência independente em umas poucas ocupações artesanais

1 Uma tradução alternativa poderia ser; "Uma vez que a comunidade... origem (e é assim) aqui a pré-condição. . . . este pertencer é entretanto, intermediado por..." O hábito de Marx, ocasionalmente, omitir verbos auxiliares torna impossível interpretar, sempre, sem ambigüidade o que quer dizer.

(*fabri*, etc.). O pré-requisito para a continuação da existência da comunidade é a manutenção da igualdade entre seus camponeses livres auto-suficientes, e de seu trabalho individual como condição da persistência de sua propriedade. Suas relações com as condições naturais de trabalho são as de proprietários; mas o trabalho pessoal tem de estabelecer, continuamente, tais condições como condições reais e elementos objetivos da personalidade do indivíduo, de seu trabalho pessoal.

Por outro lado, a tendência desta pequena comunidade militar leva-a além de tais limites etc. (Roma, Grécia, Judeus, etc.) Como afirma Niebuhr: "Quando os augúrios confirmaram a Numa a aprovação divina de sua eleição, a primeira preocupação do piedoso monarca não foi a de adorar os deuses e sim outra, bem mais humana. Distribuiu a terra conquistada em guerras por Rômulo, permitiu que a ocupassem e estabeleceu o culto de Terminus (o deus dos marcos de fronteiras). Todos os antigos legisladores, sobretudo Moisés, basearam o sucesso de suas determinações em prol da virtude, justiça, e moral (*Sitte*) na propriedade da terra ou, pelo menos, na garantia da posse hereditária da terra, para o maior número possível de cidadãos" (HISTÓRIA ROMANA, vol. I, pág. 245, 2.ª ed.). O indivíduo é colocado em condições tais de ganhar sua vida que seu objetivo não será aquisição de riqueza mas sim a auto-subsistência, sua própria reprodução como um membro da comunidade; como um proprietário de parte do solo e, nesta qualidade, como membro da comuna.² A sobrevivência da comuna é a reprodução de seus componentes como camponeses auto-suficientes, cujo tempo excedente pertence, precisamente, à comuna, para a guerra, etc. A propriedade do trabalho é mediada pela propriedade das condições de trabalho — a gleba, que por sua vez está garantida pela existência da comunidade, protegida esta pelo trabalho excedente de seus membros, sob a forma de serviço militar, etc. O membro da comunidade se reproduz, não através da cooperação em trabalho produtor de riqueza, mas cooperando em trabalhos para os interesses comunais (reais ou imaginários) destinados à manutenção da união face a pressões externas ou internas (*nach aussen und innen*). A propriedade pertence, formalmente, ao cidadão romano, o proprietário privado de

2 Esta sentença está em inglês no original.

terras se configura como tal, apenas, em virtude de sua condição de romano, mas qualquer romano é, também, um proprietário privado de terras.

Outra forma de propriedade dos indivíduos que trabalham, membros auto-suficientes da comunidade, em condições naturais de trabalho, é a *Germânica*. Nesta, o membro da comunidade como tal não é, como na forma especificamente oriental, co-proprietário da propriedade comunal. (Quando a propriedade existe *apenas* como propriedade comunal, o membro individual é, como tal, apenas *possuidor* de uma parte determinada da mesma, hereditariamente ou não, pois nenhuma fração da propriedade pertence ao indivíduo por si mesmo, mas, somente, enquanto parte da comunidade e, conseqüentemente, como alguém em união direta com a comunidade e não dela separado. Daí ser o indivíduo apenas um *possuidor*. O que existe é apenas a propriedade *comunal* e a *posse privada*. Circunstâncias históricas, locais, etc, podem modificar o caráter desta posse, em suas relações com a propriedade comunal de muitos modos diversos, conforme seja o trabalho realizado isoladamente pelo ³ possuidor privado ou determinado pela comunidade ou pela unidade que paira sobre as comunidades particulares). A terra (na comunidade germânica — E. H.) também não é ocupada pela comunidade, como na forma greco-romana (ou, em síntese, na forma antiga clássica) era a terra de Roma. (Na antigüidade clássica — E. H.), parte da terra permanece em poder da comunidade, como tal, separada da dos membros, sob a forma de *ager publicus* (terra comum) em suas várias formas. O remanescente é distribuído e cada gleba é romana em virtude de ser propriedade privada, domínio, de um cidadão romano, parcela do laboratório que lhe pertence; reciprocamente, o indivíduo é romano só na medida em que possui este direito soberano sobre parte do solo romano.⁴

[Na antigüidade os ofícios e o comércio urbanos eram pouco valorizados, ao contrário da agricultura; na Idade Média a situação se inverteu.]

3 Isto pode ser lido como "isoladamente do" ou "isoladamente pelo". A segunda forma é preferida porque tem mais sentido, dentro do contexto.

4 As seguintes passagens entre colchetes, de ["Na antigüidade os ofícios e o comércio urbanos"... até... "constituíram um clã"] foram citadas por Marx da ROMAN HISTORY de Niebuhr, 1,418,436, 614,615,317-19,328-31,333,335.

[O direito de *uso* da terra comum mediante a *posse da mesma* pertencia, originalmente, aos Patrícios que, mais tarde, concederam-no a seus clientes; a *concessão de propriedade* sobre o *ager publicus* era um direito exclusivo dos plebeus; todas as concessões em favor dos plebeus e compensação por uma participação na terra comum. A *propriedade da terra, no senso estrito*, excetuando a zona que circundava os muros da cidade, estava, originalmente, apenas nas mãos dos plebeus (formando comunidades rurais depois absorvidas).]

[Essência da Plebe Romana, como totalidade de agricultores, como é descrita na sua propriedade quiritária (de cidadãos). Os antigos, unanimemente, consideravam o trabalho da terra como *atividade própria* de homens livres, uma escola de soldados. Com ela se preserva a antiga estirpe nacional⁵, que se transforma nas cidades, onde se estabelecem mercados e artesãos estrangeiros à medida que os nativos emigram atraídos pela esperança de maiores riquezas. De qualquer modo, onde há escravidão, os libertos buscam sua subsistência em tais atividades, muitas vezes acumulando riqueza: por isto, na antigüidade estas atividades estavam, geralmente, nas mãos deles e, portanto, eram consideradas impróprias para os cidadãos; daí a opinião de que a admissão dos artesãos à cidadania plena seria procedimento arriscado (os gregos, em regra, os excluía de lá). "A nenhum romano era permitido levar a vida de um pequeno comerciante ou artesão." Os antigos não tinham uma concepção de orgulho ou dignidade de guilda, como na história urbana medieval; e, mesmo aí, o espírito militar declinou, na medida em que as corporações superaram as linhagens (aristocráticas) e, finalmente, extinguiu-se; o mesmo ocorrendo com o respeito que os estranhos tinham pela cidade, bem como sua liberdade.]

[As tribos (*Stamme*) dos antigos Estados constituíam-se de dois modos: por *parentesco* ou por *localização geográfica*. Historicamente, as *tribos formadas por parentesco* precederam as de base territorial sendo por estas substituídas, em quase toda parte. Sua forma mais extrema e rígida está representada pela instituição de castas, separadas uma das outras, sem direito a casamentos entre seus membros, com "status" totalmente diversos, dedicando-se cada qual a uma

5 A palavra *Stamm* também pode significar "tribo"

ocupação exclusiva e imutável. As *tribus territoriais* corresponderam, originalmente, à divisão de uma região em distritos (*Gaue*) e aldeias; na Ática, sob Clístenes, qualquer homem estabelecido numa aldeia era registrado como um Demotes (aldeão) desta aldeia e como um membro da Phyle (tribo) da área a que a aldeia pertencia. Em regra, seus descendentes, independentemente do local de domicílio, permaneciam na mesma Phyle e na mesma Deme, de maneira que esta divisão chegava a adquirir aspecto de estirpe. Os grupos romanos de *parentesco* (*gentes*) não eram constituídos por parentes consangüíneos; Cícero, quando se refere ao nome familiar, salienta que descende de homens livres. Os membros da gens romana tinham altares comuns (*sacra*), mas esta prática já desaparecera ao tempo de Cícero. A herança conjunta dos membros do grupo que morressem sem testamento e sem parentes próximos era conservada por mais tempo que as demais. Em épocas mais remotas os membros da gens tinham a obrigação de ajudar parentes necessitados a suportar sobrecargas inusitadas. (Isto se dava universalmente, entre os germânicos, persistindo por mais tempo entre os "Dithmarschen".) 6 As "*gentes*" eram uma espécie de guilda. Não existia, no mundo antigo, uma organização mais geral do que a dos grupos de parentesco. Assim, entre os gaélicos, os aristocráticos Campbells e seus vassalos constituem um clã.] Como os Patrícios representassem a comunidade em seu mais alto nível, eram os *possuidores* do *ager publicus*, usando-a por intermédio de seus clientes etc. (também, gradualmente, apropriavam-se dela).

A comunidade germânica não se concentrava na cidade; uma concentração — a cidade é o centro da vida rural, domicílio dos trabalhadores da terra e, também, núcleo das atividades guerreiras — que desse à comunidade, como tal, uma existência exterior diferenciada da de seus membros individuais. A história antiga clássica é a história das cidades, porém de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferenciada de cidade e campo (a grande cidade, propriamente dita, deve ser considerada como um acampamento dos príncipes, superposto à verdadeira estrutura econômica); a Idade Média (período germânico) começa com o campo como cenário

6 Ditmarsos — habitantes de uma região de Schleswig — Holstein. NT.

da história, cujo ulterior desenvolvimento ocorre, então, através da oposição entre cidade e campo; a (história) moderna consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade.

*7 A concentração na cidade proporciona à comunidade como tal a existência econômica; a mera *presença* da cidade é, em si mesma, algo diferente da simples multiplicidade de casas separadas. Neste caso, o todo não consiste apenas na reunião de suas partes isoladas: é uma forma de organismo independente. Entre os germânicos, cujos chefes de família estabeleciam-se nas florestas, isolados e separados uns dos outros por distâncias consideráveis, a comunidade existia, mesmo do ponto de vista *externo*, somente em virtude dos atos de união dos seus membros, embora sua unidade, *existente por si mesma*, fosse corporalizada (*gesetzt*) na descendência, na linguagem, no passado e história comuns, etc. A *comunidade*, portanto, se manifesta como uma *associação*, não como uma *união*, ou seja: como um acordo (*Einigung*) cujos sujeitos independentes são os proprietários de terras, e não como uma unidade. Portanto, a comunidade não existe, de fato, como um *Estado*, uma *entidade política*, à maneira dos antigos, porque não tem existência como *cidade*. Para a comunidade adquirir existência real, os livres donos de terras devem promover uma *assembléia* enquanto em Roma, por exemplo, *ela existe independentemente* de tais assembléias, pela presença da *cidade em si* e dos seus funcionários investidos em autoridade, etc.

Na verdade, o *ager publicus*, a terra comum ou terra do povo, também existia entre os germanos como forma distinta da propriedade individual. Consistia em territórios de caça, pastagens comuns ou florestas, etc., aquela parte da terra que não podia ser repartida por destinar-se a ser meio de produção nesta forma específica. Entretanto, diversamente do caso romano, o *ager publicus* não se apresenta como um bem econômico especial do Estado, paralelo ao dos proprietários privados — que são, na verdade, proprietários privados somente na medida em que *excluídos* ou privados do uso do *ager publicus*, como os plebeus. O *ager publicus*, entre os germanos, tem um caráter de mero suplemento da propriedade indi-

7 Aqui começa um novo caderno de notas do manuscrito de Marx, intitulado "Caderno de Notas V. Capítulo do Capital. Continuação" com data de janeiro de 1958, Londres (começado a 22 de Janeiro).

vidual e constitui propriedade apenas na medida em que, na qualidade de propriedade comum da tribo, é defendida contra tribos hostis. A propriedade do indivíduo não está mediada pela comunidade, mas a existência mesma da comunidade e da propriedade comunal é que é da média pelos membros independentes — isto é por suas relações mútuas.

No fundo, cada família possui uma economia completa, constituindo, realmente, um centro independente de produção (onde a manufatura é apenas uma espécie de trabalho doméstico subsidiário, realizado pelas mulheres, etc). Na antigüidade clássica a cidade com seu território anexo constituía o todo econômico, mas, no mundo germânico, este todo será o lar individual, que se destaca apenas como um ponto na terra que lhe corresponde. Não existe concentração de grande número de proprietários e a família é que atua como unidade independente. Na forma asiática (predominantemente, pelo menos) não há propriedade, apenas posse individual; o proprietário real é, de fato, a comunidade mesma — por isto, há propriedade apenas como *propriedade comunal* da terra. Na antigüidade (da qual os romanos são o exemplo clássico, pois, com eles este fenômeno adquire sua forma mais pura e evidenciada) ocorre uma forma contraditória de propriedade estatal e de propriedade privada da terra, de modo que ou a última está mediada pela primeira, ou a primeira existe somente nesta dupla forma. O proprietário privado da terra é, portanto, simultaneamente, um cidadão urbano. Economicamente, a cidadania pode se expressar simplesmente como uma forma na qual os agricultores vivem na cidade. Na forma germânica o agricultor não é um cidadão, vale dizer, não é um habitante da cidade, e sua base é o estabelecimento familiar isolado, independente, garantido pela associação com outros estabelecimentos semelhantes de homens da mesma tribo e por sua reunião ocasional para finalidades bélicas, religiosas, solução de disputas legais, etc, — que constituem a base da segurança recíproca. A propriedade individual da terra não surge, aqui, como uma forma contraditória da propriedade comunal, nem como intermediada pela comunidade. Pelo contrário, a comunidade existe apenas nas relações mútuas dos donos individuais da terra, como tais. A propriedade comunal só aparece num plano secundário, face às apropriações privadas da terra e aos estabelecimentos individuais, baseados no

parentesco. A comunidade não é nem a substância, da qual o indivíduo aparece como simples acidente, nem é a entidade geral, que *existe* tanto na representação na mente dos homens quanto na realidade da cidade e suas exigências urbanas, diferenciada do existir econômico separado de seus membros. A premissa da existência do proprietário individual é, por um lado, o elemento comum da língua e do sangue etc; mas, por outro, a comunidade só tem existência real na *união efetiva* para fins comunitários; e, na medida em que a comunidade tem existência econômica independente, nos prados, bosques de caça, comuns, etc, é utilizada por cada proprietário individual como tal e não em seu caráter de representante do Estado, como sucedia em Roma. Trata-se, genuinamente, de propriedade comum de proprietários individuais, não de uma associação de proprietários com existência própria na cidade, diversa da dos membros individuais.

* O ponto chave sobre a questão é: em todas estas formas, nas quais a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, conseqüentemente, o objetivo econômico é a produção de valores de uso, isto é, a *reprodução dos indivíduos* em determinadas relações com sua comunidade, da qual constituem a base, encontramos os seguintes elementos:

1. Apropriação das condições naturais de trabalho: da *terra* como o instrumento original de trabalho, ao mesmo tempo laboratório e reservatório de matérias primas; entretanto, apropriação que se efetua não por meio do trabalho, mas como condição preliminar do trabalho. O indivíduo, simplesmente, considera as condições objetivas de trabalho como próprias, como a natureza inorgânica de sua subjetividade, que se realiza através delas. A principal condição objetiva de trabalho, em si, não se mostra como o *produto* do trabalho mas ocorre como *natureza*. De um lado, temos o indivíduo vivo, do outro a terra como a condição objetiva de sua reprodução.

2. A *atitude* em relação à terra, à terra como propriedade do indivíduo que trabalha, significa que o homem mostra-se, desde o princípio, como algo mais do que a abstração do "indivíduo que trabalha", tendo um *modo objetivo de existência* na propriedade da terra, que *antecede* sua atividade

e não surge como simples consequência dela, sendo tanto uma pré-condição de sua atividade, como é sua própria pele, como são os seus órgãos sensoriais, pois toda a pele, e todos os órgãos dos sentidos são, também, desenvolvidos, reproduzidos, etc, no processo da vida, quanto pressupostos deste processo de reprodução. A mediação imediata desta atitude é a existência do indivíduo — mais ou menos naturalmente evoluída, mais ou menos historicamente desenvolvida e modificada — como *membro de uma comunidade*; isto é, sua existência natural como parte de uma tribo, etc.

Um indivíduo isolado, do mesmo modo que não poderia falar, não poderia ser proprietário do solo. Quando muito poderia viver dele, como uma fonte de suprimentos, como vivem os animais. A relação com a terra, como propriedade, nasce da sua ocupação, pacífica ou violenta, pela tribo, pela comunidade em forma mais ou menos primitiva ou já historicamente desenvolvida. O indivíduo, aqui, nunca pode aparecer no completo isolamento do simples trabalhador livre. Tomando como pressuposto que lhe pertencem as condições ob-objetivas de seu trabalho, deve-se também pressupor que o indivíduo pertença subjetivamente a uma comunidade que serve de mediação de sua relação com as condições objetivas de seu trabalho. Reciprocamente, a existência efetiva da comunidade é determinada pela forma específica da sua propriedade, mediada por sua existência numa comunidade, pode mostrar-se como *propriedade comunal*, que somente dê ao indivíduo a posse e não a propriedade privada do solo; ou, ainda, sob a forma dual de propriedade estatal e privada, concomitantemente, mas de tal modo que a primeira seja um pressuposto da segunda, e, conseqüentemente, apenas o cidadão seja e deva ser um proprietário privado enquanto, por outro lado, sua propriedade em *função* da cidadania também tenha uma existência autônoma. Por último, a propriedade comunal pode mostrar-se, meramente, como um suplemento da propriedade privada que, no caso, constitua a base; nestas circunstâncias, a comunidade não terá existência, salvo na *assembléia* de seus membros e em sua associação para propósitos comuns.

Estas diversas formas de relacionamento dos membros da comunidade tribal com a terra tribal, isto é, com a terra sobre a qual a comunidade está estabelecida, dependem, em parte, do caráter natural (*Naturanlagen*) da tribo e, em

parte, das condições econômicas em que a mesma exerce, de fato, a propriedade da terra, isto é, apropria-se dos seus frutos por meio do trabalho. E isto, por sua vez, dependerá do clima, das características físicas do solo, do condicionamento físico de sua utilização, do relacionamento com tribos hostis ou vizinhas, e das modificações introduzidas pelas migrações, acontecimentos históricos, etc. Para a comunidade continuar sendo como antigamente, será necessária a reprodução de seus membros sob as condições objetivas já pressupostas. A produção em si, o crescimento da população (também se enquadra sob o título de produção), com o tempo eliminarão, necessariamente, estas condições, destruindo-as em vez de reproduzi-las, etc, e quando isto ocorrer a comunidade entrará em decadência e morrerá, juntamente com as relações de propriedade sobre as quais se baseava.

A forma asiática necessariamente sobrevive por mais tempo e com mais tenacidade. Isto é devido ao princípio em que se fundamenta, qual seja o de que os indivíduos não se tornem independentes da comunidade, que o círculo de produção seja auto-sustentado e haja unidade da agricultura com a manufatura artesanal, etc. Se o indivíduo alterar sua relação com a comunidade, modificará e minará tanto a comunidade quanto suas premissa econômica; por outro lado, a modificação desta premissa econômica — produzida por sua própria dialética, a pauperização, etc. Observe-se, especialmente, a influência da guerra e da conquista. Embora, por exemplo, em Roma isto fosse parte essencial das condições econômicas da própria comunidade, rompe o vínculo real sobre o qual baseia-se a comunidade.

Em todas estas formas, o fundamento da evolução é a *reprodução* das relações entre o indivíduo e sua comunidade *aceitas como dadas* — que podem ser mais ou menos primitivas, mais ou menos produtos da história, porém fixadas na tradição — e uma existência *objetiva, definitiva e predeterminada* seja quanto ao relacionamento com as condições de trabalho, como quanto às relações do homem com seus companheiros de trabalho, de tribo, etc. Tal evolução é, pois, *limitada* de início e se os limites forem transpostos seguir-se-á a decadência e a desintegração. Evolução da escravidão, concentração da propriedade da terra, troca, economia monetária, conquista, etc, como sucedeu entre os romanos. Todos estes elementos até um certo ponto pareciam compatíveis com

a base e aparentavam ser meras extensões inofensivas dela, ou excessos derivados da mesma. Podem verificar-se consideráveis desenvolvimentos, assim, dentro dum âmbito determinado. Os indivíduos podem parecer grandes (notáveis). Mas o livre e pleno desenvolvimento do indivíduo ou da sociedade é inconcebível, porque tal evolução entra em contradição com o relacionamento original.

* Entre os antigos não encontramos uma única investigação a propósito de qual a forma de propriedade, etc, que seria a mais produtiva, que geraria o máximo de riqueza. A riqueza não constituía o objetivo da produção, embora Catão pudesse ter investigado os mais lucrativos métodos de cultivo, ou Brutus pudesse, até, ter emprestado dinheiro à taxa mais favorável de juros. A pesquisa, sempre, era sobre qual o tipo de propriedade que geraria os melhores cidadãos. A riqueza, como um fim em si, surgiu somente entre uns poucos povos comerciantes — monopolizadores do comércio do transporte — que viveram nas franjas do mundo antigo, como os judeus na sociedade medieval. A riqueza, por um lado, era um objeto materializado em objetos, em produtos materiais, de certa forma contraposta ao homem, como um sujeito. Por outro lado, na qualidade de valor, se constituía simplesmente no direito de comandar o trabalho de outras pessoas, não com propósitos de domínio mas de prazer pessoal, etc. Em todas as suas formas, mostrava-se sob a forma de objetos, seja de coisas ou de relações por meio de coisas, que se situam fora do indivíduo e, por assim dizer acidentalmente, junto a ele.

Assim, a antiga concepção segundo a qual o homem sempre aparece (por mais estreitamente religiosa, nacional ou política que seja a apreciação) como o objetivo da produção parece muito mais elevada do que a do mundo moderno, na qual a produção é o objetivo do homem, e a riqueza, o objetivo da produção. Na verdade, entretanto, quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza, senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras, etc, dos indivíduos, adquirida no intercâmbio universal? O que é, senão o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as forças naturais — tanto as suas próprias quanto as da chamada "natureza"? O que é, senão a plena elaboração de suas faculdades criadoras, sem outros pressupostos salvo a evolução histórica precedente que faz

da totalidade desta evolução — i.é, a evolução de todos os poderes humanos em si, não medidos por qualquer padrão *previamente estabelecido* — um fim em si mesmo? O que é a riqueza, senão uma situação em que o homem não se reproduz a si mesmo numa forma determinada, limitada, mas sim em sua totalidade, se desvencilhando do passado e se integrando no movimento absoluto do tornar-se? Na economia política burguesa — e na época de produção que lhe corresponde — este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do fim em si mesmo em proveito de forças que lhe são externas. Por isto, de certo modo, o mundo aparentemente infantil dos antigos mostra-se superior; e é assim, pois, na medida em que buscarmos contornos fechados, forma e limitação estabelecida. Os antigos proporcionavam satisfação limitada, enquanto o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é *vulgar e mesquinho*.⁸

* O que o Sr. Proudhon chama de origem *extra-econômica* da propriedade — querendo referir-se à propriedade da terra — é o relacionamento *pré-burguês* do indivíduo com as condições objetivas do trabalho, sobretudo com as condições objetivas *naturais* do trabalho. Pois, assim como o sujeito trabalhador é um indivíduo natural, um ser natural, da mesma forma a primeira condição objetiva de seu trabalho aparece como a natureza, a terra, como um corpo inorgânico. O próprio indivíduo não é apenas o corpo orgânico mas, ainda, esta natureza inorgânica como sujeito. Esta condição não é algo que ele tenha produzido, mas algo que encontrou a seu alcance, algo existente na natureza e que ele pressupõe. Antes de levar nossa análise a um ponto mais avançado acrescentemos que o pobre Proudhon não só poderia como deveria acusar o *capital* e o *trabalho-assalariado* — enquanto formas de propriedade — de terem origem *extra-econômica*. Pois o fato do trabalhador encontrar as condições objetivas de seu trabalho como algo separado dele, como *capital*, e o fato do capitalista encontrar os *trabalhadores* carentes

8 A palavra alemã "*gemein*" tem uma variedade de sentidos (neste caso, obviamente pejorativos) que não podem ser reproduzidos em qualquer palavra isolada do Inglês moderno.

de propriedade, como trabalhadores abstratos — a troca que tem lugar entre valor e trabalho vivo — supõem um *processo histórico*, por mais que o capital e o trabalho assalariado, eles mesmos, reproduzam esta relação e a elaborem tanto em seu alcance objetivo como em profundidade. E este processo histórico, como vimos, é a história da evolução tanto do capital como do trabalho-assalariado. Em outras palavras, a *origem extra-econômica* da propriedade, simplesmente, significa a gênese histórica da economia burguesa, das formas de produção a que as categorias da economia política dão expressão teórica ou ideal. Mas, proclamar que a história pré-burguesa e cada uma de suas fases têm sua própria *economia*⁹ e uma *base econômica* de seus movimentos é, no fundo, simplesmente, insistir na tautologia de que a vida humana sempre se baseou em algum tipo de produção — produção *social* — cujas relações são, exatamente, o que chamamos de relações econômicas.

* *As condições originais de produção não podem, inicialmente, ser elas próprias produzidas* — não são o resultado da produção. (Em lugar de condições originais de produção poderíamos dizer: se esta reprodução mostra-se, por um lado, como a apropriação de objetos por sujeitos, igualmente mostra-se, por outro lado, como a conformação, a sujeição dos objetos por e para um propósito subjetivo; a transformação dos objetos em resultados e repositórios da atividade subjetiva). O que exige explicação não é a *unidade* de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isto é o resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a *separação* entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital.

No relacionamento de escravidão e de servidão não há tal separação; o que acontece é que uma parte da sociedade é tratada pela outra como simples condição *inorgânica e na-*

9 Marx usa a palavra *Okonomie* neste parágrafo. Não fica esclarecido se deveria significar "economy" ou "economics".
NT.: "*economy*": "administração de rendas, gastos, etc, de um lar ou governo; cuidadosa administração da riqueza; sistema de produção e distribuição desta".

"*economics*": ciência que trata da produção, distribuição e consumo da riqueza. Cf. Webster's New World Dictionary.

tural de sua própria reprodução. O escravo carece de qualquer espécie de relação com as condições objetivas de seu trabalho. Antes, é *trabalho* em si, tanto na forma de escravo como na de servo, situado entre outros seres vivos (*Naturwesen*) como *condição inorgânica* de produção, juntamente com o gado ou como um apêndice do solo. Em outras palavras: as condições originais de produção surgem como pré-requisitos naturais, como *condições naturais de existência do produtor*, do mesmo modo que seu corpo vivo, embora reproduzido e desenvolvido por ele, não é, originalmente, estabelecido por ele, surgindo, antes, como seu *pré-requisito*; seu próprio ser (físico) é um pressuposto natural não estabelecido por ele mesmo. Essas *condições naturais de existência*, com as quais ele se relaciona como com um corpo inorgânico, têm caráter duplo: elas são (I) subjetivas e (II) objetivas. O produtor existe como membro de uma família, de uma tribo, um agrupamento de sua gente, etc. — o que adquire, historicamente, formas diversas resultantes da mistura e conflitos com outros. É como membro comunal, assim, que ele estabelece relações com determinada (parte da) natureza (chamemo-la de terra, solo), como seu próprio ser inorgânico, condição de sua produção e reprodução. Na qualidade de membro natural da comunidade, ele participa da propriedade comunal e fica com uma porção separada sob sua posse; assim, como um cidadão romano de nascimento, ele tem direito ideal (pelo menos) à *ager publicus* e um direito real a um certo número de *juggera* (unidades) de terra, etc. Sua *propriedade*, i.é, sua relação com os pré-requisitos naturais de sua produção como seus é mediada por sua qualidade de membro natural de uma comunidade. (A abstração de uma comunidade cujos membros nada tenham em comum além da linguagem, etc, e, mesmo isto, escassamente, é, sem dúvida, o produto de circunstâncias históricas muito posteriores). É evidente, por exemplo, que o indivíduo relaciona-se com sua linguagem como *sua própria*, apenas na qualidade de membro natural de uma comunidade. Linguagem como produto individual é um absurdo. E propriedade também.

* A própria linguagem é tanto o produto de uma comunidade quanto, em outro aspecto, é a existência da comunidade: é como se fosse o ser comunal falando por si mesmo. A produção comunal e a propriedade comunal, conforme en-

contradas, por exemplo, no Peru, são evidentemente, uma forma *secundária* introduzida e transmitida por tribos conquistadores que, em seu próprio seio,¹⁰ estavam familiarizadas com a propriedade comum e a produção comunal na forma mais antiga e mais simples, como aparece na Índia e entre os Eslavos. De modo semelhante, a forma descoberta, e.g., entre os Celtas, em Gales, parece ter sido introduzida por conquistadores mais adiantados, sendo, pois, *secundária*. A inteireza e a sistemática elaboração desses sistemas sob (a direção de) uma autoridade suprema demonstra sua origem posterior. Do mesmo modo, o feudalismo introduzido na Inglaterra era, formalmente, mais completo do que o feudalismo que havia se desenvolvido, naturalmente, na França.

Entre as tribos pastoris nômades — e todos os povos pastores são, originalmente, migratórios — a terra, como todas as demais condições naturais, aparece em sua elementar forma ilimitada, por exemplo, nas estepes asiáticas e nos altos planaltos asiáticos. É coberta de pastagens, etc, que alimentam os rebanhos fornecedores dos meios de subsistência dos povos nômades. Eles a consideram sua propriedade, embora nunca fixem tal propriedade. Este é o caso dos territórios de caça das tribos selvagens de índios americanos: a tribo considera uma certa região o seu território de caça e o mantém pela força contra outras tribos, ou trata de expulsar as demais do território que reclama. Entre as tribos pastoris nômades, a comunidade está, de fato, sempre reunida, como um grupo de viajantes, uma caravana, ou horda e as formas de posição social superior e inferior se desenvolvem a partir das condições deste modo de vida. O que é objeto de *apropriação e reprodução* resume-se, aqui, somente ao rebanho, não incluindo o solo, sempre usado em temporária comunalidade, quando a tribo interrompe sua peregrinação.

Passemos, agora, a considerar os povos estabelecidos. A única barreira que a comunidade pode encontrar ao relacionar-se com as condições naturais de produção *como suas próprias* — quanto à terra — serão as *outras comunidades*, que já a tenham reclamado para si, como seu corpo inorgânico. A guerra será, portanto, uma das primeiras tarefas de toda comunidade primitiva desta espécie, tanto para a defe-

10 *bei sich selbst* pode significar, também, "em seu habitat original".

sa da propriedade quanto para a aquisição dela. (Será suficiente falar da propriedade original da terra, pois entre os povos pastoris a propriedade dos produtos naturais da terra, por exemplo, ovelhas, é, simultaneamente, a propriedade das pastagens que atravessam. Em geral, a propriedade da terra inclui a de seus produtos orgânicos.) Quando o próprio homem é capturado como um acessório orgânico da terra e junto com ela, sua captura dá-se na qualidade de uma das condições de produção, e esta é a origem da escravidão e da servidão, que logo degradaram e modificaram as formas originais de todas as comunidades, transformando-se na base destas. Como resultado disto a estrutura simples é, desta forma, negativamente determinada.

* Assim, originalmente, *propriedade* significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como *pré-requisitos de sua própria existência*; sua atitude em relação a elas como *pré-requisitos naturais* de si mesmo, que constituiriam, assim, prolongamentos de seu próprio corpo. De fato, ele não se mantém em qualquer relação com suas condições de produção, mas tem uma dupla existência, subjetivamente como ele próprio e, objetivamente, nestas condições inorgânicas naturais de seu ser. As formas destas *condições naturais de produção* têm um duplo caráter: (1) sua existência como membro de uma comunidade que é, em sua forma original, uma comunidade tribal, mais ou menos modificada; (2) sua relação com a *terra* como algo *próprio*, em virtude da comunidade, propriedade comunal da terra, simultaneamente *possessão individual* do indivíduo, ou de tal modo que o solo e seu cultivo permaneçam comuns e somente seus produtos sejam divididos. (Entretanto, a *habitação*, ainda que limitada aos carros, como no caso dos citas, parece estar sempre em poder dos indivíduos.)

A filiação a uma *sociedade naturalmente evoluída*, uma tribo, etc, é uma condição natural de produção de um ser humano. Esta filiação já é, por exemplo, uma condição de sua linguagem, etc Sua própria existência produtiva somente é possível sob tal condição. Sua própria existência subjetiva é condicionada por ela tanto quanto pelo relacionamento

11 *ais dem seinigen* pode, também, significar: como sua (da comunidade) própria.

com a terra, como seu laboratório. (Na verdade, a propriedade é, originalmente, *móvel*, porque em primeiro lugar o homem toma posse dos frutos disponíveis da terra, inclusive animais e, especialmente, os passíveis de domesticação. Entretanto, mesmo esta situação — pesca, caça, pastoreio, subsistência pela coleta dos frutos das árvores, etc. — sempre pressupõe a apropriação da terra, seja como um local de fixação ou um território para deslocamento, uma pastagem para os animais, etc.)

* A *propriedade*, portanto, significa *pertencer a uma tribo* (comunidade) (ter sua existência subjetiva/objetiva dentro dela) e, por meio do relacionamento desta comunidade com a terra, como seu corpo inorgânico, ocorre o relacionamento do indivíduo com a terra, com a condição externa primária de produção — porque a terra é, ao mesmo tempo, matéria prima, instrumento de trabalho e fruto — como as pré-condições correspondentes à sua individualidade, como seu modo de existência. *Reduzimos esta propriedade ao relacionamento com as condições de produção.* Por que não ao com as de consumo se, originalmente, o ato de produção do indivíduo resume-se à reprodução de seu próprio corpo através da apropriação dos objetos previamente preparados pela natureza para consumo? A razão é que, mesmo quando estes devem ser apenas *encontrados e descobertos*, o esforço, o trabalho — como a caça ou a pesca, o pastoreio — e a produção (i.é, o desenvolvimento) de certas capacidades pelo sujeito logo se fazem necessários. Ainda mais, condições em que o homem precisa, apenas, apanhar o que já está pronto, sem qualquer instrumento (isto é, sem produtos de trabalho já "destinados à produção), etc, são muito transitórias e não podem, jamais, ser encaradas como normais; nem mesmo no estágio mais primitivo. Mais ainda, as condições originais de produção, automaticamente, incluem substâncias diretamente consumíveis sem trabalho, como as frutas, animais, etc; conseqüentemente, o próprio fundo de consumo mostra-se como uma parte do *fundo original de produção*.

A condição fundamental da propriedade tribal (que se constitui, originalmente, a partir da comunidade ¹²) é a filia-

12 Esta frase obscura tem a seguinte expressão em alemão: *auf dem Stammwesen (worein sich das Gemeinwesen ursprünglich auflöst).*

ção à tribo. Conseqüentemente, uma tribo conquistada e subjugada por outra torna-se *sem-propriedade*, parte das condições inorgânicas da reprodução da tribo conquistadora, as quais esta última considera como sua propriedade. A escravidão e a servidão são, portanto, simples desenvolvimentos ulteriores da propriedade baseada na tribo; mas modificam necessariamente todas as formas desta. Isto não acontece de maneira tão ampla no modo asiático. Na unidade auto-suficiente de manufaturas e agricultura, que constitui sua base, a conquista não é uma condição tão essencial como quando a *propriedade da terra*, a *agricultura* predominam exclusivamente. Por outro lado, como o indivíduo, nesta forma, nunca se torna um proprietário, mas somente um possuidor, ele mesmo é, no fundo, a propriedade, o escravo daquilo que corporifica a unidade da comunidade. Neste caso, a escravidão não põe fim às condições de trabalho, nem modifica a relação essencial.

* Fica evidente, portanto, que:

* Na medida em que a propriedade for, meramente, uma atitude consciente em relação às condições de trabalho como *próprias* — uma atitude fixada pela comunidade para o indivíduo, proclamada e garantida por lei; e na medida em que a existência do produtor mostrar-se como uma existência dentro das condições objetivas *pertencentes a ele*, realizar-se-á, somente, através da produção. A apropriação real não ocorrerá através do relacionamento com estas condições, como expressadas em pensamento, mas por meio de ativo e real relacionamento com elas, no processo de situá-las como as condições da atividade subjetiva do homem.

* Mas isto significa, também, que *estas condições mudam*. O que faz com que uma região da terra seja um território de caça é, o fato das tribos caçarem nela; o que transforma o solo num prolongamento do corpo do indivíduo é a agricultura. Tendo sido construída a *cidade de Roma* e suas terras circunvizinhas, cultivadas por seus cidadãos, as condições da comunidade diferiram das que haviam vigorado anteriormente. O objetivo de todas estas comunidades é a preservação, i.é, a *produção de indivíduos que as constituam como proprietários*, i.é, no mesmo modo objetivo de existência que, também, forma o relacionamento recíproco dos membros e, portanto, forma a *própria comunidade*. Mas, esta reprodução

é, ao mesmo tempo, necessariamente nova produção e destruição da velha forma.

Por exemplo, quando cada indivíduo deve possuir uma determinada quantidade de terras, o simples aumento da população constitui um obstáculo. Para que este seja superado, deverá desenvolver-se a colonização e isto exigirá guerras de conquista. O que conduzirá à escravidão etc, à ampliação da *ager publicus* e, por isto, ao advento do Patriciado que passará a representar a comunidade, etc.¹³ Assim, a preservação da antiga comunidade implica a destruição das condições sobre as quais ela está baseada, tornando-se o seu contrário. Suponhamos, por exemplo, que a produtividade pudesse ser aumentada sem acréscimo territorial, por meio do desenvolvimento das forças de produção (que, no caso da agricultura, uma atividade das mais tradicionais, são as mais lentas). Isto implicaria novos métodos e combinações de trabalho, aumento da jornada de trabalho dedicada à agricultura, etc, e, novamente, as velhas condições econômicas da comunidade cessariam de atuar. O ato de reprodução, em si, muda não apenas as condições objetivas — e.g. transformando aldeias em cidades; regiões selvagens em terras agrícolas, etc. — mas os produtores mudam com ele, pela emergência de novas qualidades transformando-se e desenvolvendo-se na produção, adquirindo novas forças, novas concepções, novos modos de relacionamento mútuo, novas necessidades e novas maneiras de falar.

Quanto mais tradicional for o próprio modo de produção, isto é, quanto mais o *processo real* de apropriação permanecer o mesmo, tanto mais imutáveis serão as velhas formas de propriedade e portanto, também a comunidade como um todo. (Observe-se que o modo tradicional persiste por longo tempo na agricultura e, ainda mais, na combinação oriental de agricultura e manufatura.) Quando os membros da comunidade tiverem adquirido, como proprietários privados, existência separada de sua existência coletiva como comunidade urbana e donos do território urbano, já surgirão condições que permitirão ao indivíduo a *perda* de sua propriedade, isto é o duplo relacionamento que o torna tanto um cidadão

13 A frase altamente condensada de Marx tem ambigüidades: *Damit Sklaven etc. Vergrößerung des ager publicus z.B. auch, und damit die Patrizier, die das Gemeinwesen repräsentieren, etc.*

com status igual, um membro da comunidade, quanto um *proprietário*. Na forma oriental esta *perda* seria difícil a menos que ocorra como resultado de influências completamente externas, pois os membros individuais da comunidade nunca estabelecem com ela relações tão independentes que tornem possível a ruptura de suas ligações (econômicas, objetivas) com a mesma. O indivíduo está firmemente enraizado. Este é, também, um aspecto da união de manufatura e agricultura, da cidade (neste caso a aldeia) e campo. Entre os antigos, a manufatura já se apresenta como uma corrupção (negócio adequado para libertos, clientes, estrangeiros), etc. O trabalho produtivo é liberado de sua pura subordinação à agricultura, onde aparece como trabalho doméstico de pessoas livres, destinado só aos propósitos da agricultura, serviços religiosos, guerra e tarefas comunais, como a construção de casas, estradas ou templos. Este desenvolvimento, consequência necessária das relações com estrangeiros e escravos, da ânsia de trocar o produto excedente, etc, desagrega o modo de produção sobre o qual a comunidade se apoia e, com ele, o *homem objetivamente individual* — i.é, o indivíduo determinado como um grego, um romano, etc. A troca, o endividamento, etc. surtem o mesmo efeito.

* Temos, assim, uma unidade original entre uma forma específica de comunidade, ou unidade tribal, e a propriedade natural relacionada com ela, ou, o que dá no mesmo, a relação com as condições objetivas de produção, tal como existentes na natureza, como o ser objetivo do indivíduo mediado pela comunidade. Ora, esta unidade que, em certo sentido, mostra-se como a forma particular de propriedade, tem sua realidade viva num *modo de produção* específico e este modo mostra-se, igualmente, como o relacionamento de indivíduos uns com os outros e como seu comportamento cotidiano, específico, frente à natureza inorgânica, seu modo específico de trabalho (que é sempre trabalho familiar e muitas vezes comunal). A própria comunidade apresenta-se como a primeira grande força produtiva; tipos especiais de condições de produção (e.g. criação, agricultura) conduzem à evolução de um modo especial de produção, bem como forças produtivas especiais tanto objetivas como subjetivas, as últimas emergindo como qualidades do indivíduo.

* Neste caso, a comunidade e a propriedade que nela se baseia podem ser reduzidas a um estágio específico do desen-

volvimento das forças produtivas dos indivíduos trabalhadores — a que correspondem relações específicas destes indivíduos entre si e com a natureza. Até certo ponto, reprodução. Depois disto, transforma-se em dissolução.

Propriedade — e isto se aplica às suas formas asiática, eslava, antiga clássica e germânica — originalmente significa uma relação do sujeito atuante (produtor) (ou um sujeito que reproduz a si mesmo) com as condições de sua produção ou reprodução como suas, próprias. Portanto, conforme as condições de produção, a propriedade terá formas diferentes. O objeto da produção, em si, é reproduzir o produtor em e simultaneamente com aquelas condições objetivas de sua existência. Seu comportamento como proprietário — que não é o resultado mas a condição prévia do trabalho, ou seja, da produção — toma a existência específica do indivíduo como parte de uma entidade tribal ou comunal (da qual ele próprio é, até certo ponto, propriedade). A escravidão, servidão, etc, onde o próprio trabalhador aparece entre as condições naturais de produção de um terceiro, indivíduo ou comunidade — e em que a propriedade, portanto, não mais constitui o relacionamento de indivíduos, que trabalham independentemente, com as condições objetivas do trabalho — é sempre uma relação secundária, nunca primária, embora seja o necessário e lógico resultado da propriedade baseada na comunidade e no trabalho na comunidade. (Este caráter da escravidão *não* é aplicável ao caso da escravidão no oriente, em geral. É considerada assim *apenas* do ponto de vista europeu).

Naturalmente, é fácil imaginar uma pessoa poderosa, fisicamente superior, que primeiro captura animais e depois captura homens para fazê-los apanhar mais animais para si. Em suma, alguém que use os homens como uma condição natural preexistente de sua reprodução, como qualquer outro ser da natureza; seu próprio trabalho esgota-se no ato de dominação. Mas este modo de ver é estúpido, embora possa ser correto do ponto de vista de uma dada entidade tribal ou comunal, pois toma o homem *isolado* como ponto de partida. O homem só é individualizado, porém, mediante o processo histórico. Originalmente, ele se mostra como *um ser genérico, um ser tribal, um animal de rebanho* — embora, de modo algum, como um "animal político" no sentido político do termo. A troca, em si, é um agente principal desta individualização. Torna supérfluo o caráter gregário e o dissolve. A

situação é de tal ordem que um homem, como pessoa isolada, mantendo relações apenas consigo mesmo, não terá outro meio de estabelecer-se como um indivíduo isolado senão através daquilo que lhe dá seu caráter geral, comunal.¹⁴ Numa tal comunidade a existência objetiva do indivíduo como proprietário, digamos um proprietário de terras, é pressuposta, embora seja proprietário sob certas condições que o prendem à comunidade, ou antes constituem um elo desta cadeia. Na sociedade burguesa, por exemplo, o trabalhador existe apenas subjetivamente, sem objeto; porém aquilo que o *enfrenta* tornou-se, agora, uma *verdadeira entidade comum* que ele trata de devorar e pela qual é devorado.

* Todas as formas em que a comunidade pressupõe os sujeitos numa unidade objetiva específica com as condições de sua produção, ou nas quais uma existência subjetiva determinada pressupõe a própria entidade comunitária como condição de produção, necessariamente correspondem, apenas, a um desenvolvimento das forças produtivas tanto limitado de fato como em princípio. (Estas formas evoluíram mais ou menos naturalmente, porém, ao mesmo tempo, são resultado de um processo histórico). A evolução das forças produtoras as dissolve e sua dissolução é, ela própria, uma evolução das forças produtivas humanas. O trabalho é, inicialmente, realizado em certa base — inicialmente primitiva — depois, histórica.¹⁵ Mais tarde, entretanto, esta mesma base é superada, ou tende a desaparecer, uma vez tornada demasiadamente estreita para o desenvolvimento da horda humana em progresso.

* Na medida em que a propriedade da terra da antigüidade clássica ressurgem na moderna subdivisão da propriedade, integra-se na economia política e trataremos dela na seção sobre a propriedade da terra.

* (Tudo isto deverá ser analisado, novamente, com maior profundidade e detalhes mais adiante.)

* Aqui, preocupa-nos, primeiramente, o seguinte: a relação do trabalho com o capital, ou com as condições objetivas do trabalho como capital, pressupõe um processo histórico que dissolve as diversas formas nas quais o trabalhador é um pro-

14 Seln Sich-Allgemein-und-Gemeinmachen.

15 *Es wird erst gearbeitet von gewisser Grundlage aus — erst naturwüchsigdann historische Voraussetzung.* A sentença é elíptica e presta-se a várias interpretações.

prietário e o proprietário trabalha. Isto significa, antes de mais nada:

1) uma *dissolução* da relação com a terra — ou solo — como uma condição natural de produção que o homem trata como sua própria existência inorgânica, como o laboratório de suas forças e o domínio de sua vontade. Todas as formas em que esta propriedade é encontrada presumem uma *entidade comunal* cujos membros, quaisquer que sejam as distinções formais entre eles, são *proprietários* em função de serem seus membros. Portanto, a forma original desta propriedade é a *propriedade comunal direta* (*forma oriental*, modificada entre os eslavos; desenvolvida até o ponto de contradição na antigüidade clássica e na forma germânica de propriedade, não obstante continuar sendo seu fundamento oculto, apesar de contraditório.)

2) *Dissolução das relações* em que o homem mostra-se como o *proprietário do instrumento*. Como a forma acima de propriedade da terra pressupõe uma *comunidade real*, assim também a propriedade do instrumento de trabalho pelo trabalhador presume uma forma particular de desenvolvimento da manufatura — expressamente, a forma de *trabalho artesanal*. A guilda e as instituições corporativas estão ligadas a este. (As atividades manufatureiras no antigo oriente podem ser incluídas no título (1) acima.) Aqui, o próprio trabalho é, em parte, a expressão da criação artística e, em parte, sua própria recompensa, etc.¹⁶ A instituição do "*mestre artesão*". O capitalista é, ele próprio, ainda um mestre artesão. Especial habilidade artesanal garante a propriedade do instrumento, etc, etc. Em certo sentido, o modo de trabalho torna-se hereditário, juntamente com a organização do trabalho e seu instrumento. Vida urbana medieval. O trabalho ainda pertence ao homem; um certo desenvolvimento auto-suficiente de capacidades especializadas (*einseitige*), etc.

3) Implícito em ambos está o fato do homem possuir meios de consumo anteriores à produção, necessários a sua manutenção como produtor — i.é, durante a produção, *antes* de acabá-la. Como um proprietário de terras, aparece diretamente provido do necessário fundo de consumo. Como um mestre artesão ele herdou, ganhou ou poupou este fundo e como um jovem ele ainda é um *aprendiz*, não um trabalha-

16 Hier die Arbeit selbst noch halb künstlerisch, halb Selbstzweck.

dor independente propriamente dito, mas compartilha dos meios de subsistência do mestre à moda patriarcal. Na qualidade de um (genuíno) jornaleiro, há uma certa utilização comum do fundo de consumo que está na posse do mestre. Embora este não seja *propriedade* dos jornaleiros, a lei e os costumes (etc.) da corporação, pelo menos, tornam-no um co-possuidor. (Este ponto deve ser desenvolvido)

4) Por outro lado, há a *dissolução* das relações em que os *trabalhadores mesmos*, as *unidades vivas da força de trabalho*, ainda são *parte direta das condições objetivas de produção* e objetos de apropriação, nesta qualidade — sendo, portanto, escravos ou servos. Para o capital o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Se este puder ser executado pela maquinaria ou, mesmo, pela água ou pelo ar, tanto melhor. E o capital se apropria não do trabalhador mas de seu trabalho — e não diretamente, mas por meio de troca.

* Estes, então, por um lado, são pré-requisitos históricos sem os quais o trabalhador não pode aparecer como trabalhador livre, como capacidade de trabalho puramente subjetiva, sem objetividade, enfrentando as condições objetivas da produção como sua *não-propriedade*, como *propriedade alheia*, como *valor* existente por si mesmo, como capital. Por outro lado, devemos indagar que condições são necessárias para que ele se defronte com o *capital*.

II

* A fórmula "capital", em que o trabalho vivo se apresenta numa relação de não-propriedade relativamente à matéria prima, aos instrumentos e meios de subsistência necessários durante o período de produção, implica, em primeira instância, a *não-propriedade da terra*; i.é, a ausência de um estado em que o indivíduo trabalhador considere a terra, o solo, como seu próprio e o trabalhe como seu proprietário. No caso mais favorável ele mantém-se tanto na relação do trabalhador com a terra quanto na relação do dono da terra consigo mesmo, enquanto sujeito trabalhador. Potencialmente, a propriedade da terra inclui a propriedade das matérias primas e a do instrumento original de trabalho, o solo, e, também, a de seus

frutos espontâneos. Na forma mais original, isto significa que o indivíduo considera o solo como lhe pertencendo e nele encontra sua matéria prima, instrumentos e meios de subsistência não criados pelo próprio trabalho mas pela própria terra. Uma vez que esta relação seja reproduzida, instrumentos secundários e os frutos da terra produzidos pelo trabalho surgem, imediatamente, incluídos na forma primitiva de propriedade da terra. Esta situação histórica é a que, em primeiro lugar, é negada pela relação de propriedade mais completa implícita na relação do trabalhador com as condições de trabalho como capital. Esta é a situação histórica N° 1, negada no novo relacionamento, ou pressuposta como tendo sido dissolvida pela história.

Um segundo passo histórico está implícito na *propriedade do instrumento*, i.é, na relação do trabalhador com o instrumento como algo próprio, em que ele trabalha como proprietário do instrumento (o que pressupõe que o instrumento esteja incluso em seu trabalho individual, i.é, presume uma especial e limitada fase de desenvolvimento da força produtiva do trabalho). Estamos considerando uma situação em que o trabalhador não apenas possua o instrumento, mas na qual esta forma do *trabalhador como proprietário* ou do *proprietário trabalhador* já seja distinta, separada da *propriedade da terra* e não, como no primeiro caso, um acidente da propriedade da terra e nela incluída: em outras palavras, o desenvolvimento artesanal e urbano do trabalho. Por isto, também, encontramos aqui as matérias primas e meios de subsistência *mediados* como propriedade do artesão, mediados através de seu ofício, de sua propriedade do instrumento. Este segundo passo histórico existe, agora, distinto e separado do primeiro que, por sua vez, mostrar-se-á consideravelmente modificado pelo mero fato *deste segundo tipo de propriedade* ou do *proprietário que trabalha* ter estabelecido sua existência independente.

Como o instrumento, em si, já é o produto do trabalho, i.é, o elemento que constitui propriedade já está estabelecido pelo trabalho, a comunidade não pode mais aparecer, aqui, como aparecia no primeiro caso, em sua forma primitiva. A comunidade na qual esta forma de propriedade está baseada já se mostra como algo produzido, secundário, algo que foi gerado, uma comunidade produzida pelo próprio trabalhador. É claro que, quando a propriedade do instrumento

é o relacionamento com as condições do trabalho como propriedade, no trabalho real o instrumento surge, meramente, como *um meio* de trabalho individual e a arte de, efetivamente, apropriar-se do instrumento para empregá-lo como um meio de trabalho aparece como uma habilidade especial do trabalhador, que faz dele o dono de seus instrumentos. Resumidamente, o caráter essencial dos sistemas de guildas, ou corporativos (trabalho artesanal como sujeito e elemento constituinte da propriedade) ¹⁷ é analisável em termos de uma relação com o instrumento de produção: a ferramenta como propriedade. Isto difere da relação com a terra, com a terra como propriedade sua, que é, antes, a da matéria prima como propriedade. Neste estado histórico N° 2 a propriedade é, pois, constituída pela relação do sujeito que trabalha com este elemento único das condições de produção, que faz dele um proprietário que trabalha; e este estado somente pode existir como uma contradição do estado N.º 1 ou, se quisermos, como suplementar a um estado N.º 1 modificado. A primeira fórmula de capital nega este estado histórico, também.

A terceira *forma possível* é nem agir como proprietário da terra nem do instrumento (i.é, nem do próprio trabalho), mas, somente, dos meios de subsistência, que são encontrados, então, como a condição natural do sujeito que trabalha. Esta é, no fundo a fórmula da escravidão ou servidão, que também é negada ou pressuposta como tendo sido historicamente dissolvida na relação do trabalhador com as condições de produção como capital.

As formas originárias de propriedade, necessariamente, reduzem-se à relação de propriedade com os diferentes elementos objetivos que condicionam a produção; elas são a base econômica de diferentes formas de comunidade e, por sua vez, pressupõem formas específicas de comunidade. Tais formas são significativamente modificadas logo que o próprio trabalho é situado entre as *condições objetivas de produção* (como na escravidão e servidão), disso resultando a perda e modificação do caráter afirmativo simples de todas as formas de propriedade compreendidas no N° 1. Todas estas incluem a escravidão como possibilidade e, portanto, sua própria abolição. No que concerne à N° 2, um tipo especial de trabalho

17 O texto original reza: *der handwerksmüssigen Arbeit ais ihr Subjeët, ais Eigentuemmer konstituierend*. Isto não escapa a ambigüidades.

— a maestria artesanal e, conseqüentemente, a propriedade dos instrumentos de trabalho — equívale à propriedade das condições de produção, o que exclui, reconhecidamente, a escravidão e a servidão. Entretanto pode conduzir a um desenvolvimento negativo análogo, sob a forma de um sistema de castas.

A terceira forma, a da propriedade dos meios de subsistência, não pode conter qualquer relacionamento do indivíduo *que trabalha* com as condições de produção e, portanto, de existência, a não ser que seja dissolvida na passagem para a escravidão e servidão. Pode, ser apenas, ser a relação dos membros da comunidade primitiva baseada sobre a propriedade da terra, que perderam sua propriedade sem terem, ainda, progredido até a propriedade N° 2; foi o caso da plebe romana ao tempo do "pão e circo". " A relação dos dependentes com seus senhores, ou as de serviço pessoal, são essencialmente diferentes. Pois estes (serviços pessoais) constituem, no fundo, simplesmente o modo de existência do senhor das terras, que não mais trabalha pessoalmente, mas cuja propriedade inclui os próprios trabalhadores na qualidade de servos, etc., entre as condições de produção. O que temos aí como uma relação essencial de apropriação é a *relação de dominação*. A apropriação não pode criar tal relação com animais, solo, etc, mesmo que o animal sirva seu amo. A apropriação da própria *vontade* de outrem é pressuposta no relacionamento de domínio. Seres sem vontade, como animais, podem prestar serviços, de fato, mas seus proprietários não são, entretanto, *senhores e amos*. Entretanto, o que vemos aí é como as *relações de domínio e servidão* incluem-se nesta fórmula de apropriação dos instrumentos de produção; e constituem um fermento necessário do desenvolvimento e decadência de todas as primitivas relações de propriedade e produção. Ao mesmo tempo, elas expressam suas limitações. Na verdade, elas são, também, reproduzidas no capital, embora de uma forma indireta (intermediada) e, por isto, também constituem um fermento de sua dissolução e são os símbolos de suas limitações.

* "O direito de vender-se e a seus dependentes, em momentos de miséria, era infelizmente geral; prevalecia tanto no norte, entre os gregos, como na Ásia. O direito do credor re-

18 NOTA DO TRADUTOR PARA LÍNGUA INGLESA: i.é, a massa sem-propriedade que vivia de contribuições públicas.

duzir o devedor faltoso à servidão e saldar seu débito, seja pelo seu trabalho seja pela venda de sua pessoa, era quase igualmente generalizado" (Niebuhr, I,600).

Em outro trecho, Niebuhr explica as dificuldades e incompreensões dos escritores gregos do período de Augusto sobre as relações entre Patrícios e Plebeus, e sua confusão deste relacionamento com o dos Patronos e Clientes, como sendo devidas ao fato deles "estarem escrevendo num tempo em que pobres e ricos constituíam as únicas classes reais de cidadãos; em que o homem necessitado, por mais nobre que fosse sua origem, precisava de um Patrono e os milionários ainda que apenas libertos, eram solicitados como Patronos. Dificilmente encontravam um vestígio de relações hereditárias de dependência" (I.620). "Os artesãos podiam ser encontrados nas duas classes (residentes estrangeiros * e libertos com seus descendentes), e os plebeus que abandonavam a agricultura passavam ao nível de cidadania limitada, desfrutado por estes. Nem lhes faltava a honra de guildas legalmente reconhecidas e estas corporações eram tão altamente consideradas que Numa era tido como seu fundador. Havia nove corporações: a dos tocadores de pífanos, a dos ourives, a dos carpinteiros, a dos tintureiros, a dos seleiros, a dos curtidores, a dos trabalhadores em cobre, a dos oleiros, a nona corporação abrangendo os restantes artesãos. Aqueles que fossem cidadãos independentes, ou desfrutassem de um nível equivalente ao da cidadania, independentemente de qualquer patrono (supondo-se que isto fosse admitido); ou os descendentes de homens dependentes cujos laços houvessem desaparecido com a extinção da linhagem de seus patronos: estes, indiscutivelmente, conservavam-se tão alheios às querelas dos antigos cidadãos e da comunidade (*der Gemeinde*) quanto as guildas florentinas mantiveram distância das lutas de Guelfos e Ghibelinos. É provável que a população servil estivesse, como um todo, à disposição dos patrícios (I,623).

* Por outro lado, são pressupostos processos históricos que transformem a massa de indivíduos de uma nação, se não em trabalhadores genuinamente livres, imediatamente, em trabalhadores potencialmente livres, cuja única propriedade seja sua força de trabalho e a possibilidade de trocá-la pelos

(•) N.R.: no original de Marx, "metecos".

valores existentes. Tais indivíduos confrontam todas as condições objetivas de produção como *propriedade alheia*, como sua *não-propriedade* mas, ao mesmo tempo, como algo intercambiável como *valor* e, portanto, até certo ponto, apropriada pelo trabalho vivo. Tais processos históricos de dissolução são os seguintes: a dissolução do relacionamento servil que liga o trabalhador ao solo e ao senhor do solo mas, de fato, presume sua propriedade dos meios de subsistência (que corresponde, na verdade, a sua separação do solo); a dissolução das relações de propriedade que fazem dele um "yeoman", pequeno proprietário de terras ou arrendatário (colonus) livre e que trabalha, ou um camponês livre;¹⁹ a dissolução das relações corporativas que pressupõem a propriedade do trabalhador quanto aos instrumentos de produção e ao trabalho em si, como uma certa forma de capacidade artesanal²⁰ não apenas como fonte de propriedade, mas como a própria propriedade; também, a dissolução das relações de clientela em seus diversos tipos, em que *não-proprietários* figuram como co-consumidores do excedente de produto no séquito de seus senhores e, em troca, usam sua libré, participam de seus conflitos, realizam atos reais ou imaginários de serviço pessoal, etc. Análise mais acurada mostrará que são dissolvidas, em todos estes processos de dissolução, as relações de produção em que predomina o valor de uso, a produção para uso imediato. O valor de troca e sua produção pressupõem a predominância da outra forma. Assim, em todas as circunstâncias acima, contribuições em espécie e prestação de serviços (*Naturaldienste*) predominam sobre pagamentos em dinheiro e serviços remunerados em dinheiro. Mas isto é apenas incidental.²¹ Novamente, um exame mais cuidadoso revelará que todas as relações dissolvidas só se tornaram possíveis, por um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais (e, portanto, também mentais).

* O que nos interessa, neste ponto, é o que segue. O processo de dissolução que transforma a massa de indivíduos de uma nação, etc, em potenciais trabalhadores-assalariados

19 NOTA DE MARX: A dissolução das formas ainda mais antigas de propriedade comunal e de comunidade real é tomada como algo óbvio.

20 *handwerksmässig bestimmte Geschicklichkeit.*

21 A frase de Marx pode também ser entendida assim: "Mas esta observação é feita de passagem."

livres — indivíduos forçados, simplesmente por sua carência de propriedade, a trabalhar e a vender seu trabalho — não pressupõe a *desaparição* das fontes anteriores de renda ou (em parte) das condições anteriores de propriedade destes indivíduos. Ao contrário, presume que, *somente*, seu uso tenha sido alterado, que seu modo de existência tenha sido transformado, que tenham passado para outras mãos como um *fundo livre*, ou, talvez, que tenham permanecido, em parte, nas *mesmas mãos*. Porém, isto é evidente. O processo que, de um modo ou outro, separou a massa de indivíduos de suas anteriores relações afirmativas com as *condições objetivas de trabalho*, que negou tais relações e, portanto, transformou tais indivíduos em *trabalhadores livres* é, também, o mesmo processo que liberou estas *condições objetivas de trabalho*, potencialmente, de *suas ligações prévias* com os indivíduos agora delas separados. (Estas condições de trabalho incluem terra, matérias primas, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro, ou todos estes juntos.) Estão ainda *presentes*, mas de um modo diferente: como um *fundo livre*, no qual todas as velhas relações políticas, etc, foram anuladas; e, agora, confrontam aqueles indivíduos sem-propriedade, isolados, simplesmente sob a forma de *valores*, de valores que se mantêm a si próprios e uns aos outros.²² O mesmo processo que contrapõe a massa de trabalhadores livres às *condições objetivas de trabalho* também contrapôs os mesmos a tais condições como *capital*. O processo histórico consistiu na separação dos elementos até então combinados; seu resultado não é, portanto, a *desaparição* de um destes elementos, mas uma situação em que cada um deles surja negativamente relacionado com o outro: o trabalhador, (potencialmente) livre por um lado, o capital (potencial) do outro. A separação das condições objetivas das classes que agora são transformadas em trabalhadores livres deve, igualmente, surgir no pólo oposto como a autonomização destas mesmas condições.

* Consideremos o relacionamento do capital e o trabalho assalariado não como algo que já alcançou importância decisiva e vai invadindo a produção inteira,²³ mas como algo que

22 *an sich festhaltenden Werten.*

23 OBSERVAÇÃO DE MARX: Pois, neste caso, o capital, pressuposto, como condição do trabalho assalariado, é o produto do próprio trabalho assalariado, e estabelecido como uma condição pelo próprio trabalho, criado pelo trabalho como seu próprio pressuposto.

ainda está no processo histórico formador. Consideremos a transformação original de dinheiro em capital, o processo de troca entre capital (existente apenas potencialmente) por um lado, e os trabalhadores livres (potencialmente existentes) por outro. Vemo-nos, naturalmente, fazendo a simples observação a que os economistas dão muita importância — expressamente, que o lado que figura como capital tem de possuir matérias primas, ferramentas e alimento bastante para permitir que o trabalhador subsista antes da produção ficar pronta. Mais ainda, pareceria que a acumulação — uma acumulação anterior ao trabalho e não dele oriunda — tivesse de ocorrer do lado do capitalista, o que lhe permitiria fazer o trabalhador trabalhar e mantê-lo em atividade, como uma força viva de trabalho.²⁴ Este ato do capital, que é independente e não estabelecido pelo trabalho, é transferido, então, desta história de sua origem para o presente e transformado em um fator de sua realidade e fetividade, de sua auto-criação (*Selbstformation*). Finalmente, o eterno direito do capital aos frutos do trabalho de outros homens origina-se neste estado de coisas, ou melhor, o que acontece é que o modo de aquisição do capital é deduzido das leis simples e "justas" da troca de equivalentes.

* A riqueza existente sob a forma de dinheiro só poderá ser trocada pelas condições objetivas de trabalho, porque e se estas tiverem sido separadas do próprio trabalho. Já vi-

24 OBSERVAÇÃO DE MARX: Uma vez estabelecidos o capital e o trabalho assalariado como seus próprios pré-requisitos, i.é, como uma base pressuposta da produção, o seguinte estado de coisas parece implantar-se: em primeiro lugar, parece que o capitalista tem de possuir não apenas um fundo de matérias primas e meios de subsistência suficiente para que o trabalhador reproduza a si mesmo, produza os necessários meios de subsistência, realize o *trabalho necessário*; mas, ainda, um fundo de matérias primas e instrumentos de produção por meio do qual o trabalhador realize seu trabalho excedente, i.é, o lucro do capitalista. Análise ulterior revelará que o trabalhador está, constantemente, criando um duplo fundo para o capitalista, ou em forma de capital. Uma parte deste fundo constantemente preenche as condições de sua própria existência, a outra parte as condições da existência do capital. Como vimos, o capital excedente — e capital excedente em sua relação com sua relação pré-histórica com o trabalho — inclui a *apropriação* de todo *capital presente, real*, e de cada elemento deste capital, que é apropriado uniformemente como *trabalho alheio* transformado em um objeto e apropriado pelo capital, sem troca, sem transferência de um equivalente por ele.

mos que o dinheiro pode, em parte, ser acumulado pela simples troca de equivalentes; entretanto, esta é uma fonte tão insignificante que não merece menção, historicamente — uma vez que se presume, isto é, que se considere que este dinheiro tenha sido ganho pela troca do trabalho próprio. É, preferencialmente, o dinheiro acumulado pela usura — especialmente a usura relacionada à propriedade da terra — e a riqueza móvel (monetária) acumulada através de lucros mercantis que se transformam em capital no estrito senso, em capital industrial. Teremos ocasião, posteriormente, de tratar de ambas estas formas — isto é, na medida em que elas próprias se mostrarem, não como formas de capital, mas como formas anteriores de riqueza, como pressupostos do capital.

* Como vimos, o conceito de capital — a origem — implica *dinheiro* como ponto de partida e, portanto, implica a existência de riqueza em forma de dinheiro. Está igualmente implícita sua procedência da circulação; o capital surge como o *produto* da circulação. A formação do capital, portanto, não se origina da propriedade da terra (embora possa derivar dos arrendatários agrícolas na medida em que sejam, também, comerciantes de produtos agropecuários), nem das corporações (embora estas constituam, também, uma possibilidade) mas da riqueza mercantil e usurária. Porém, os comerciantes e usurários somente encontram condições que permitem a compra de trabalho livre quando este foi separado das condições objetivas de sua existência, em conseqüência de um processo histórico. Aí, torna-se possível, também, comprar as próprias *condições*. Nas condições da organização corporativa, por exemplo, apenas o dinheiro (a menos que seja dinheiro dos mestres das guildas) não pode comprar teares para que neles trabalhem homens; há regulamentos determinando quantas máquinas de tecer um homem pode usar, etc. Em resumo, o instrumento de trabalho ainda está tão intimamente fundido ao trabalho vivo, tão incluído no domínio deste último que, na realidade, não circula. O que possibilita a transformação da riqueza monetária em capital é, por um lado, o fato de encontrar trabalhadores livres, e por outro lado o fato de encontrar os meios de subsistência, as matérias primas, etc, que seriam, em outras circunstâncias, de uma forma ou doutra, *propriedade* das massas agora sem objetivo e que estão também *livres* e disponíveis para venda.

Entretanto, a outra condição do trabalho — uma certa capacidade artesanal, a existência do instrumento como um meio de trabalho, etc. — o capital já encontra *pronta para usar* neste período preparatório, ou inicial, do capital. Isto é, em parte, o resultado do sistema urbano corporativo, em parte da indústria doméstica, indústria que já existe como acessória da agricultura. O processo histórico não é o resultado do capital mas seu pré-requisito. Por meio deste processo, o capitalista insere-se como um intermediário (histórico) entre a propriedade da terra, ou qualquer tipo de propriedade, e o trabalho. A história ignora as ilusões sentimentais sobre uma associação formada pelo capitalista e o trabalhador, etc; nem existe um vestígio de tais ilusões no desenvolvimento do conceito de capital. Esporadicamente, a *manufatura* pode desenvolver-se localmente em uma estrutura pertencente a período bem diverso, como nas cidades italianas, *lado a lado* com as corporações. Mas se o capital destinar-se a ser a forma dominante de uma época, suas condições terão de desenvolver-se não apenas localmente, mas em grande escala. (Isto é compatível com a possibilidade de, durante a dissolução das guildas, alguns mestres artesãos transformarem-se em capitalistas industriais; entretanto, dada a natureza do fenômeno, isto ocorre raramente. Como um todo, o sistema completo de corporações perecerá — tanto mestres como oficiais — quando emergirem o capitalista e o operário.)

* Entretanto, é evidente, e exposto por análise mais profunda da época histórica ora discutida, que a *época de dissolução* dos modos de produção anteriores e das relações do trabalhador com as condições objetivas ao trabalho é, *simultaneamente, uma época* na qual a *riqueza monetária* já se desenvolveu até certo ponto e, também, em que cresce e se expande, rapidamente, em virtude das circunstâncias que aceleram esta dissolução. Ela própria é, em si, um agente desta dissolução, como a dissolução é a condição de sua transformação em capital. Mas a *mera existência da riqueza monetária*, mesmo sua conquista de uma espécie de supremacia, não é bastante para esta *dissolução resultar em capital*. Se fosse, a Roma antiga, Bizâncio, etc, teriam concluído sua história com trabalho livre e capital ou melhor, teriam começado uma nova história. Ali a dissolução das velhas relações de propriedade estava ligada, também, ao desenvolvimento da riqueza monetária — do comércio, etc. Entretanto, concreta-

mente, o resultado desta dissolução não foi a indústria mas o domínio do campo sobre a cidade.

A *formação original do capital* não ocorre, como tantas vezes foi suposto, pela *acumulação* de alimento, instrumentos, matérias primas ou, em resumo, de condições *objetivas* de trabalho separadas do solo e já fundidas ao trabalho humano.²⁵ Não em virtude do capital criar as condições objetivas de trabalho. Sua *formação original* ocorre, simplesmente, porque o processo de dissolução de um velho modo de produção permite que o valor, existente como *riqueza monetária, adquirida*, de um lado, as condições objetivas do trabalho para, do outro lado, trocar o trabalho *vivo* dos trabalhadores, agora livres, por dinheiro. Todos estes elementos já existem. O que os separa é um processo histórico, um processo de dissolução e é *este* que possibilita ao dinheiro o transformar-se em *capital*. O dinheiro, em si, embora participe do processo histórico, fá-lo, apenas, na medida em que é, ele próprio, um agente extremamente poderoso de dissolução que intervém no mesmo e, por isto, contribui para a criação de *trabalhadores livres, despojados, sem objetivo*; mas, certamente, não porque *crie* para eles as condições objetivas de sua existência mas, antes, por acelerar sua separação das mesmas, isto é, apressar sua perda da propriedade.

Por exemplo, quando os grandes proprietários territoriais ingleses expulsaram seus dependentes (*) que consumiam uma parte da produção excedente de suas terras e, além disto, seus arrendatários livraram-se dos pequenos camponeses sem terra, etc. — grande massa de força de trabalho viva duplamente livre foi lançada no *mercado de trabalho*: livre

25 OBSERVAÇÃO DE MARX: Nada é mais óbvia e superficialmente circular do que o raciocínio que alega (a) que os *trabalhadores* que devem ser empregados pelo capital, se este tem de existir; devem ser, primeiro, *criados* e tornados possíveis pela *sua* acumulação (aguardando, por assim dizer, seu "Faça-se o trabalho"); porquanto (b) o capital não poderia *acumular-se* sem o trabalho alheio, salvo, talvez, o acúmulo do *próprio* trabalho. Isto é, o capital poderia existir primeiro sob a forma de *não-capital* e *não-dinheiro*, pois antes da existência do capital o trabalho apenas pode realizar seu valor na forma de trabalho artesanal, de pequena agricultura, etc; em resumo, de formas, todas elas, que permitem pequena ou *nenhuma* *acumulação*, conducentes apenas a pequeno excedente de produção e ao consumo da maior parte desta. Retornaremos ao conceito de *acumulação*, mais tarde.

(•) "retainers".

das velhas relações de dependência, servidão ou prestação de serviço e livre, também, de todos os bens e propriedades pessoais, de toda forma real e objetiva de existência, *livre de toda propriedade*. Uma tal massa ficou reduzida ou a vender sua força de trabalho ou a mendigar, a vagabundear ou a assaltar. A história registra o fato de que ela primeiro tentou a mendicância, a vagabundagem e o crime, mas foi forçada a abandonar este rumo e a tomar o estreito sendeiro que conduz ao mercado de trabalho por meio da força, do pelourinho e do chicote. (Por isto, os *governos* de Henrique VII, VIII, etc, constituem condições do processo histórico de dissolução e são os criadores das condições de existência do capital.) Inversamente, os meios de subsistência anteriormente consumidos pelos senhores de terras e seus dependentes, agora tornaram-se disponíveis para ser comprados com dinheiro, e o dinheiro desejava comprá-los para, através de sua instrumentalidade, comprar trabalho. O dinheiro nem havia *criado* nem *acumulado* estes meios de subsistência. Eles já existiam, eram consumidos e se reproduziam, antes de passar a ser consumidos e reproduzidos por intermédio da intervenção do dinheiro. A única alteração consistia em que tais meios de produção, agora, eram lançados no *mercado de trocas*. Eram, agora, separados de sua conexão imediata com as bocas dos dependentes, etc, e transformados de valores de uso em valores de troca, assim submetendo-se à supremacia e domínio da riqueza monetária. O mesmo vale para os instrumentos de trabalho. A riqueza monetária nem descobriu nem fabricou a roda de fiar e o tear. Mas, quando foram separados da terra os fiandeiros e tecelões, com suas rodas e teares, ficaram sob o império da riqueza monetária, etc. *O capital reúne as massas de mãos e os instrumentos preexistentes. É isto, e somente isto, que o caracteriza. Ele os reúne sob seu domínio.* Esta é sua *acumulação real*; a acumulação de trabalhadores, com seus instrumentos, em determinados pontos. Trataremos disto, mais profundamente, quando nos detivermos na chamada acumulação do capital.

É de admitir-se que a riqueza monetária, como patrimônio mercantil, ajudara a acelerar e a dissolver as antigas relações de produção, possibilitando, por exemplo, ao proprietário de terras trocar seus cereais, gado, etc, por valores de uso importados, em lugar de desperdiçar sua própria produção com dependentes, cujo número, de fato se tomava em grande

parte como medida de sua riqueza. Como bem o demonstrou A. Smith.) A riqueza monetária dera maior significação ao valor de troca de sua receita. Isto também é válido para seus arrendatários, que já eram semi-capitalistas embora de modo muito disfarçado. A evolução do valor e troca foi favorecida pela existência de *dinheiro* sob a forma de uma ordem social de mercadores. E dissolveu uma produção cujo objetivo era, primariamente, o valor de uso imediato, e as formas de propriedade correspondentes a tal produção — as relações do trabalho com suas condições objetivas — assim dando impulso à criação de um *mercado de trabalho* (que não deve ser confundido com um mercado de escravos). Entretanto, mesmo este efeito do dinheiro seria possível, apenas, se pressuposta a existência de uma *atividade artesanal urbana*, baseada não no capital e trabalho assalariado mas na organização do trabalho em corporações, etc. O trabalho urbano, em si, tinha criado os meios de produção para os quais as corporações (guildas) tornaram-se grandes obstáculos, tanto quanto as antigas relações da propriedade da terra para uma agricultura evoluída que, por sua vez, era, em parte, conseqüência da maior venda de produtos agrícolas para as cidades, etc.

Outras circunstâncias ajudaram a dissolução das antigas relações de produção, acelerando a separação do trabalhador ou do não-trabalhador capaz de trabalhar, das condições objetivas de sua reprodução e, assim, estimularam a transformação do dinheiro em capital. Tais foram, por exemplo, os fatores que incrementaram, no século XVI, a massa de mercadorias em circulação, a massa circulante de dinheiro, criando novas necessidades e, conseqüentemente, aumentando o valor de troca dos produtos locais, elevando os preços, etc. Nada poderá, portanto, ser mais estúpido do que conceber a *formação original* do capital como se significasse a acumulação e criação das *condições objetivas da produção* — alimentos, matérias primas, instrumentos — que foram, então, oferecidas aos trabalhadores delas *despojados*. O que ocorreu, em verdade, foi que a riqueza monetária ajudou, em parte, a privar destas condições a força de trabalho dos indivíduos capazes de trabalhar. O resto deste processo de separação ocorreu sem a intervenção da riqueza monetária. Quando a formação original do capital chegara a certo nível, a riqueza monetária pôde insinuar-se como intermediária entre as condições objetivas de vida, agora "liberadas" e as

igualmente libertadas mas, agora, também *desimpedidas* e *errantes* forças vivas de trabalho, comprando umas com outras. Quanto à *formação da riqueza monetária*, em si, antes de sua transformação em capital: isto pertence à pré-história da economia burguesa. Usura, comércio, cidades e a finança governamental que surge com elas desempenham os papéis principais, agora. Também, o *entesouramento* pelos arrendatários, camponeses, etc, embora em menor grau.

O comércio foi, por toda a parte, o intermediário do valor de troca ou, alternativamente, a transferência de valores de troca pode ser descrita como comércio — pois, assim como a circulação tem existência independente no comércio, também o dinheiro a tem na camada social dos mercadores. Podemos ver que o desenvolvimento da troca e do valor de troca causa tanto a dissolução das *relações de propriedade do trabalho quanto a suas condições* de existência como a dissolução do *próprio trabalho como algo que é, em si, parte das condições objetivas de produção*. Todas estas são relações que expressam, simultaneamente, a predominância do valor de uso e da produção orientada no sentido do consumo imediato e, também, a predominância de uma comunidade real, ainda presente como um pré-requisito imediato da produção. A produção baseada no valor de troca e uma comunidade baseada no intercâmbio destes valores de troca, e o trabalho como condição geral da riqueza, tudo pressupõe e produz a separação do trabalho de suas condições objetivas. Embora, como vimos no último capítulo sobre dinheiro, a produção para a troca e a comunidade baseada nesta possam parecer colocar a propriedade como resultado, unicamente, do *trabalho* e a propriedade privada do produto do trabalho próprio como um pressuposto — trata-se de aparência enganadora. A troca de equivalentes ocorre (mas é apenas) a camada superficial de uma produção que se fundamenta na apropriação do trabalho alheio *sem troca*, mas *sob a aparência de troca*. Este sistema de troca tem o *capital* como base. Se o considerarmos isoladamente do capital, emergirá como se mostra na superfície, como um sistema *autônomo*, isto é, mera *ilusão*, ainda que *ilusão necessária*. Não constitui mais surpresa, pois, descobrir que o sistema de valores de troca — a troca de equivalentes medidos em trabalho — transforma-se em *apropriação do trabalho alheio sem troca*, a total separação do trabalho e da propriedade ou, então, revela esta apropriação como seu pano de fundo oculto.

Pois as regras dos valores de troca e da produção orientada para a produção de valores de troca, *pressupõem* a própria força de trabalho alheio como valor de troca. Isto é, pressupõem a separação da força viva de trabalho de suas condições objetivas; um relacionamento com estas — ou com sua própria objetividade — como propriedade de outrem; numa palavra uma relação com elas como *capital*.

A idade de ouro do trabalho emancipando-se a si próprio ocorreu, apenas, naqueles períodos do feudalismo em ocaso mas ainda em luta intestina, como na Inglaterra do século XIV e primeira metade do século XV. Para o trabalho, novamente, relacionar-se às suas condições objetivas, como sua propriedade, outro sistema terá de substituir o da troca privada, pois, como vimos, esta presume o intercâmbio de trabalho transformado em objetos, por força de trabalho e, portanto, a apropriação do trabalho vivo sem intercâmbio.

Historicamente, o dinheiro é muitas vezes transformado em capital de um modo muito simples e óbvio. Assim, o comerciante põe a trabalhar uma porção de fiandeiros e tecelões, que anteriormente dedicavam-se a tais atividades como ocupações subsidiárias de seu trabalho agrícola; assim, transforma uma atividade subsidiária numa principal, com o que coloca-os sob seu controle e comando, como trabalhadores assalariados. O passo seguinte será removê-los de seus lares e reuni-los numa única oficina de trabalho. Neste processo simples fica evidente que o capitalista não preparou nem matéria prima, nem instrumentos, nem meios de subsistência para fiandeiros e tecelões. Tudo o que ele fez foi, gradualmente, limitá-los a uma espécie de trabalho que os torna dependentes do *comprador*, o *mercador* e, assim, finalmente, eles estarão produzindo exclusivamente *para ele e por intermédio dele*. Originalmente, comprava seu trabalho, apenas, mediante a compra de seu produto. Logo que se restringiram à produção deste valor de troca e, portanto, foram obrigados a produzir *valores de troca* imediatos e a trocar seu trabalho, todo por dinheiro para poder prosseguir vivendo, caíram sob seu domínio. Finalmente, mesmo a ilusão de lhes *vender* seus produtos desaparece. O mercador compra seu trabalho e arrebata-lhes, primeiramente, sua propriedade do produto, e, logo, sua propriedade dos instrumentos de trabalho, a menos que lhes permita a *ilusão da propriedade* para reduzir seus custos de produção.

As formas históricas originais em que o capital aparece, primeiro, esporádica ou *localmente*, lado a lado com os antigos modos de produção, mas gradualmente destruindo-os formam a *manufatura* no sentido próprio do termo (ainda não a fábrica). Isto ocorre onde há produção em massa para exportar — portanto, sobre a base do *comércio marítimo e terrestre em grande escala* e nos centros deste comércio, como nas cidades da Itália, em Constantinopla, as cidades flamengas e holandesas, em algumas da Espanha, como Barcelona, etc. A manufatura não submete, inicialmente, os chamados *ofícios urbanos*, mas apenas as *atividades rurais subsidiárias*, a fiação e a tecelagem, o tipo de trabalho que menos requer habilidade artesanal, treinamento técnico. Além daqueles grandes empórios, em que encontra a base de um mercado de *exportação* e onde a produção é, *por sua natureza espontânea*, orientada para o valor de troca — isto é, onde as manufaturas ligavam-se, diretamente, à navegação, inclusive a própria construção de navios, etc, — a manufatura estabeleceu-se, primeiro, não nas cidades mas nas áreas rurais, nas aldeias carentes de corporações, etc. As *ocupações rurais subsidiárias* contêm a base ampla das manufaturas, enquanto um alto grau de progresso na produção é necessário para orientar os ofícios urbanos no sentido da indústria fabril. Ramos da produção como as fábricas de vidro, de metal, serriarias, etc, que desde o início demandam maior concentração de força de trabalho, empregam mais energia natural, e também requerem tanto produção em massa quanto concentração de meios de produção, etc: estes, também, se prestam para a manufatura. Dá-se o mesmo com as fábricas de papel, etc.

O outro aspecto deste processo é o advento do arrendatário e a transformação da população agrícola em trabalhadores-diaristas livres. Embora o campo seja o último local em que esta transformação triunfa em suas formas mais puras e lógicas, alguns dos desenvolvimentos iniciais verificam-se ali. Por isto os antigos, que nunca progrediram além dos ofícios especificamente urbanos e suas aplicações, jamais foram capazes de chegar à indústria em grande escala. Pois seu primeiro pré-requisito é o envolvimento de toda a área rural na produção, não de valores de uso mas de valores de troca. A produção de fábricas de vidro, de papel, a elaboração do

ferro, etc., não podem ser organizadas corporativamente. Exigem produção em massa, vendas a um mercado geral, *riqueza monetária* na mão do empresário. Não que este crie as condições objetivas ou subjetivas mas, porque sob as antigas relações de propriedade e produção, tais condições não podem ser reunidas. Depois disso, a dissolução das relações de servidão e o advento da manufatura, gradualmente, transformam todos os ramos da produção em ramos operados pelo capital.) Entretanto, as próprias cidades contêm um elemento para a formação do genuíno trabalho assalariado — expressamente, os trabalhadores jornaleiros excluídos do sistema corporativo, trabalhadores não qualificados etc.

* Vemos, pois, que a transformação de dinheiro em capital pressupõe um processo histórico que tenha separado as condições objetivas do trabalho, tornando-as independentes, e as volta contra os trabalhadores. Entretanto, desde que o capital e seu processo existam, conquistam toda a produção e provocam e acentuam, por toda a parte, a separação entre trabalho e propriedade, entre trabalho e as condições objetivas de trabalho. Subseqüente desenvolvimento mostrará²⁶ como o capital destrói o trabalho artesanal, a pequena propriedade de proprietários que trabalham, etc, e até a si mesmo, nas formas em que *não* se mostra em contradição com o trabalho: no *pequeno capital* e nos tipos intermediários ou híbridos, situados entre os modos de produção antigos (ou as formas que estes assumam em função de sua renovação à base de capital) e o modo de produção clássico, adequado, do próprio capital.²⁷

* A única acumulação que é pré-requisito do advento do capital é a da *riqueza monetária* que, considerada isoladamente, é inteiramente improdutiva, emergindo somente da circulação e pertencendo apenas à circulação. O capital, rapidamente, cria para si mesmo um mercado interno pela destruição de todos os ofícios subsidiários rurais, i.é, fiando e tecendo para todos, fornecendo roupas para todos, etc; em resumo, transformando as mercadorias anteriormente pro-

26 O trecho, também, poderia ser assim traduzido: "Veremos mais tarde".

27 NT.: Estes desenvolvimentos não figuram no manuscrito de 1857-58.

duzidas como valores de uso imediato em valores de troca. Este processo é o resultado automático da separação dos trabalhadores do solo e da sua propriedade (ainda que apenas propriedade servil) das condições de produção.

* Embora o artesanato urbano seja baseado, substancialmente, na troca e na criação de valores de troca, o objetivo principal da produção não é o *enriquecimento* ou o *valor de troca como valor de troca*, mas a *subsistência do homem como artesão, como um mestre-artesão* e, conseqüentemente, o valor de uso. A produção está, portanto, sempre subordinada ao consumo pressuposto; a oferta à procura; sendo lenta sua expansão.

* *A produção de capitalistas e trabalhadores assalariados é, portanto, um produto fundamental do processo pelo qual o capital se transforma em valores.* A economia política usual, que se concentra apenas nas coisas produzidas, esquece isto inteiramente. Uma vez que este processo estabelece o trabalho reificado como o que é, simultaneamente a *não-reificação* do trabalhador, como de uma subjetividade contraposta ao trabalhador, como a *propriedade* de uma vontade alheia, o capital, necessariamente, é ao mesmo tempo o *capitalista*. A idéia de alguns socialistas, de que precisamos de capital mas não de capitalistas, é completamente falsa. O conceito de capital implica que as condições objetivas do trabalho — que são o próprio produto do capital — adquirem uma *personalidade* contra o trabalho, ou, o que vem a ser o mesmo, que passem a constituir propriedade alheia, não do trabalhador. O conceito de capital contém o capitalista. Entretanto, este erro não é maior, certamente, do que, por exemplo, o de todos os filólogos que falam da existência do *capital* na antigüidade clássica e de capitalistas romanos e gregos. Isto é, apenas, outro modo de dizer que em Roma e na Grécia o trabalho era *livre*, afirmação que estes cavalheiros dificilmente fariam. Se falarmos, agora, dos proprietários de "plantations" na América como capitalistas, e que *sejam* capitalistas, isto se baseará no fato deles existirem como anomalias em um mercado mundial baseado no trabalho livre. Se o termo capital fosse aplicável à antigüidade clássica²⁸ — embora a palavra, realmente,

28 A frase condensada de Marx limita-se a: "Se vamos falar em capital". Pensamos que exige esta ampliação.

não fosse conhecida dos antigos²⁹ — então as hordas nômades que vagam com suas manadas pelas estepes da Ásia central seriam as maiores capitalistas, pois o significado original da palavra capital é gado. Por isto o contrato de "*metairie*"³⁰ usual no Sul da França, devido à escassez de capital, ainda é chamado, às vezes, de "*bail de bestes à cheptel*" (contrato de "leasing" de gado). Se nos permitirmos um pouco de mau latim, nossos capitalistas ou *Capitules Homines* (homens principais) seriam aqueles "*que debent censura de capite*" (que pagam um imposto "per capita").

* Dificuldades que não surgiram na análise conceitual do dinheiro surgem na do capital. O capital é, essencialmente, o *capitalista*, mas, ao mesmo tempo, a produção em geral é *capital*, como um elemento na existência do capitalista, bem distinto dele. Assim, descobriremos mais tarde que no termo *capital* há muita coisa incluída que, aparentemente, não pertence ao conceito. Ex.: o capital é emprestado, é acumulado, etc. Em todas estas relações ele figura como um mero objeto e parece coincidir inteiramente com a matéria que o constitui. Entretanto, análise mais aprofundada esclarecerá este e outros problemas. Comentemos, de passagem, a seguinte e divertida observação: O bom Adam Müeller, que dá um sentido místico a todas as frases figuradas, ouviu falar em *capital vivo*, na vida comum, em oposição a *capital morto* e revestiu tudo isto de roupagens teosóficas. O rei Ethelstan poderia ter-lhe ensinado algo sobre isto: "Reddam de meo próprio décimas Deo tam in *Vivente Capitale* quam in *mortuis fructuis terrae*". (Darei um décimo de minha propriedade a Deus, tanto em gado vivo como em frutos mortos do solo.) O dinheiro sempre mantém a mesma forma no mesmo substrato e é, portanto, mais facilmente concebido como um objeto. Mas a mesma coisa, mercadoria, dinheiro, etc, pode representar capital ou receita, etc. Por isto é claro, até para os economistas, que o dinheiro não é tangível, porém que a

29 NOTA DE MARX: "Mas, entre os gregos a palavra *arkhais* era usada no sentido do que os romanos chamavam "*principalis summa reincreditae*" (o principal de um empréstimo)".

30 NT.: Parceria agro-pecuária (em tradução livre).

mesma coisa pode ser incluída ora sob a denominação de capital, ora sob outra denominação e bem contrária, e, de acordo com isso, *é ou não é capital; este é uma relação e somente pode ser uma relação de produção.*³¹

31 NT : Ai termina a tradução de Jacé Cohen, do alemão para o Inglês, que é a matriz da presente tradução portuguesa. Mas, no trabalho de M. N. e Miguel Murmis, que passaram as FORMEN do alemão para o espanhol (Ediciones Pasado y Presente, Cordoba, 1971) há, ainda, o trecho que segue:

"Vimos como a verdadeira natureza do capital apenas se apresenta no final do *segundo ciclo*. Temos de considerar agora o próprio *ciclo* ou *circulação do capital*. Originariamente, a produção parecia estar além da circulação e a circulação além da produção. O ciclo do capital — a circulação considerada como circulação do capital — abrange os dois momentos. Nele a produção figura como um ponto final e inicial da circulação e vice-versa. A autonomia da circulação reduz-se a mera aparência, do mesmo modo que o estar além da produção."

Textos Suplementares de Marx e Engels sobre Problemas de Periodização Histórica

1 — DA IDEOLOGIA ALEMÃ (Parte I)

(A)

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de tudo, da natureza dos meios que eles encontram e têm de reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressarem suas vidas, um definido *modo de vida* deles. Assim como os indivíduos expressam suas vidas, assim eles são. E o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto com o *que* produzem quanto com o *como* produzem. A natureza dos indivíduos, portanto, depende das condições materiais determinantes de sua produção.

Esta produção apenas se revela com o aumento da população. Por sua vez, isto pressupõe o relacionamento recíproco dos indivíduos. A forma deste relacionamento é determinada, ainda, pela produção.

As relações recíprocas de diferentes nações dependem da extensão em que cada qual desenvolveu suas forças pro-

ditivas, a divisão do trabalho e relações internas. Esta afirmação é amplamente aceita. Mas, não apenas as relações de uma nação com outras, também toda a estrutura interna da própria nação depende do estágio de desenvolvimento alcançado por sua produção e por suas relações interna e externa. O quanto as forças produtivas duma nação estão desenvolvidas é demonstrado, mais claramente, pelo grau até onde levou a divisão do trabalho. Cada nova força produtiva, na medida em que não seja, meramente, uma extensão quantitativa de forças produtivas já conhecidas (por exemplo, o acréscimo de novas terras ao cultivo) trará maior desenvolvimento da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho dentro duma nação leva, primeiramente, à separação do trabalho industrial e comercial do agrícola e, portanto, à separação da cidade e do campo e a um conflito de interesses entre eles. O desenvolvimento posterior conduz à separação das atividades industriais das comerciais. Ao mesmo tempo, através da divisão do trabalho desenvolvem-se mais, dentro dos vários ramos, divisões entre os indivíduos que cooperam em espécies definidas de trabalho. A posição relativa destes grupos individuais é determinada pelos métodos empregados na agricultura, indústria e comércio (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classes). Estas mesmas condições serão vistas (dado um relacionamento mais desenvolvido) nas relações das diferentes nações entre si.

Os vários estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho são, apenas, outras tantas formas diversas de propriedade; i. é, os estágios vigentes da divisão do trabalho determinam, também, as relações recíprocas dos indivíduos, relativamente às matérias primas, instrumentos e produtos do trabalho.

A primeira forma de propriedade é a propriedade tribal. Corresponde a um estágio não desenvolvido da produção em que um povo vive da caça e da pesca, criando animais ou, na fase mais elevada, da agricultura. Este último caso pressupõe grandes extensões de terras não cultivadas. A divisão do trabalho, neste estágio, é muito elementar ainda, e está limitada a uma extensão da divisão natural do trabalho imposta pela família: a estrutura social é, portanto, resumida a uma extensão da própria família; lideranças familiares patriarcais, os membros da tribo abaixo delas e, finalmente, os es-

cravos. A escravidão latente na família só se desenvolve, gradualmente, com o aumento da população, a maior pressão das necessidades e a ampliação das relações exteriores, de guerra ou de comércio.

A segunda forma é a antiga propriedade comunal e do Estado, que provém, particularmente, da união de várias tribos numa cidade, por acordo ou conquista, e ainda é acompanhada pela escravidão. Ao lado da propriedade comunal já encontramos a propriedade privada móvel, e mais tarde a imóvel, em desenvolvimento, mas como forma anormal, subordinada à propriedade comunal. É somente como comunidade que os cidadãos exercem poder sobre seus escravos que trabalham — e somente por esta condição, portanto, eles ficam vinculados à forma de propriedade comunal. A propriedade privada comunal é que força os cidadãos ativos a permanecerem nesta forma natural de associação em oposição a seus escravos. Por este motivo, toda a estrutura da sociedade baseada em tal propriedade comunal, e com ela o poder do povo, entra em decadência na mesma medida em que progride a propriedade privada imóvel. A divisão do trabalho já está mais desenvolvida. Já encontramos o antagonismo entre a cidade e o campo, depois o antagonismo entre aqueles estados que representam interesses urbanos e os que representam interesses rurais e, dentro das próprias cidades, o antagonismo entre a indústria e o comércio marítimo. As relações de classe entre os cidadãos e os escravos estão, agora, completamente desenvolvidas.

Toda esta interpretação da história parece ser contestada pelo fato da conquista. Até este momento a violência, a guerra, a pilhagem, a violação de mulheres e a matança, etc, têm sido aceitas como a força motora da história. Aqui, teremos de nos limitar aos pontos principais e a apresentar, portanto, só um exemplo frisante — a destruição de uma antiga civilização por um povo bárbaro e a conseqüente formação de uma organização social inteiramente nova (Roma e os bárbaros: o Feudalismo e os gauleses; o Império Bizantino e os turcos). Para os povos bárbaros conquistadores a própria guerra, como indicamos anteriormente, é ainda uma forma regular de relacionamento, mais intensamente explorada à medida em que a população aumenta, impondo a necessidade de novos meios de produção que superem o rude modo de produção tradicional e, para esse povo, o único possível.

Na Itália, entretanto, as coisas passaram-se doutro modo. A concentração de propriedade territorial (causada não apenas pela compra e endividamentos, mas por herança, pois a vida livre sendo comum e o matrimônio raro, as velhas famílias extinguíam-se e suas possessões caíam nas mãos duma minoria) e sua transformação em pastagens (devido não somente a forças econômicas que ainda atuam hoje em dia, mas à importação de cereais saqueados e recolhidos a título de tributos, com a resultante queda da demanda da produção italiano) levaram à quase total desapareção da população livre. Inclusive, os escravos morriam e tinham de ser substituídos por novos. A escravidão continuava como base de todo o sistema produtivo. Os plebeus, meio-termo entre homens livres e escravos, nunca passaram de multidão proletária desprezível *. Roma, na verdade, nunca foi mais do que uma cidade: suas conexões com as províncias eram quase exclusivamente políticas e podiam ser facilmente rompidas de novo por acontecimentos políticos.

Com o desenvolvimento da propriedade privada, encontramos ali, pela primeira vez, as mesmas condições que surgirão posteriormente, porém em escala mais extensiva, com a moderna propriedade privada. Por um lado, a concentração da propriedade privada, que começou muito cedo em Roma (como é provado pelas leis agrárias de Licínio) e, rapidamente, se desenvolveu a partir do tempo das guerras civis e, especialmente, sob os imperadores; e, por outro lado juntamente com isto, houve a transformação dos pequenos camponeses plebeus em um proletariado, o qual, entretanto, devido a sua situação intermediária entre cidadãos proprietários e os escravos, jamais alcançou um desenvolvimento independente.

A terceira forma de propriedade é a feudal ou por estamentos. Se a antigüidade originou-se da cidade com seu pequeno território, a Idade Média teve o campo como ponto de partida. Este diferente marco inicial foi determinado pela distribuição da população à época, esparsa sobre grande área e sem ser muito aumentada pelos conquistadores. Em contraste com a Grécia e Roma, o desenvolvimento feudal, portanto, estende-se por um campo muito mais amplo, prepa-

(*) Em inglês, "proletarian rabble". Adiante (págs. 118, 120 etc.) "rabble" — que indica uma multidão desorganizada ou desordeira, ou pessoas dos grupos sociais mais baixos — foi traduzida por *ralé*, ou *turba*. (N.R.)

rado pela conquista romana e a disseminação da agricultura, inicialmente associada com ela. Os derradeiros séculos do decadente Império Romano e sua conquista pelos bárbaros destruíram grande quantidade de forças produtivas: a agricultura declinara, a indústria decaíra por falta de um mercado, o comércio morrera ou fora violentamente interrompido, a população rural decrescera. A partir destas condições e do modo de organização da conquista por elas determinado, a propriedade feudal desenvolveu-se sob a influência da estrutura militar germânica. Como ocorreu com a propriedade tribal e comunal, a base foi novamente a comunidade, mas a classe diretamente produtora que se defronta com essa propriedade não foi, como no caso da antiga comunidade, a dos escravos, mas a do pequeno camponês reduzido à servidão. Tão pronto o feudalismo desenvolveu-se plenamente, surgiu o antagonismo com as cidades. O sistema hierárquico de propriedade da terra e os corpos armados de dependentes a ele associados, deram à nobreza o poder sobre os servos. Esta organização feudal era, tanto quanto a antiga propriedade comunal, uma associação contra uma classe produtiva subjugada, mas a forma de associação e a relação com os produtores diretos eram diferentes, devido às diferentes condições de produção.

Esta organização feudal de propriedade da terra tinha sua contrapartida nas cidades sob a forma de propriedade corporativa, a organização feudal dos ofícios. Aí, a propriedade consistia, principalmente, no trabalho de cada pessoa, individualmente. A necessidade de associação contra os organizados nobres-assaltantes, a necessidade de mercados comuns protegidos, numa época em que o industrial era simultaneamente um comerciante, a crescente competição de servos fugitivos reunidos em cidades que nasciam, a estrutura feudal de todo o território: tudo combinou-se para levar às corporações. Além do mais, o capital de artesãos específicos, gradualmente acumulado, e o número estável deles em oposição à crescente população, desembocaram na relação dos jornaleiros e aprendizes, o que produziu nas cidades uma hierarquia similar à do campo.

Assim, a principal forma de propriedade durante a época feudal era por um lado a propriedade da terra, com o trabalho servil ligado a ela e, por outro lado, o trabalho individual com pequeno capital dirigindo o trabalho dos jornaleiros. A organização de ambos era determinada pelas restritas condi-

ções da produção — o cultivo da terra em pequena escala e primitivo, o tipo artesanal de indústria. Havia pouca divisão do trabalho, no apogeu do feudalismo. Cada região continha, em si mesma, o conflito da cidade com o campo e a divisão em estamentos era fortemente marcada; mas, além da diferenciação de príncipes, nobres, clérigos e camponeses, no campo, e dos mestres, jornaleiros, aprendizes e, cedo, também, a ralé de trabalhadores eventuais, nas cidades, não havia qualquer divisão importante. Na agricultura isso tornava-se difícil pelo sistema de cultivo por faixas, ao lado do qual surgira, como outro fator, a indústria caseira dos próprios camponeses. Na indústria não havia qualquer divisão de trabalho dentro dos próprios ofícios e muito pouca entre estes. A separação de indústria e comércio já existia nas cidades mais antigas, nas mais novas apenas desenvolveu-se posteriormente, quando as cidades estabeleceram relações recíprocas.

O agrupamento de territórios mais extensos em reinos feudais fez-se uma necessidade para a nobreza integrada pelos proprietários rurais e para as cidades. A organização da classe dominante, a nobreza, passou a ter, por toda a parte, um monarca em sua chefia.

(B)

A maior divisão do trabalho material e mental é a separação da cidade e campo. O antagonismo entre cidade e campo começa com a transição da barbárie para a civilização, da tribo para o Estado, da localidade para a nação, e percorre toda a história da civilização, até nossos dias (a LIGA CONTRA A LEI DOS CEREAIS). A existência da cidade implica, ao mesmo tempo, a necessidade de administração, de polícia, de impostos, etc, em resumo: do município e, pois, da política em geral. Aí, primeiramente, tornou-se expressa a divisão da população em duas grandes classes, diretamente baseada na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade já é, na realidade, a concentração de população, de instrumentos de produção, de capital, de prazeres, de necessidades, enquanto o campo representa, justamente, o oposto, seu isolamento e separação. O antagonismo da cidade e campo só pode existir como consequência da propriedade privada. É a mais crassa expressão da submissão do indivíduo sob a divisão do trabalho, a uma

atividade definida que lhe é imposta — uma sujeição que transforma um homem num limitado animal cidadão e o outro num restrito animal do campo e, diariamente, renova o conflito entre seus interesses. O trabalho é, aqui, novamente, o elemento principal, o poder *sobre* os indivíduos e enquanto este existir a propriedade privada terá de existir. A abolição do antagonismo entre cidade e campo é uma das primeiras condições da vida comunal, uma condição que, também, depende de uma porção de premissas materiais e que não pode ser atendida pela simples vontade, como qualquer um poderá constatar à primeira vista. (Estas condições estão ainda para ser enumeradas.) A separação da cidade e campo poderá ser entendida, também, como separação do capital e da propriedade territorial, como o começo da existência e desenvolvimento do capital como algo independente da propriedade da terra — o começo da propriedade que tem por base, somente, o trabalho e a troca.

Nas cidades que não chegaram à Idade Média já constituídas em períodos anteriores, mas que foram erigidas então pelos servos que se libertavam, o trabalho privado de cada homem era sua única propriedade, independentemente do pouco capital que ele tivesse trazido consigo, consistindo este quase somente nos mais necessários instrumentos de seu ofício. Esta competição de servos, que constantemente fugiam para a cidade, a guerra permanente do campo contra a cidade e, pois, a necessidade de uma força militar municipal organizada, o laço da propriedade comum de um determinado produto do trabalho, a necessidade de edificações comuns para a venda de suas manufaturas num tempo em que os artesãos também eram negociantes, e a conseqüente exclusão dos não credenciados de tais edifícios, o conflito entre os interesses dos vários ofícios, a necessidade de proteger sua destreza laboriosamente adquirida, e a organização feudal de toda a área rural: tais foram as causas da união dos trabalhadores de cada ofício em corporações. Não precisamos, neste ponto, prosseguir até as inúmeras modificações do sistema corporativo, surgidas de desenvolvimentos históricos ulteriores.

A fuga de servos para as cidades continuou, sem interrupção, através de toda a Idade Média. Estes servos, perseguidos por seus amos na área rural, chegavam isoladamente às cidades, onde encontravam uma comunidade organizada

contra a qual eram impotentes, na qual eles tinham de submeter-se à posição que lhes fosse designada pela demanda de seu trabalho e pelos interesses de seus competidores urbanos organizados. Estes trabalhadores, chegando separadamente, jamais eram capazes de conseguir qualquer poder, pois sendo seu trabalho do tipo corporativo que devia ser aprendido, os mestres das guildas dobravam-nos a seu talento e os organizavam conforme seus interesses; ou, sendo seu trabalho de outra natureza, que não necessitasse de aprendizado e, portanto, não pertencente ao tipo corporativo, transformavam-se em jornaleiros e jamais conseguiam organizar-se, permanecendo na condição de massa desorganizada. A necessidade de jornaleiros na cidade criava a ralé. Estas cidades eram verdadeiras "associações", que emergiam da necessidade direta de proteger a propriedade e multiplicar os meios de produção e defesa dos membros individuais. A turba destas cidades estava destituída de qualquer poder, composta, como era, por indivíduos estranhos entre si que haviam chegado separadamente e que permaneciam desorganizados diante de uma força organizada, armada para a guerra, e, ciumentamente, a vigiá-los. Os jornaleiros e aprendizes eram organizados em cada ofício da forma mais adequada aos interesses de seus mestres. O relacionamento filial que mantinham com os mestres dava aos últimos um poder duplo — de um lado, devido à influência que exerciam sobre toda a vida dos jornaleiros, pelo outro, devido, no que diz respeito aos que trabalhavam para o mesmo mestre, ao laço real que os unia contra os jornaleiros de outros mestres separando os destes dos daquele. E, finalmente, os jornaleiros ficavam ligados à ordem existente pelo próprio interesse de se tornarem mestres, eles próprios. Quando, entretanto, a ralé se revoltava contra a ordem municipal inteira, revoltas que eram completamente inefetivas devido à sua impotência, os jornaleiros nunca passavam de pequenos atos de insubordinação dentro das corporações isoladas, como é próprio da natureza das guildas. Os grandes levantes da Idade Média irradiavam-se da área rural, mas eram totalmente inócuos devido ao isolamento e à conseqüente rudez dos camponeses.

Nas cidades, a divisão de trabalho entre as corporações era, até então, muito natural e, nas próprias guildas, não estava absolutamente desenvolvida entre os diversos traba-

lhadores. Cada trabalhador tinha de ser versado em toda gama de tarefas, uma de ser capaz de fazer tudo o que pudesse ser feito com seus instrumentos. O limitado comércio e as difíceis comunicações entre as cidades, a escassez de população e as necessidades reduzidas não favoreciam uma maior divisão do trabalho e, portanto, todo homem que quisesse tornar-se um mestre tinha de ser proficiente em todo seu ofício. Assim, havia entre os artesãos medievais especial interesse pelo trabalho e pela excelência nele, ao ponto de despertar um certo senso artístico. Por esta mesma razão, entretanto, cada artesão medieval estava completamente absorvido por seu trabalho, com o qual desenvolvia um relacionamento gratificador e escravizador e ao qual submetia-se muito mais do que o trabalhador moderno, cujo trabalho é assunto que o deixa indiferente.

O capital, nessas cidades, era um capital natural, consistindo numa casa, nos instrumentos do ofício e nos fregueses naturais, hereditários; e, não sendo realizável, devido ao atraso do comércio e à falta de circulação, passava de pai a filho. Diferentemente do capital moderno, que pode ser avaliado em dinheiro e indiferentemente investido nestas coisas ou naquelas, este capital ligava-se diretamente ao trabalho específico do proprietário, era inseparável dele e, neste sentido, um capital "de estamento".

O passo seguinte na divisão do trabalho foi a separação da produção e do comércio, a constituição de uma classe especial de mercadores; uma separação que, nas cidades vindas de período anterior, já se verificara (entre outros fatores, com os Judeus) e que muito cedo surgiu nas recém-constituídas. Com isto, houve a possibilidade das comunicações comerciais transcenderem a vizinhança imediata, uma possibilidade cuja realização dependia dos meios de comunicação existentes, do estado de segurança pública no campo, o que era determinado pelas condições políticas (durante toda a Idade Média, como é sabido, os mercadores viajavam em caravanas armadas) e das necessidades mais rústicas ou mais refinadas (determinadas pelo estágio cultural alcançado) das regiões acessíveis ao relacionamento. Sendo o comércio a prerrogativa de uma classe especial, com a expansão do comércio, através dos mercadores, para além das vizinhanças imediatas da cidade, logo surge uma ação recíproca entre a produção e o comércio. As cidades estabeleceram relações *umas*

com as outras, novos instrumentos foram levados duma cidade para outra, e a separação entre a produção e o comércio cedo exigiu nova divisão da produção entre as cidades, cada uma das quais passando a explorar um ramo predominante da indústria. As restrições locais de tempos anteriores começaram, gradualmente, a ser rompidas.

Na Idade Média, os cidadãos de cada cidade eram obrigados a se unir contra a nobreza proprietária da terra, para preservar a própria pele. A ampliação do comércio, o estabelecimento de comunicações levou cidades isoladas a conhecer outras cidades, que tinham afirmado os mesmos interesses na luta contra idêntico antagonista. Das muitas corporações de habitantes de burgos¹ nasceu, gradualmente, a *classe* dos burgueses. As condições de vida de cada habitante dos burgos tornaram-se existentes e do modo de trabalho determinado por estas, condições comuns a todos eles independentemente de cada indivíduo. Os burgueses tinham errado as condições na medida em que se libertavam dos laços feudais, e eram criados por elas na medida em que eram determinadas por seu antagonismo ao sistema feudal que encontraram em vigor. Quando as cidades começaram a estabelecer associações, estas condições comuns evoluíram para condições de classe, as mesmas condições, o mesmo antagonismo, os mesmos interesses necessariamente geraram costumes semelhantes por toda a parte. A própria burguesia, com suas condições, desenvolveu-se apenas gradualmente, dividida, em consonância com a divisão do trabalho, em várias facções e, finalmente, absorveu todas as classes dantes possuidoras (enquanto desenvolvia a maioria das classes que, antes, eram não-possuidoras, e parte das anteriormente proprietárias, em uma nova classe, o proletariado) na medida em que toda a propriedade anterior era transformada em capital industrial ou comercial. Os indivíduos isolados constituem uma classe, apenas, na medida em que têm de travar batalha comum contra outra classe; do contrário, permanecem em posição reciprocamente hostil, como concorrentes. Por outro lado, a classe alcança existência independente acima e contra os indivíduos de modo que estes últimos encontram suas condições de existência predestinadas, e por isto têm posição na

1 NT.: "*burghers*", no original. A palavra burgo, em português, tem significado idêntico e também é a raiz de "burguesia", cf. Caldas Aulete.

vida e desenvolvimento pessoal que lhes forem atribuídos por sua classe, integrando-se nela. Este é fenômeno idêntico ao da submissão de indivíduos isolados à divisão do trabalho e somente poderá ser removido pela abolição da propriedade privada e do próprio trabalho. Já indicamos, várias vezes, que esta integração do indivíduo na classe acarreta sua submissão a toda espécie de idéias, etc.

Depende apenas da extensão do comércio que as forças produtivas alcançadas numa localidade, especialmente as invenções, percam-se ou não em ulterior desenvolvimento. Enquanto não existir comércio que ultrapasse a vizinhança imediata, cada invenção tem de ser realizada, separadamente, em cada localidade e fatos ocasionais como a irrupção de povos bárbaros, ou guerras comuns, seriam suficientes para fazer com que um país adiantado em forças produtoras e necessidades tivesse de começar de novo do ponto inicial. Na história primitiva, cada invenção tinha de ser diariamente renovada em cada localidade, independentemente. Quão pouco forças produtivas altamente desenvolvidas estão a coberto de completa destruição, mesmo havendo um comércio relativamente muito extensivo, é provado pelos fenícios, cujas invenções estiveram perdidas, na sua maior parte, durante muito tempo em virtude da eliminação do país do comércio, sua conquista por Alexandre e a conseqüente decadência. O mesmo deu-se, por exemplo, com a pintura-em-vidro na Idade Média. Apenas quando o comércio tornou-se comércio mundial, com base na grande indústria, e todas as nações foram arrastadas à luta competitiva, ficou assegurada a persistência das forças produtivas adquiridas.

A conseqüência imediata da divisão do trabalho entre várias cidades foi o desenvolvimento das manufaturas, ramos de produção que superaram o sistema corporativo. As manufaturas floresceram na Itália e, depois, em Flandres, sob a premissa histórica do comércio com nações estrangeiras. Nos outros países, Inglaterra e França, por exemplo, as manufaturas foram confinadas, de início, ao mercado interno. Além das premissas já mencionadas as manufaturas dependiam de uma outra, ainda: uma já avançada concentração populacional, particularmente na área rural, e de capital, que começou a acumular-se em mãos individuais, parcialmente nas corporações, a despeito dos seus regulamentos, e em parte entre os mercadores.

O trabalho que, de início, pressupunha a máquina, ainda que a mais rústica, cedo mostrou-se o mais capacitado a desenvolver-se. A tecelagem, a princípio praticada no campo pelos camponeses, como ocupação secundária, para proverem-se de roupas, foi o primeiro trabalho a receber um impulso e um maior desenvolvimento através da extensão do comércio. A tecelagem foi a primeira manufatura e continuou a ser a principal. O aumento da demanda de materiais de vestuário, conseqüência do crescimento populacional, o aumento da acumulação do capital natural e sua mobilização através da circulação acelerada, a demanda de artigos de luxo provocada por esta e favorecida, geralmente, pela gradual ampliação do comércio deram à tecelagem um estímulo qualitativo e quantitativo que a arrebatou da forma de produção até então existente. Ao lado dos camponeses que teciam para uso próprio, e que continuaram a fazê-lo, emergiu uma nova classe de tecelões nas cidades, cujos tecidos visavam tanto a todo o mercado interno como, normalmente, ao mercado exterior, também. A tecelagem, uma atividade que exigia, na maioria dos casos, pouca capacitação e que cedo dividiu-se em incontáveis ramos, por sua própria natureza resistiu às restrições corporativas. A tecelagem era, assim, praticada principalmente nas aldeias e centros de mercado sem organização corporativa, que gradualmente se transformaram em cidades e, de fato, nas mais florescentes cidades de cada região. Com a manufatura libertada das corporações, a propriedade teve suas relações rapidamente transformadas. O primeiro progresso além do capital natural, capital de estamento, foi proporcionado pela ascensão de mercadores cujo capital foi móvel desde o início, capital no moderno sentido, na extensão que se pode dar ao termo, dadas as circunstâncias daquela época. O segundo progresso veio da manufatura, que constituiu, novamente, do capital natural, uma massa de capital móvel e no conjunto aumentou a massa de capital móvel em relação ao capital natural. Ao mesmo tempo, a manufatura tornou-se o refúgio dos camponeses, alternativa das corporações que os excluíam ou pagavam mal, tal qual, anteriormente, as cidades corporativas tinham servido de refúgio para os camponeses oprimidos pela nobreza rural.

Simultaneamente ao advento das manufaturas, houve um período de vagabundagem causado pela decadência dos

corpos feudais de dependentes, a dispensa dos dilatados exércitos que haviam ocorrido para servir aos reis contra seus vassallos, o progresso da agricultura e a transformação de grandes faixas de cultivo em pastagens. Isto, só, deixa esclarecido como esta vagabundagem está estreitamente ligada à desintegração do sistema feudal. Já no século XIII encontramos períodos isolados desta natureza, mas somente no fim do XV e começo do XVI a vagabundagem fez-se geral e permanente. Estes vagabundos, tão numerosos que Henrique VIII da Inglaterra enforcou 72.000 deles, apenas podiam ser reencaminhados ao trabalho com a máxima dificuldade e pela mais extrema necessidade e, mesmo assim, depois de longa resistência. O rápido advento dos manufatores, especialmente na Inglaterra, absorveu-os pouco a pouco. Com a emergência das manufaturas as várias nações passaram a um tipo de relações competitivas, à luta pelo comércio, disputado em guerras, direitos e proibições protecionistas enquanto anteriormente as nações, na medida em que se relacionavam, tinham realizado um intercâmbio inofensivo. Mas de agora em diante o comércio assumiu um significado político.

Com a manufatura houve, simultaneamente, uma mudança nas relações entre o trabalhador e o empregador. Nas corporações, o relacionamento patriarcal entre mestres e jornaleiros se manteve; na manufatura seu lugar foi ocupado pelas relações monetárias entre o trabalhador e o capitalista — um relacionamento que, nas áreas rurais e pequenas cidades, conservou tintas patriarcais, mas, nas grandes cidades, as verdadeiras cidades manufatureiras, muito cedo abandonou qualquer aparência patriarcal.

A manufatura e o movimento da produção, em geral, receberam enorme impulso através da ampliação do comércio oriunda da descoberta da América e da rota marítima das índias orientais. Os novos produtos então importados, especialmente as massas de ouro e prata que entraram em circulação e mudaram completamente a posição relativa das classes, desfechando pesado golpe na propriedade territorial feudal e nos trabalhadores; as expedições de aventureiros, a colonização e, sobretudo, a ampliação dos mercados para um mercado mundial, que agora se tornara possível, e dia a dia mais se realizava, causaram o advento de uma nova fase de desenvolvimento histórico que, aqui, não discutiremos a fundo.

Através da colonização das terras recentemente descobertas a luta comercial das nações entre si recebeu novo combustível e, conseqüentemente, maior amplitude e animosidade.

A expansão do comércio e da manufatura acelerou a acumulação de capital móvel, enquanto nas guildas, que não eram estimuladas a ampliar sua produção, o capital natural permanecia estacionário ou, até, declinava. O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia, nas corporações concentrava-se a pequena burguesia não mais dominante nas pequenas cidades, como anteriormente, mas tendo de curvar-se ante o poder dos grandes mercadores e manufatores. Daí o declínio das guildas, tão pronto entraram em contato com a manufatura.

As relações materiais, comerciais, entre as nações assumiram, à época de que falamos, dois aspectos diversos. A princípio, a pequena quantidade de ouro e prata em circulação implicou a proibição da exportação destes metais; e a indústria, na sua maior parte importada do exterior e tornada imprescindível pela necessidade de empregar a crescente população urbana, não poderia subsistir sem aqueles privilégios que teriam de ser proporcionados não apenas contra a concorrência doméstica, é claro, porém contra a estrangeira, principalmente. O privilégio local da corporação, as proibições originais, passaram a ser ampliados para toda a nação. Direitos alfandegários oriundos dos tributos cobrados pelos senhores feudais sobre mercadorias que os mercadores transportavam através de seus territórios, igualmente os tributos aplicados, depois, pelas cidades e que, com o advento do estado moderno, passaram a ser o meio mais óbvio de levantar dinheiro para o tesouro. A aparição do ouro e prata americanos nos mercados europeus, o gradual desenvolvimento da indústria, a rápida expansão do comércio e a conseqüente emergência da burguesia não corporativa e do dinheiro deram a tais medidas outra significação. O Estado, cada vez menos e menos capaz de subsistir sem dinheiro, agora mantinha a proibição da exportação de ouro e prata por motivos fiscais; os burgueses, que tinham por objetivo básico açambarcar as massas de dinheiro lançadas no mercado, estavam plenamente satisfeitos com isto; privilégios concedidos anteriormente tornaram-se fontes de renda do governo, sendo vendidos por dinheiro; na legislação alfandegária.

surgiu o direito de exportação que, criando apenas um obstáculo para a indústria, tinha objetivo puramente fiscal.

O segundo período começou no meio do século XVII, perdurando quase até o fim do XVIII. O comércio e a navegação haviam se expandido mais rapidamente do que a manufatura, que desempenhava papel secundário; as colônias tornavam-se consumidoras consideráveis. E, depois de longas lutas, as diversas nações partilharam o mercado mundial em expansão entre elas. Este período começa com as Leis de Navegação e os monopólios coloniais. A competição das nações umas com as outras foi eliminada, tanto quanto possível, pelas tarifas, proibições e tratados; e, em última instância, a luta competitiva se travava e decidia por guerras (especialmente guerras navais). A mais poderosa das nações marítimas, a Inglaterra, mantinha a preponderância no comércio e na manufatura. Aqui, já encontramos a concentração num só país. A manufatura era constantemente defendida por tarifas protecionistas no mercado interno, por monopólios no mercado colonial e, no estrangeiro, tanto quanto possível, por impostos diferenciais. A elaboração de matérias primas produzidas no país era encorajada (lã e linho na Inglaterra, seda na França), a exportação de matéria prima de produção doméstica proibida (lã na Inglaterra) e a de matérias importadas negligenciada ou suprimida (algodão na Inglaterra). A nação dominante em poder colonial e comercial-marítimo, naturalmente, assegurava para si mesma, também, a maior expansão manufatureira, em termos quantitativos e qualitativos. A manufatura não poderia desenvolver-se sem proteção pois, se a mais leve alteração se verificasse em outros países, isto implicaria a perda de mercados e a ruína; sob condições razoavelmente favoráveis, poderia ser facilmente implantada num país mas, por esta mesma razão, poderia ser facilmente destruída. Ao mesmo tempo, através do modo de desenvolver-se, particularmente no século XVIII, na área rural, estava tão entrelaçada ao relacionamento vital de grande massa de indivíduos que nenhum país se atreveria a ameaçar sua existência com a permissão da livre concorrência. Se conseguia exportar, portanto, dependia inteiramente da amplitude ou limitações do comércio e exercia influência relativamente pequena sobre o último. Por isto, sua importância secundária e a influência dos mercados no século XVIII. Foram especialmente os

comerciantes e os armadores que, mais do que quaisquer outros, pressionaram o Estado para que concedesse proteção e monopólios; os manufatores solicitavam e, de fato, recebiam proteção, mas tinham, sempre, menor importância política do que os comerciantes. As cidades comerciais, especialmente as marítimas, chegaram a um certo grau da aparência civilizada da grande burguesia, mas as cidades industriais continuaram a manter em grau extremo o aspecto pequeno burguês. Cf. Aikin, etc. O século XVIII foi o século do comércio. Pinto diz isto expressamente: "*Le commerce fait la marotte du siècle*" ("O comércio é a fúria do século"); e, "*depuis quelque temps il n'est plus question que de commerce, de navigation et de marine*" ("há algum tempo ninguém fala a não ser em comércio, navegação e marinha de guerra").

Este período é também caracterizado pela suspensão das proibições de exportação de ouro e prata e pelo início do comércio de ouro metálico; pelos bancos, débitos nacionais, papel moeda; pela especulação com títulos, ações e corretagem sobre todos os artigos; pelo desenvolvimento das finanças em geral. Novamente, o capital perdeu grande parte do caráter natural que se prendera a ele.

2 — MARX a ENGELS, 14 de março de 1868

... Ocasionalmente, trabalhei no Museu, entre outras coisas, sobre textos do velho Maurer... relativos à *Alemanha*, ao *Marco*, à *Aldeia*, etc. *Constituição*. Ele demonstrou plenamente que a propriedade privada da terra é de origem tardia, etc. Refutou completamente o ponto de vista idiota de Junker da Westfália (Möser, etc.) de que os germanos estabeleciam-se individualmente e só depois formavam aldeias, *Gaue*, etc. É interessante logo neste momento, que a prática *russa* de redistribuição de terras a intervalos fixos (na Alemanha, inicialmente, a cada ano) sobreviveu em regiões da Alemanha até o século XVIII e mesmo XIX. Embora M(aurer) nada soubesse do ponto de vista que levantei, segundo o qual as formas de propriedade asiática ou indiana constituem as primeiras por toda a Europa, ele proporciona mais provas disto. Os russos, agora, perdem até os últimos vestígios de uma reivindicação de originalidade, mesmo

nesta linha.² Tudo o que fica para eles é que ainda se mantêm nas formas que seus vizinhos abandonaram há muito...

Aprendi com Maurer que os *dinamarqueses* iniciaram a revolução nas opiniões aceitas sobre a história e desenvolvimento da propriedade "Germânica", etc. Aparentemente, desenvolvem grande atividade em todos os ramos da arqueologia. Entretanto, mesmo que dêem o impulso aqui e ali³ sempre há alguma fragilidade. Eles não têm o correto instinto crítico e, acima de tudo, o senso de proporção. Fiquei tremendamente chocado pelo fato de Maurer, embora se refira à África, México, etc, a título de ilustração, não conhecer absolutamente nada sobre os Celtas e, portanto, atribuir o desenvolvimento da propriedade da terra na França, totalmente, aos conquistadores germânicos. "Como se" — diria Herr Bruno — "como se" não tivéssemos um livro de leis dos celtas (galeses), do século XI, completamente comunista, e "como se" os franceses não tivessem excavado comunidades originais de forma Céltica, aqui e ali, precisamente nos últimos anos. "Como se"! Mas a explicação é bem simples. O velho Maurer apenas estudou as condições germânicas e romanas antigas e, além disto, somente as orientais (greco-turcas).

3 — MARX a ENGELS, 25 de março de 1868

A propósito de Maurer. Seus livros são excepcionalmente importantes. Não apenas os tempos primitivos mas todo o desenvolvimento posterior das cidades imperiais livres, da imunidade dos senhores de terras, da autoridade pública e da luta entre os camponeses livres e a servidão recebem tratamento inteiramente novo.

A história humana é como a paleontologia. Devido a uma certa cegueira crítica, mesmo as melhores inteligências falham completamente, deixando de ver coisas que estão à frente de seus narizes. Mais tarde, quando chega o momento, surpreendemo-nos encontrando, por toda a parte, vestígios do que não tínhamos visto. A primeira reação contra a Revolução Francesa e o período de Iluminismo ligado a ela

2 "Originality in this line", em inglês, no texto original de Marx

3 'somewhere or else', em inglês, no texto original de Marx.

foi, naturalmente, ver tudo como medieval e romântico, mesmo um homem como Grimm não se livrou disto. A segunda reação foi a de olhar, além da Idade Média, para dentro da era primitiva de cada nação, e esta corresponde à tendência socialista, embora aqueles homens eruditos não tivessem idéia de que houvesse qualquer conexão entre elas. Ficam, portanto, surpresos ao descobrir o que é o mais novo no que é o mais velho — mesmo os igualitários, a um ponto que faria Proudhon tremer.

Para mostrar o quanto estamos todos atingidos por esta cegueira crítica: exatamente na *minha própria* vizinhança, no *Hunsrück*, o velho sistema germânico sobreviveu até *recentes anos*. Lembro-me, agora, de meu pai falando disto do ponto de vista de um advogado. Outra prova: Como os geólogos, mesmo os melhores, como Cuvier, expuseram certos fatos de modo completamente distorcido, também filólogos da estatura de Grimm *traduziram mal* as mais singelas sentenças latinas, por estarem sob a influência de Möser etc, que, ao que me lembro, encantava-se porque "liberdade" nunca existira entre os Germânicos, e sim "*Luft macht eigen*" (o ar faz o servo)⁴ e outras. E.g. o bem conhecido trecho de Tácito: "*arva per annos mutant et superest ager*", que significa "eles trocam os campos, *arva*" (em lotes, por isto também *sortes* (lot)⁵ em todos os posteriores códigos de leis dos bárbaros) "e a terra comum continua existindo" (*ager*, como terra pública, contrastada com *arva*) é traduzido por Grimm, etc: "eles cultivavam campos novos todos os anos e ainda existia sempre terra (não cultivada)!"

Da mesma forma, o trecho: "*Colunt discreti ac diversi*" (suas culturas são separadas e espalhadas) é tomado como prova de que, desde tempos imemoriais, os germanos praticavam cultivos individuais como os *junkers* Westfalianos. Mas o trecho prossegue: "*Vicos locant non in nostrum morer connexis et cohaerantibus aedificiis: suum quisque locum spatio circumdant*" (eles não estabeleciam suas aldeias com edificações conectadas e ligadas segundo nossos costu-

4 Um dito medieval germânico que pretende dizer que pela mera razão de existir e respirar o ar de certa região um homem ficava escravizado — um servo ou homem preso ao solo.

5 NT.: O texto enfatiza a repetição da palavra "lot", primeiro com o sentido de *lote, porção de terreno*, e depois significando *destino, sorte*. Este trocadilho perde-se na tradução para o português.

mes: cada qual cercava sua residência com uma faixa de terra); e aldeias germânicas primitivas ainda existem, em vários locais da Dinamarca, assim como foram descritas. Obviamente, a Escandinávia deve tornar-se tão importante para a jurisprudência e economia germânicas como para a mitologia germânica. E somente começando daqui seremos capazes de decifrar novamente nosso passado. Pois os demais, mesmo Grimm, etc, descobriram, em César, que os germanos sempre se fixaram com *Geschlechtsgenossenschaften* e não como indivíduos: "*gentibus cognationibusque qui uno coiereant*" (conforme os clãs e parentes, que se estabeleciam juntos).

Mas, o que diria o velho Hegel no próximo mundo⁷ se tivesse ouvido que a *geral* (*Allgemeine*) em alemão ou escandinavo antigo⁸ significaria nada mais do que a terra comum (*Gemeinland*) e a *particular*, *Sundre*, *Besondere*, nada mais do que a propriedade isolada, dividida da terra comum? Aqui, as categorias lógicas estão surgindo muito bem de "nosso relacionamento", afinal.

4 — MARX a ZASULICH, 18 de março de 1881

Do segundo esboço

... apropriando-se dos resultados positivos do modo capitalista de produção, (a Rússia) será capaz de desenvolver e transformar a forma arcaica de sua comunidade aldeã em lugar de destruí-la. (Eu observo, a propósito, que a forma de propriedade comunista na Rússia é a mais moderna forma do tipo arcaico que, por sua vez, passou por uma série de transformações evolutivas.)

A formação arcaica ou primitiva do nosso globo contém uma série de estratos de diversas eras, uns sobrepostos a outros. Da mesma maneira, a formação arcaica da sociedade revela uma série de tipos diferentes, que caracterizam épocas diferentes e sucessivas. A comunidade aldeã russa pertence ao tipo mais jovem desta cadeia. Aí, o camponês que cultiva já pos-

6 *Geschlechtsgenossenschaft* — gens ou a família patriarcal reunida.

7 NT.: no original inglês consta "in the next world".

8 NT.: "*Norse*", relativo à velha Escandinávia, seu povo ou língua.

sui a casa em que mora, pertencendo-lhe o jardim. Aí temos o primeiro elemento dissolvente da formação arcaica, desconhecido nos tipos mais velhos. Por outro lado, todos estes baseiam-se nas relações de sangue dos membros da comunidade, enquanto a comuna russa pertence a um tipo já emancipado destes laços acanhados, capaz, portanto, de maior evolução. O isolamento das comunidades aldeãs, a falta de laços entre suas vidas, este microcosmo localmente entrelaçado, não é sempre uma característica imanente do último dos tipos primitivos. Entretanto, onde quer que ocorra, permite a emergência de um despotismo central sobre as comunidades. Parece-me que na Rússia o isolamento original, causado pela grande extensão territorial, será facilmente eliminável, quando as cadeias impostas pelo governo tiverem sido rompidas.

Agora chego ao ponto crucial do problema. Não podemos passar por alto o fato deste tipo arcaico, a que pertence a comuna russa, esconder um dualismo interno, que pode, sob certas circunstâncias históricas, conduzir à sua ruína. A propriedade da terra é comunal, mas cada camponês cultiva e administra seu lote por conta própria, de um modo que lembra o pequeno camponês do ocidente. A propriedade comum, pequenas culturas divididas: esta combinação que foi útil em períodos mais remotos torna-se perigosa no nosso. Por um lado a propriedade móvel, um elemento que desempenha crescente papel, mesmo na agricultura, gradualmente conduz à diferenciação da riqueza entre os membros da comunidade e, portanto, torna possível um conflito de interesses, especialmente sob a pressão fiscal do Estado. Por outro lado, perde-se a superioridade econômica da propriedade comunal, como base do trabalho cooperativo e combinado...

Do terceiro esboço

As comunidades primitivas não são, todas, cortadas em um modelo único. Pelo contrário, consideradas em conjunto, constituem uma série de grupamentos sociais que diferem em tipos e épocas, caracterizando fases sucessivas de desenvolvimento. Ura desses tipos, por acordo geral chamado, agora, "comunidade agrícola", é o tipo da *comunidade russa*. Sua contrapartida, no ocidente, é a *comunidade germânica*, de data muito recente. Na época de Júlio César ainda não existia e, quando as tribos germânicas conquistaram a Itália, a

Gália, a Espanha, etc, já não mais funcionava. Ao tempo de Júlio César havia, já, uma redivisão anual dos campos cultiváveis, entre os grupos — as *gentes* e *tribos* — mas ainda não entre as famílias de uma comunidade; provavelmente o cultivo era, também, em grupos, comunal. No próprio território germânico uma evolução natural transformou esta comunidade de um tipo mais arcaico na *comunidade agrícola*, que Tácito descreveu. Depois desse período, perdemo-la de vista. Morreu despercebidamente no curso de guerras e migrações intermináveis, talvez tenha tido um fim violento. Entretanto, sua viabilidade natural é demonstrada por dois fatos inquestionáveis. Uns poucos exemplos esparsos deste tipo sobreviveram a todas as vicissitudes da Idade Média, até nossos dias, e.g. na minha região natal, perto de Treves. Mas, o que é mais significativo, encontramos a nova comunidade que emergiu desta mais velha, retendo sua marca a tal ponto que Maurer, que investigou a nova, foi capaz de reconstruir a outra. A nova comunidade, na qual o solo cultivável pertence aos camponeses como *propriedade privada* embora florestas, pastos e terras não utilizadas continuem a ser *terra comum*, também foi introduzida pelos germanos em todos os países que conquistaram. Devido às características que herdou de seu protótipo, perdeu, através da Idade Média, como único fortim da liberdade popular e da vida popular.

A "comunidade aldeã" também ocorre na Ásia, entre os afgãs, etc, mas é por toda a parte, o *tipo realmente mais jovem*, por assim dizer, a última palavra da *formação arcaica* das sociedades...

Como a última fase da formação primitiva da sociedade, a comunidade agrícola é, ao mesmo tempo, uma fase de transição para a formação secundária, i.é, transição da sociedade baseada na propriedade comum para a sociedade baseada na propriedade privada. A formação secundária compreende, como V. deve entender, as séries de sociedades baseadas na escravidão e na servidão.

Mas, isto significará que a trajetória histórica da comunidade agrícola deva, inevitavelmente, conduzir a tal resultado? Certamente, não. Seu dualismo intrínseco proporciona uma alternativa: ou seu elemento de propriedade dominará o elemento coletivo, ou ocorrerá o contrário. Tudo dependerá do ambiente histórico em que ela ocorrer.

Incluso vai o apêndice sobre o *Marco*. Por obséquio, mande-o de volta *domingo* para que eu possa revisá-lo segunda feira — não pude concluir a revisão final, hoje.

Acho o ponto de vista aqui exposto, sobre a situação dos camponeses na Idade Média e o advento de uma *segunda* servidão depois do meio do século XV, no conjunto, incontrovertível. Examinei a obra de Maurer, a propósito de todos os trechos pertinentes, e encontrei quase todas as minhas conclusões ali, *sustentadas, além disto, com evidências*, enquanto com as que lhes são paralelas ocorre exatamente o contrário, ou não estão sustentadas pelas evidências ou referem-se a um período que *não* está em causa, absolutamente. Isto, especialmente, aplica-se a *Fronhöfe* (terra que responde por dívidas feudais), Volume 4, conclusão. Em Maurer surgem tais contradições: (1) de seu hábito de apresentar evidências e exemplos de todos os períodos, lado a lado, misturando-os todos; (2) dos restos de seus preconceitos legalistas, que sempre se atravessam em seu caminho onde quer que haja uma questão de compreensão de um *desenvolvimento*; (3) de sua grande falta de atenção para o papel desempenhado pela *força*; (4) de seu iluminado preconceito de que desde a tenebrosa Idade Média um constante progresso para melhores coisas *deve* seguramente ter ocorrido — isto o impede de ver não só o caráter antagônico do progresso real como, também, os retrocessos específicos.

Você descobrirá que meu trabalho não é, de modo algum, uma obra completa, mas um regular apanhado. O primeiro esboço teve mais unidade, porém, infelizmente, estava errado. Apenas dominei o material pouco a pouco e por isto há tanta coisa alinhavada.

Incidentalmente, a reintrodução geral da servidão foi uma das razões pelas quais nenhuma indústria pôde desenvolver-se na Alemanha, nos séculos XVII e XVIII. Em primeiro lugar, houve a divisão de trabalho *invertida* entre as corporações — o contrário da das manufaturas: o trabalho foi dividido *entre as corporações*, em lugar de sê-lo dentro das oficinas. Na Inglaterra, neste estágio, ocorreu a migração para território livre de corporações, mas na Alemanha isto foi impedido pela transformação da gente do campo e dos habitantes das cidades-mercados agrícolas em servos.

Porém, isto também causou o colapso final do comércio das corporações, tão cedo surgiu a competição da manufatura estrangeira. As outras razões que, juntamente com esta, atrasaram a manufatura alemã omitirei, por ora.

6 — ENGELS a MARX, 16 de dezembro de 1882

O tópico da quase total desapareição da servidão — legal ou realmente — nos séculos XIII e XIV é o mais importante para mim, porque, em outra ocasião, V. expressou uma opinião divergente sobre isto. Na região do Elba oriental a colonização prova que os camponeses *germânicos* eram livres; em Schleswig-Holstein, Maurer admite que, por esta época, "todos" os camponeses tivessem recuperado sua liberdade (talvez, bem após o século XIV). Ele admite, também, que no sul da Alemanha foi exatamente neste período que os servos foram mais bem tratados. Na Baixa Saxônia deu-se mais ou menos o mesmo (e.g. os novos *Mexer* [agricultores arrendatários] que eram, realmente, foreiros). Ele, apenas, opõe-se à opinião de Kindlinger de que a servidão primeiro *emergiu* no século XVI. Mas que foi, novamente, reimplantada depois disto, e apareceu numa segunda edição, parece-me indubitável. Meitzen indica as datas a partir das quais os servos começam, de novo, a ser mencionados na Prússia oriental, Brandenburgo, Silésia, em meado do século XVI; Hanssen dá as mesmas para Schleswig — Holstein. Maurer chama isto de forma *atenuada* de servidão e está correto em comparação com os séculos IX e XI, quando a velha escravidão germânica ainda persistia, e correto, também, em relação aos poderes legais que os senhores tinham, então e mais tarde — conforme os livros de leis do século XIII — sobre os servos. Mas, comparada com a *real* posição dos camponeses nos séculos XIII, no XIV e, na Alemanha do Norte, no XV, a nova servidão seria tudo, exceto uma atenuação. Especialmente depois da Guerra dos Trinta Anos! Também é significativo que enquanto na Idade Média os graus de sujeição * e servidão eram inúmeros, ao ponto do

i * > Em inglês "servitude and serfdom". O primeiro termo é mais genérico, por isso traduzido por "sujeição"; o 2º indica a condição do "serf", servo. Note-se que também em português o termo servidão pode ser usado genérica ou especificamente (N.R.).

Espelho da Saxonia desistir de qualquer tentativa de falar em *egen lüde recht* (direitos sobre pessoas possuídas — i. é, escravos ou servos*), isto se torna marcadamente simples depois da Guerra dos Trinta Anos.

7 — ENGELS a MARX, 22 de dezembro de 1882

Fico satisfeito porque, quanto à história da servidão, "atuamos de acordo", como eles dizem nos negócios. É certo que servidão e escravidão ** não são uma forma especificamente medievais, achamo-las por todas as partes ou em quase todas onde conquistadores tiveram terras cultivadas para eles pelos velhos habitantes — e.g. em tempos bem recuados na Tessália. O fato até a mim desnorteou, e a muita gente, no que se refere à escravidão *** na Idade Média; ficava-se muito, demasiadamente, inclinado a baseá-la, simplesmente, na conquista, o que tornava tudo tão claro e fácil. Veja Thierry, entre outros.

A posição dos cristãos na Turquia, durante o auge do velho sistema semi-feudal turco, foi algo semelhante.

9 *Der Sachsenspiegel* — o código legal do período.

(*) Em inglês, "bondsmen", isto é, pessoas sujeitas a outras por um "bond", elo, vínculo. N.R.

(**) Em inglês, "serfdom" (mentido específico) e "bondage" (mais genérico). N.R.

(***) Em inglês, "servitude". N.R.

ÍNDICE

Apresentação — 7

Observações sobre o texto, referências e tradução — 9

Nota do revisor — 11

Introdução — 13

Formações Econômicas Pré-Capitalistas — 65

Textos Suplementares de Marx e Engels sobre Problemas de Periodicidade Histórica — 113

1 — DA IDEOLOGIA ALEMÃ (Parte I) — 113

2 — MARX A ENGELS, 14 de março de 1868 — 128

3 — MARX A ENGELS, 25 de março de 1868 — 129

4 — MARX A ZASULICH, 18 de março de 1881 — 131

5 — ENGELS A MARX, 15 de dezembro de 1882 — 134

6 — ENGELS A MARX, 16 de dezembro de 1882 — 135

**Impresso nas oficinas da
EDITORA PARMA LTDA.
Fones: 66-3095 - 912-0790 - 912-0802 - 912-0819
Av. Antônio Bardela, 180
Guarulhos - São Paulo - Brasil
Com filmes fornecidos pelo Editor**

**LANÇAMENTOS
NA COLEÇÃO
O MUNDO, HOJE**

DIÁLOGO OU CONFRONTO?
Coordenação de Sérgio C. Buarque

MERCADO DA AUGÚSTIA
Henri Pradal

TEMPO DE ARRAES
Antônio Callado

TRÊS ESTILOS DE MULHER
Susana Pravaz

**O MITO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**
Celso Furtado

As notas de Karl Marx datadas de 1857/1858 sobre as "Formações que precederam a produção capitalista" são agora pela primeira vez traduzidas para o português. Conquanto concisas e sucintas, estas notas fornecem importante esclarecimento sobre a forma como Marx concebe a evolução da sociedade humana como um todo, desde o "comunismo primitivo" até o capitalismo e socialismo e quanto aos problemas da periodização e das etapas evolutivas do desenvolvimento econômico.

Confirmando a concepção básica de Marx sobre o primado do fator econômico na condução de História, estas etapas da evolução humana são aqui apreciadas de forma muito mais aberta e menos dogmática ou estereotipada do que noutros estudos existentes sobre o assunto.

Esta primeira edição brasileira inclui uma longa e importante introdução explanatória do Dr. Eric Hobsbawn, bem como alguns textos adicionais tomados de **A Ideologia Alemã** de Marx e Engels e da **Correspondência** destes dois famosos pensadores. Em seu conjunto, este livro fornece material da maior importância para todos os interessados no desenvolvimento do pensamento Marxista e nos problemas gerais da sucessão histórica das formações econômicas.



**MAIS UM LANÇAMENTO PAZ E TERRA
UMA EDITORA A SERVIÇO DA CULTURA**